



Luciana de Oliveira Chianca
Alexandre Santos Arantes de Souza
George Glauber Félix Severo
Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva
Maria Luiza Caxias Albano
Organizadores(as)

COLETÂNEA OBSERVACULT

Cultura, políticas culturais e transversalidades
em tempos de incerteza

Volume 2

EU Editora
UFPB

Coletânea ObservaCult
Cultura, políticas culturais e transversalidades
em tempos de incerteza

Volume 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora	MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitora	BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA
Pró-Reitora PRPG	MARIA LUIZA PEREIRA DE ALENCAR MAYER FEITOSA



EDITORA UFPB

Diretora	IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Administração	GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE
Supervisão de Editoração	ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR
Supervisão de Produção	JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL

ADAILSON PEREIRA DE SOUZA (Ciências Agrárias)
ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Linguística, Letras E Artes)
FABIANA SENA DA SILVA (Interdisciplinar)
GISELE ROCHA CÔRTEZ (Ciências Sociais Aplicadas)
ILDA ANTONIETA SALATA TOSCANO (Ciências Exatas e da Terra)
LUANA RODRIGUES DE ALMEIDA (Ciências da Saúde)
MARIA DE LOURDES BARRETO GOMES (Engenharias)
MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (Ciências Humanas)
MARIA REGINA VASCONCELOS BARBOSA (Ciências Biológicas)

Editora filiada à:



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**

Luciana de Oliveira Chianca
Alexandre Santos Arantes de Souza
George Glauber Félix Severo
Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva
Maria Luiza Caxias Albano
Organizadores(as)

Coletânea ObservaCult
Cultura, políticas culturais e transversalidades
em tempos de incerteza

Volume 2

João Pessoa
Editora UFPB
2020

Direitos autorais 2020 - Editora UFPB
Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Projeto Gráfico	Editora UFPB
Editoração Eletrônica e Design da Capa	Emmanuel Luna
Revisão	Átila Bezerra Tolentino Gilvanedja Mendes Ferreira da Silva Ninno Amorim

Catálogo na fonte:
Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

c694 Coletânea observacult: cultura, políticas culturais e transversalidades em tempos de incerteza / organizadores: Marco Aurélio Paz Tella ... [et al.]. - João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 2 v.

ISBN: 978-85-237-1540-3

1. Políticas culturais. 2. Patrimônio cultural. 3. Memória. 4. Educação. I. Tella, Marco Aurélio Paz. II. Título.

UFPB/BC

CDU 32:008

Livro aprovado para publicação através do Edital Nº 5/2018-2019, financiado pelo Programa de Apoio a Produção Científica - Pró-Publicação de Livros da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

EDITORA DA UFPB	Cidade Universitária, Campus I - s/n João Pessoa - PB CEP 58.051-970 www.editora.ufpb.br editora@ufpb.br Fone: (83) 3216.7147
-----------------	--

SUMÁRIO

Apresentação	9
--------------------	---

Volume 1

Políticas Culturais no Brasil

O Estado brasileiro e a Política Nacional de Cultura do Governo Geisel	15
--	----

Victor Soares Lustosa

Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, resistências e incertezas no Brasil pós-golpe	31
---	----

Alexandre Santos A. de Souza

Romero Venâncio

Políticas Culturais e Participação Social

Sociedade Civil, participação e políticas públicas de cultura: a institucionalização da Política Nacional de Leitura e Escrita - PNLE	63
--	----

Gilvanedja Mendes

Tem, mas tá faltando: trajetórias participativas dos Pontos de Cultura vistas através do Conselho Municipal de Política Cultural de João Pessoa- PB	83
---	----

Isa Paula Rodrigues Moraes

Sérgio Stênio Andrade Feitosa

Um panorama dos Conselhos de Política Cultural no Estado da Paraíba e no Município de João Pessoa	97
<i>Abraão Matheus Siqueira de Lima</i>	
<i>Gabriel Borges de Lima e Moura</i>	
<i>Maria Luiza Caxias Albano</i>	

Políticas Culturais, Artes e Reconhecimento

Tribos de Índio de carnaval: reconhecimento e ocupação do espaço público na cidade de João Pessoa.....	113
<i>Jessyca Barbosa Marins</i>	
<i>Marco Aurélio Paz Tella</i>	

Centro de Referência Integral do Adolescente: uma abordagem do Programa Cultura Viva na luta pelo reconhecimento	127
<i>Mirnah Leite M. M. Andrade</i>	

O status do artista: liberdades e direitos no plano internacional	143
<i>Alessandra Correia Lima Macedo Franca</i>	
<i>Jadgleison Rocha Alves</i>	

Interfaces entre Cultura e Educação

Universidade e Cultura: questões em torno de planos e políticas culturais ..	155
<i>Lia Calabre</i>	

Reflexões do movimento instituído e instituinte de transformação de Proext em Proexc no IFPB: interface entre educação e cultura	165
<i>George Glauber Félix Severo</i>	
<i>Vania Maria de Medeiros</i>	

Sobre os autores.....	183
-----------------------	-----

Volume 2

Cultura, Cidadania, Desenvolvimento e Políticas Culturais

Cidadania cultural e direitos culturais: obstáculos para a consolidação de políticas culturais democráticas no Brasil 205

Bárbara M. Duarte Teixeira Lira da Silva

Aprendendo da experiência: cultura e desenvolvimento 215

Alfons Martinell Sempere

Paulo H. Duarte-Feitoza

Agência e conformação no forró do Brasil moderno 229

Natalia Freire de Moura

Bases para o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas: um diagnóstico sintético sobre as bibliotecas públicas estaduais e municipais no Brasil e algumas recomendações 243

Marco Antonio de Castilho Acco

Claudia de Sousa Leitão

As Indústrias Criativas e a sua relação com as políticas culturais e o desenvolvimento econômico no cenário brasileiro 269

Nívea Helena M. F. Dantas

Thaisy Caroline Guedes Gomes

Patrimônio, Memória e Educação

Reflexões iniciais sobre o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: reconhecimento e mobilização social 283

Lucas Neiva Peregrino

Jessyca Barbosa Marins

A Pedagogia Griô no Vale do Gramame: uma experiência de Educação Patrimonial e Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável..... 295
Igor Alexander Nascimento de Souza

Retratos do patriarcado brasileiro: para pensar memórias sexo-gênero dissidentes 309
Sérgio Pessoa Ferro

Patrimônio e Políticas Culturais

Políticas públicas para os museus no Brasil: reflexos e anseios da museologia social 323
Átila Bezerra Tolentino

Shopping casa-grande, Rádio Tabajara e o campo do Patrimônio Cultural em João Pessoa 339
Luciana Chianca
Lucas Peregrino

Cachaça e Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil 357
Ninno Amorim

Sobre os autores..... 367

APRESENTAÇÃO

A presente obra toma como ponto de partida a multidisciplinaridade como *locus* privilegiado para a análise do campo cultural e das políticas culturais em seu processo de conformação ao longo dos últimos anos. Composta por onze textos produzidos por pesquisadores(as) oriundos(as) das mais diversas formações, estes artigos transitam por diferentes temas caros ao processo de formação da cultura brasileira e das políticas culturais nacionais, passando pela análise dos recentes esforços em pautar a agenda cultural no cerne dos debates do desenvolvimento em plano internacional, bem como adentra em processos locais e regionais que refletem sobre contextos de interfaces entre educação, gênero, memória, patrimônio cultural e a função social das instituições culturais.

Na busca por fortalecer e enfatizar a dimensão cidadã da cultura e com ela os direitos culturais na sua mais palpável relação com a realidade brasileira, apresenta-se ao(à) leitor(a) um conceito ampliado não apenas de cidadania, mas também de cultura e de políticas culturais. Portanto, temos aqui um conjunto de abordagens contemporâneas que levam em conta as transformações ocorridas na sociedade e no campo cultural nas últimas décadas, situando tais processos como mais uma etapa da conformação e transformação das políticas culturais no Brasil e no mundo.

É importante destacar que esta obra traz avaliações e análises acerca de importantes políticas públicas de cultura implementadas na recente história brasileira, no tempo de uma evidente guinada cultural, operada sob novos paradigmas conceituais e políticos, que possibilitaram

o seu desenvolvimento. É uma obra, portanto, que firma um registro histórico de um panorama recente de desenvolvimento de políticas culturais mais democráticas, quando se viu emergir um conjunto de políticas voltadas para a cidadania e os direitos culturais, para o reconhecimento da diversidade cultural brasileira e de fortalecimento da abrangência e potência do campo cultural.

O OBSERVACULT E A UFPB

O Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult) é um grupo de estudo, ensino, pesquisa e extensão de natureza multidisciplinar e interinstitucional, nascido em 2014. Suas ações e projetos refletem seu modo de considerar a cultura enquanto dimensão central de organização e funcionamento da vida humana – dos indivíduos, grupos, comunidades e sociedade – no mundo contemporâneo e em seus diferentes territórios. Tem como missão estudar, analisar e contribuir prática e teoricamente para as políticas e a gestão culturais em âmbito internacional, nacional, regional, estadual e municipal, atuando em redes de pesquisadores(as) articuladas nestes diversos níveis, de forma a fomentar o debate crítico e a subsidiar políticas culturais.

Suas atividades estão relacionadas a quatro linhas de pesquisa, trabalhadas de maneira transdisciplinar pelos seus(suas) pesquisadores(as), a saber: Políticas Públicas e Gestão Cultural; Patrimônio, Diversidade e Territórios; Cidadania e Direitos Culturais; e Educação, Comunicação e Políticas Culturais. Parte dos textos presentes nesta coletânea trazem reflexões suscitadas no intenso processo formativo do grupo, como também compõem as pesquisas individuais e coletivas nele desenvolvidas.x1

Tratando-se aqui de grupo ligado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituição de ensino superior de referência regional e

nacional, o mesmo passa a compor o amplo capital cultural do qual a instituição é detentora e promotora. É neste sentido que o ObservaCult considera a cultura como fator central para a consolidação de uma instituição de forte relevância social para o estado da Paraíba e do Brasil. Somente a cultura é capaz de alinhar de modo transversal todo o “tripé básico”, composto pela tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, fazendo-o extrapolar, alargando-o em conceito e abrangência e complexificando-o ainda mais. Pela compreensão da urgência de se defender uma universidade pública, gratuita, de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada, ainda mais em tempos tão incertos, é que o ObservaCult busca, a partir de sua prática cotidiana, fazer-se presente na vida cultural e na política cultural da Paraíba, com suas contribuições para os diversos grupos, movimentos e territórios.

DESAFIOS EM TEMPOS DE INCERTEZAS

Se num momento de efervescência as políticas culturais contribuíram para democratização e ampliação da cidadania, de modo a impulsionar avanços reais no empoderamento social, na organização coletiva, no fortalecimento da diversidade cultural e dos direitos culturais, vive-se agora tempos de incertezas, tempo no qual o campo cultural e suas políticas são alvo de forte ataque – ao lado das políticas sociais, educacionais, de saúde, de participação social, entre outras.

É neste sentido que reconhecemos que os textos aqui reunidos registram e refletem acerca de apenas parte dos avanços recentemente conquistados, sendo necessários espaços e esforços contínuos para dar conta da amplitude dos efeitos das experiências democratizadoras e participativas vividas pela sociedade civil e pelos movimentos culturais organizados, bem como o amplo leque de agentes envolvidos. Portanto,

mais do que o registro de experiências e as reflexões por elas suscitadas, evidencia-se aqui também desafios às políticas públicas de cultura em tempos em que a democracia é posta em xeque e o presente e o futuro dessas políticas está permeado de incertezas.

Os(as) organizadores(as)

**CULTURA, CIDADANIA,
DESENVOLVIMENTO E
POLÍTICAS CULTURAIS**

CIDADANIA CULTURAL E DIREITOS CULTURAIS: obstáculos para a consolidação de políticas culturais democráticas no Brasil

Bárbara M. Duarte T. Lira da Silva

INTRODUÇÃO

Para compreender melhor a complexidade do desenvolvimento da cidadania no Brasil, se faz importante antes de tudo, considerar as dimensões históricas, políticas e sociais mais amplas do país. Não é novidade que os processos de cidadania na sociedade brasileira foram marcados por revoluções “pelo alto” no estabelecimento de garantia de direitos à população, desde a Ditadura Vargas até os dias de hoje (MICELI, 1983). A forte tradição escravocrata resultado do processo de colonização do país, ainda deixa fortes ecos na contemporaneidade, que podemos observar a partir do preconceito de classe e de cor e da alta estratificação social entre as classes. Assim, percebemos que um dos grandes empecilhos para a consolidação dos processos de cidadania no país, tem a ver com o alto índice de desigualdade social entre as classes.

Por outro lado, tanto na luta contra a ditadura militar quanto durante o processo de redemocratização e do estabelecimento da constituição cidadã, até os tempos atuais, os movimentos sociais, organizações da sociedade civil e partidos políticos de esquerda, constroem ações de enfrentamento nas ruas e nas instâncias

participativas, ao retrocesso aos direitos sociais garantidos e contra as constantes medidas de esfacelamento da nossa recente democracia. Esses fatores nos fazem ter em conta o quanto temos a construção de um processo de “cidadania fragilizada”, como nos orienta, José Murilo de Carvalho.

Nesse sentido, é chave para nós, a compreensão do conceito clássico de cidadania através de T. H. Marshall, e ao mesmo tempo, acreditando na importância de ampliar suas concepções para o momento contemporâneo, levar em conta as transformações ocorridas na sociedade, bem como, a relevância dos direitos culturais, como quarta etapa na sequência de direitos de cidadania proposta pelo autor.

O CONCEITO DE CIDADANIA EM T.H. MARSHALL E SUA ATUALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

É sabido que o debate sobre cidadania se apresenta como uma temática imprescindível para compreensão de contextos políticos e históricos determinados. No que se refere às origens do conceito, é comum nos remetermos automaticamente ao império romano e à civilização grega, nessa última, os valores de igualdade e liberdade ganharam relevância política notória sob o contexto da *pólis* (REIS, 2000).

T.H Marshall é uma das principais referências desse debate na teoria social, analisando o impacto da relação entre desenvolvimento do capitalismo e evolução da cidadania. Para ele, era possível garantir um equilíbrio social a partir de dois conceitos que a priori estariam em oposição na sociedade, a saber: desigualdade de classe e igualdade social. Nesse sentido, a melhor maneira de contribuir para essa conciliação social seria revestir o conceito de cidadania por um conjunto de direitos que seriam garantidos pelo Estado (MARSHALL, 1967).

Podemos dizer que a definição do conceito de cidadania em T. H. Marshall seria um direito universal ou com “intenção universalizante” garantido pelo estado, que se aplicaria aos cidadãos deste estado, independente das suas diferenças de classe social. Como sugere o autor:

a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status* (MARSHALL, 1967, p. 76).

A teoria de Marshall foi considerada “evolucionista” por muitos autores, em função da sua concepção da formação de cada tipo de direito numa sequência linear; um direito como pré-requisito para o seguinte. É uma forma de conceber a construção da cidadania como um processo de evolução natural. Como orienta Turner (1990), um “modelo evolucionário que sugere uma transição pacífica ou gradual em direção à cidadania”.

Concordamos que T. H. Marshall propõe uma visão liberal baseada na defesa dos direitos do homem e na valorização do individualismo. No entanto, percebemos uma tendência mais reformista se comparado ao liberalismo conservador em geral, já que ele oferece uma alternativa além da antinomia marxista e do liberalismo clássico. A ideia dele é demonstrar que o problema não estava no sistema econômico em si, mas na atuação do Estado em proporcionar métodos de integração social da realidade. Para isso, defendeu que o avanço da cidadania teria o objetivo de garantir certa igualdade entre os indivíduos, que poderia ser compatível com as desigualdades do capitalismo. Nas palavras do autor: “a desigualdade do sistema pode ser aceitável, desde que exista uma igualdade básica de cidadania” (MARSHALL, 1967).

Uma das principais críticas feitas por diversos comentadores a visão de T. H. Marshall diz respeito justamente a sua visão sobre as lutas

populares. É verdade que o autor reconhece a existência dessas lutas, porém não acredita que a cidadania é resultado delas. No seu posicionamento, nos deixa a compreensão de que o desenvolvimento da cidadania se realizou em função da vontade política das elites, através de um processo de “outorga” das classes dominantes (SAES, 2000; TURNER, 1990).

Entretanto, um dos motivos que nos interpelam a questionar essa assertiva é o fato de que historicamente, sempre ocorreram disputas entre as classes sociais pela instauração de direitos, avanços e recuos das elites em alguns momentos, que perderam a “interdependência” com os demais setores, principalmente, quando o avanço da cidadania questionou certos privilégios, ou mesmo provocou uma maior desestabilização da desigualdade social (WOOD, 2010).

Dessa maneira, mesmo compreendendo a importância clássica do seu esquema explicativo sobre a geração de direitos de cidadania na sociedade inglesa, que posteriormente se transformou numa teoria geral sobre cidadania, acreditamos que houve um excesso de institucionalismo e burocratismo na leitura social do autor, o que a nosso ver, prejudicou uma observação mais ampla da interferência do movimento dialético da totalidade das classes e grupos sociais que compõem a sociedade, já que é importante valorizar a atuação da sociedade civil na consolidação dos processos reais de cidadania (SAES, 2000).

Mesmo com algumas ressalvas, consideramos que a base da sua explicação continua sendo relevante e atual. No intuito de revisitar os seus conceitos e aplicá-los à realidade atual, precisamos considerar primeiramente as transformações históricas ocorridas desde o fim do século vinte até os dias atuais. Nesse sentido, é importante considerar que a expansão do capital colocou em xeque a centralidade dos estados-nações e o debate sobre classe. A compreensão de que a realidade contemporânea excedeu as barreiras de classe e de territórios, sendo caracterizada por

uma variedade de dimensões identitárias e simbólicas decorrentes por um lado pela interculturalidade proporcionada pela globalização, e do outro, pela ação dos novos movimentos sociais que disputam um conceito mais amplo de cidadania que aprofunde a ideia tradicional de “status legal” universal para o reconhecimento das diferenças. De acordo com Adrián Gurza Lavalle:

por sua vez tais identidades firmam-se como portadoras de necessidades específicas e de reclamos diferenciados, cuja satisfação não é passível de equacionamento nos marcos de um status universal caracterizado desde suas origens por pressupostos normativos que alicerçam simbolicamente o reconhecimento de direitos iguais para os membros da comunidade política em detrimento do direito à diferença (LAVALLE, 2003, p. 08).

É nessa perspectiva, que, alguns autores, falaram sobre a necessidade de estender o esquema de T. H. Marshall para outros campos além dos direitos sociais, como por exemplo, os direitos humanos e os direitos culturais, respectivamente (TURNER, 2002; KYMLICKA, 1996).

É notório que os direitos humanos ocuparam grande relevância no debate sobre a teoria social nos últimos anos, principalmente, por existirem orientações de organismos internacionais e cooperação de países membros para a construção de um mundo menos desigual a partir do cumprimento de resoluções e diretrizes que estiveram voltadas para a valorização da pessoa humana.

Baseados nessa proposta, que acreditamos que pode ser relevante para esse trabalho considerar a expansão da proposta de T. H. Marshall para o que poderíamos chamar de uma quarta etapa dos direitos de cidadania, voltada agora para os direitos culturais como um tipo de

direito humano específico, que pode representar a diversidade presente na realidade contemporânea, considerando o fato de que há uma tendência de maior desenvolvimento dos direitos culturais em sociedades que já institucionalizaram os direitos sociais.

Desse modo, tecer considerações sobre os direitos culturais como um ramo da cidadania e os seus impasses de aplicação seja no Brasil ou no mundo, nos permite colaborar para o preenchimento de uma lacuna de estudos que é bastante atual e que carece de debate nas políticas culturais, principalmente, no que diz respeito a consideração de um conceito mais aprofundado sobre o tema.

O AVANÇO DA CIDADANIA CULTURAL E DOS DIREITOS CULTURAIS NO BRASIL

A disputa por um conceito mais amplo de cidadania que aprofunde a noção tradicional de “status legal” universal e passe a abarcar as diferentes dimensões identitárias contemporâneas, tem sido uma manifestação constante dos novos movimentos sociais. Turner (2002) nos indica a possibilidade de estender o esquema linear de T. H. Marshall (1967) para os direitos humanos, e a partir disso, para os direitos culturais (TURNER, 2002).

Acreditamos que a proposta de Turner (2002) possa ser relevante para pensarmos a complexidade de dinâmicas e grupos culturais existentes na contemporaneidade, o debate sobre direitos culturais sendo extremamente pertinente fomentar o debate em torno da relação estabelecida entre cidadania e cultura.

No que se refere ao desenvolvimento dos direitos de cidadania no país, concordamos que ainda vivenciamos um processo de cidadania “incompleta”, já que a sociedade brasileira ainda é fortemente marcada pela

exclusão social, desigualdade de rendas, pobreza e violência (CARVALHO, 2003).

Durante a década de 70 e 80 os movimentos sociais retomaram a questão da democratização do Estado transformando suas demandas em garantia de direitos por meio da construção da “Carta Magna” brasileira. Vale salientar, que a luta dos representantes do campo popular e democrático, iria mais além, promovendo a criação de um “sistema descentralizado e participativo” no qual, os representantes da sociedade civil realizariam o controle social das políticas sociais incorporando as seguintes dimensões: “formulação, deliberação, monitoramento, avaliação e financiamento das políticas públicas” (MORONI, 2006).

Foram elaboradas “diretrizes constitucionais” que garantiram a instauração de espaços públicos institucionais como conselhos, conferências, orçamentos participativos, entre outras instâncias, que permitiram a participação popular na construção das políticas públicas em diversas áreas.

No que se refere ao campo cultural, tivemos um avanço importante em termos legais, com a inclusão do artigo 215 na Constituição de 88, que defendeu o pleno exercício dos direitos culturais e o apoio e valorização do estado às manifestações culturais. Todavia, o que percebemos é que naquele período, não era uma tônica dos movimentos culturais a reivindicação de direitos, assim como, o era realizado pelos representantes dos movimentos de educação, saúde e assistência social.

A gestão de Gil no MinC realizou um processo de retomada da importância de estruturar a cultura e os direitos culturais num modelo institucional de participação social que foi iniciado na década de 80 para outras áreas. Para isso, foram criados diversos mecanismos participativos pelo MinC para a estruturação da política pública de cultura e do diálogo com a sociedade civil. Para fins de delimitação de análise da participação

social realizada pelos representantes da sociedade civil na sua relação com o governo.

Em termos teóricos a proposta do MinC de cidadania cultural se fundamentou em perspectivas dialógicas e participativas, que diferiram de projetos anteriores que compreenderam a cidadania se realizaria através do consumo. Mais do que isso, a proposta da gestão foi ampliar a participação na vida cultural e nos processos políticos que envolvem essa dimensão.

Na observação do desenvolvimento da política pública de cultura, observamos isso através das proposições contidas nos textos dos documentos oficiais, mas também, a partir de “observação participante” realizada em ocasiões em que se realizaram esses processos participativos, que contribuíram para estimular a participação política dos representantes da sociedade civil. Contudo, o que precisa ser problematizado, é até que ponto o que foi discutido e deliberado como demandas relevantes para os movimentos, foi realmente implementado na gestão do MinC?

CONCLUSÃO

Quando levamos em consideração o modelo de desenvolvimento de cidadania a partir das etapas dos direitos, notamos que um dos empecilhos para o desenvolvimento mais amplo desse processo está relacionado como o fato de que ainda não conquistamos majoritariamente os direitos sociais para a parcela mais ampla da sociedade no Brasil. Isso esbarra diretamente no investimento estatal à cultura, já que ainda é uma visão recorrente de muitos gestores públicos, a ideia de que a cultura é um luxo ou uma necessidade supérflua perante outras áreas.

É verdade, que no Brasil, o debate sobre cidadania cultural carece ainda de um desenvolvimento mais alinhado a perspectiva multicultural. A nosso ver, um ponto que deve ser considerado como relevante, é a

compreensão da importância de compreender a cultura como parte da cidadania. Essa seria uma maneira de romper com uma visão hegemônica tradicional que compreende a participação política voltada meramente para a justiça social e para questão da desigualdade econômica. Nesse sentido, compreendemos que uma sociedade verdadeiramente democrática é aquela que inclui a participação na cultura como uma parte substancialmente importante da participação política.

Dessa maneira, podemos dizer, que um dos empecilhos para a institucionalização dos direitos culturais no país, está relacionado ao fato de que, ainda não avançamos o suficiente na implantação dos direitos sociais, a desigualdade social sendo uma das grandes marcas de nossa sociedade. Já que, existe uma dificuldade maior em pensar os direitos culturais, em sociedades nas quais os direitos sociais ainda não foram garantidos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LAVALLE, Adrián Gurza. Cidadania, igualdade e diferença. **Lua Nova [online]**, 2003, n.59, p.75-93.

KYMLICKA, Will. **Multicultural Citizenship**: a liberal theory of minority rights. New York: Oxford, 1996.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MICELI, Sérgio. **Estado e cultura no Brasil**. (org.). São Paulo: Difel, 1983.

MORONI, J. A. O Direito à participação no governo Lula. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL WELFARE,

32., 2006, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.icsw.org/images/docs/>

Events/2006_Brazil/19_07_PDF/jose_antonio_moroni.pdf>. Acesso em: 20 set.2018.

REIS, Elisa Pereira. Percepções das elites sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15. n. 42, Dossiê Desigualdade, fev.2000.

SAES, Décio Azevedo Marques. Cidadania e capitalismo: uma crítica a concepção liberal de cidadania. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, p. 9-38, 2000.

TURNER, Bryan. Outline of a theory of citizenship. **Sociology**, London, v.24, n.2, p. 189-217, 1990.

TURNER, Bryan. ISIN, F Engin. Citizenship studies: an Introduction. In:_____. **Handbook of citizenship studies**. London: Sage Publications, 2002.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2010.

APRENDENDO DA EXPERIÊNCIA: cultura e desenvolvimento

*Alfons Martinell Sempere
Paulo H. Duarte-Feitoza*

ANTECEDENTES

Em setembro do ano 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) assinou a Declaração do Milênio¹ que tinha como objetivo principal garantir direitos humanos básicos e contribuir de forma efetiva a superar a pobreza extrema. Fruto deste histórico acordo internacional se estabeleceram os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs)² que haviam de ser alcançados no ano 2015: erradicar a pobreza extrema e a fome (ODM1), alcançar o ensino primário universal (ODM2), promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres (ODM3); reduzir a mortalidade infantil (ODM4); melhorar a saúde materna (ODM5); combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças (ODM6); garantir a sustentabilidade ambiental (ODM7); e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (ODM8).

Ainda que não mencionada de forma explícita nos oito ODM, a cultura esteve amplamente reconhecida como um elemento estrutural para alcançar os objetivos almejados pela comunidade internacional. De forma sucessiva, em 2010 e 2011, a ONU aprovou duas resoluções sobre Cultura e Desenvolvimento (65/166 e 66/208) que tinham como objetivo fortalecer e impulsionar globalmente

1 <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>

2 <https://www.un.org/millenniumgoals/>

a importância do enfoque cultural para o desenvolvimento³. Foi decisivo ressaltar institucionalmente que tanto as políticas como os projetos culturais contribuem muito positivamente em alcançar os ODMs.

O FUNDO PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO (F-ODM)

Com os precedentes descritos anteriormente, em dezembro de 2006, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Governo da Espanha assinaram um importante acordo de cooperação internacional de aproximadamente 900 milhões de dólares para estimular o alcance destes objetivos. Com estes recursos foi criado o Fundo para o Alcance dos Objetivos do Milênio (F-ODM)⁴ que financiou projetos nos que se integraram as diferentes agências das nações unidas, os governos nacionais, os governos locais e as comunidades. É importante destacar que o F-ODM foi um elemento chave da política espanhola de cooperação multilateral para o desenvolvimento.

O F-ODM, segundo seus dados oficiais, apoiou 130 programas interagenciais repartidos em 50 países de 5 continentes beneficiando de forma direta a mais de 9 milhões de pessoas⁵. Os programas foram divididos em oito janelas temáticas: 1) Infância, Segurança Alimentar e Nutrição; 2) Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres; 3) Meio Ambiente e Mudanças Climáticas; 4) Juventude, Emprego e Migração; 5) Governança Econômica Democrática; 6) Desenvolvimento e Setor Privado; 7) Prevenção de Conflitos e Construção da Paz; e, 8) Cultura e Desenvolvimento. É extremamente importante ressaltar que esta última janela, em C+D, foi uma inovação importante dentro das abordagens clássicas do PNUD e das Nações Unidas no âmbito da cooperação internacional ao desenvolvimento

3 Recursos em Cultura e Desenvolvimento: <http://www.unesco.org/new/es/culture/achieving-the-millennium-development-goals/resources/culture-and-development-resources/>

4 <http://www.mdgfund.org/>

5 <http://www.mdgfund.org/>

de acordo com uma das finalidades deste fundo; abrir novas perspectivas de luta contra a pobreza. Assim, estes programas conjuntos contribuíram para o progresso e alcance dos ODM, estimulando a participação nacional das iniciativas por parte dos países onde eram realizados.

A Janela temática em Cultura e Desenvolvimento

Uma das grandes contribuições do F-ODM foi a inclusão de uma Janela temática dedicada exclusivamente à Cultura e Desenvolvimento com a qual se conseguiu introduzir na agenda internacional um claro fortalecimento das indústrias criativas e da proteção natural e cultural como instrumentos eficazes de desenvolvimento econômico. Mas também a importância da recuperação das identidades culturais como expressão de coesão social, a memória histórica e o patrimônio cultural desde uma perspectiva integral. Com um orçamento de 95,6 milhões de dólares, a Janela de C+D permitiu realizar 18 programas conjuntos em todo o mundo: África (5), América Latina (5), Ásia (2), Estados Árabes (3) e Europa do Leste (3).



A totalidade dos programas realizados nesta área tiveram como eixos estruturais e transversais os direitos culturais, a inclusão social, o impulso do patrimônio cultural e o potencial turístico dos países com o objetivo claro de reduzir a pobreza e aumentar o emprego de qualidade, vinculado à cultura, e melhorando, assim, as oportunidades dos segmentos mais frágeis e marginalizados da sociedade⁶. Além disso, procurou-se fortalecer processos de interculturalidade e de paz através da educação, onde participaram, sempre de forma interagencial, atores governamentais, sociedade civil, setor privado, entre outros. Os programas conjuntos reafirmaram a importância da cultura como agente de desenvolvimento promovendo a inclusão e coesão social, a criação de emprego e uma melhora de vida dos coletivos mais vulneráveis da sociedade.

De forma resumida, os resultados mais imediatos e quantitativos da Janela temática em Cultura e Desenvolvimento foram: 1) 2,3 milhões de pessoas beneficiadas de novas e renovadas infraestruturas culturais; 2) 12.300 empreendedores culturais aumentaram sua renda; 3) criaram-se 50 inventários para proteger o patrimônio cultural e natural, inclusive adicionando novos lugares à lista de Patrimônio Mundial da UNESCO; e, 4) 1.450 instituições públicas e entre 14.200 funcionários conseguiram ampliar suas capacidades através dos programas do F-ODM⁷.

6 Naquele então, a recém-aprovada *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* da UNESCO em 2005, havia reconhecido a importância do setor criativo na cooperação para o desenvolvimento. <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/international-instruments-clt/>

7 Os resultados se encontram na página do F-ODM [<http://www.mdgfund.org>]. No entanto, é preciso destacar três documentos importantes: 1) *Resumo executivo da Janela C+D* [http://www.mdgfund.org/sites/all/themes/custom/undp_2/docs/thematic_studies/Spanish/Cultura_y_Desarrollo_Estudio_Tematico_5-pager_Link.pdf]; 2) *Informe de avaliação específico da Janela C+D* [http://www.mdgfund.org/sites/all/themes/custom/undp_2/docs/thematic_studies/English/full/Culture_Thematic%20Study.pdf]; e, 3) *Informe de Avaliação Final, global e temática do F-ODM* [http://www.mdgfund.org/sites/default/files/Fondo_ODM_Evaluacion.pdf].

O Projeto *Learning from practical experiences. Culture and Development*

As experiências dos projetos conjuntos da Janela específica no campo da cultura e desenvolvimento representou uma possibilidade inédita de inovação. Cada um dos 18 projetos trabalhou através de objetivos e conteúdos diferentes e foram incorporando, aos poucos, sistemas diferentes de avaliação, seguimento e controle com total autonomia. Neste sentido, um dos aspectos que se notou nas múltiplas experiências dos projetos foi a dificuldade de reter o conhecimento adquirido durante os processos. É comum que muitas experiências e boas práticas geradas durante os projetos não são capazes de transferir este conhecimento a outros atores de tal maneira que, aproveitando essas experiências, se propôs criar um corpus conceitual sobre a prática de cultura e desenvolvimento.

Assim sendo, o F-ODM encarregou ao *Laboratorio de Investigación e Innovación en Cultura y Desarrollo* (L+iD), formado por pesquisadores da Universidade de Girona (Espanha) e da Universidade Tecnológica de Bolívar (Colômbia)⁸, a realização de uma pesquisa que partisse da experiência prática dos projetos de C+D da Janela, sistematizasse esse

8 O Laboratorio de Investigación e Innovación en Cultura y Desarrollo (L+iD) [<http://desarrolloycultura.net/>] foi constituído em 2009 pela Universidade de Girona (UdG), através da Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Cooperação [www.catedraunesco.com] e a Universidade Tecnológica de Bolívar (UTB) com uma clara intenção de cooperação norte-sul/sul-norte. O L+iD foi, desde então, um espaço para a pesquisa, o estudo e o debate sobre as relações entre cultura e desenvolvimento em âmbitos locais, nacionais, e internacionais. A Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Cooperação vem trabalhando ao longo de quase 20 anos com uma ampla rede de pesquisadores nacionais e internacionais no campo das políticas culturais, e, principalmente, na análise do potencial da cultura como estratégia de desenvolvimento. Na mesma linha, a Universidade Tecnológica de Bolívar (UTB) em Cartagena de Índias, Colômbia, trabalha numa visão especial do desenvolvimento onde a cultura obtém um papel protagonista; vale dizer, também, que a UTB foi a primeira universidade na Colômbia, e na América Latina, a oferecer um Mestrado em Cultura e Desenvolvimento. O projeto em questão, intitulado «Learning from practical experiences. Culture and development» [<http://www.apl-cultural.com/>], foi realizado entre 2011-2013, co-dirigido por Alfons Martinell (UdG) e Alberto Abello (UTB), e nele participaram Gemma Carbó, Taína López, Urgell Funollet, entre outros.

conhecimento e desenhasse umas ferramentas práticas (*aplicaciones*) com o objetivo de transferir conhecimento e facilitar, assim, a sua própria gestão.

Nos últimos anos, pesquisadores da Cátedra UNESCO e da UTB, notaram que houve muita prática em cultura e desenvolvimento mas que muitas delas acabavam se perdendo por diversos motivos. Nesse sentido, o projeto de pesquisa em questão propôs aproveitar e revisar os 18 programas conjuntos aportando sua experiência e conhecimento para contribuir à definição e implementação de um processo de sistematização e retenção de conhecimento prático no âmbito da Cultura e Desenvolvimento. Buscava-se estruturar o conhecimento a través de diferentes instrumentos que pudessem fundamentar uma gestão mais diligente, eficaz e sustentável de futuros projetos neste âmbito. Existe um claro contraste entre um marco teórico e uma prática e o que se propunha era superar o relato da experiência para conceitualizá-la para poder fazer mais eficaz a transferência e a gestão do conhecimento como uma contribuição para o desenvolvimento humano através do fornecimento de conteúdo para a geração de capacidades.

A intencionalidade principal do L+iD, através das ferramentas, foi facilitar um processo no qual aumentar as capacidades de gestão e promover uma maior eficiência e sustentabilidade nas ações de projetos de desenvolvimento com enfoque cultural.

A metodologia de pesquisa

O projeto «Learning from practical experiences. Culture and development» partiu das experiência práticas da Janela de Cultura e Desenvolvimento permitindo criar essas ferramentas on-line para a planificação e implementação de projetos que tivessem como missão o enfoque cultural para o desenvolvimento. O L+iD criou, assim, uma

metodologia baseada em técnicas das ciências sociais denominada Applied Practical Learnings (APL) onde mistura pesquisa-ação.

Como foi explicitado no *draft*⁹ do projeto, a experiência nos mostrou algumas limitações na implementação de certas orientações em cultura e desenvolvimento e por este motivo era necessário gerir o conhecimento adquirido para facilitar a sua transferência. O trabalho de campo procurou identificar os fatores de êxito, fracasso ou quaisquer limitações dos projetos que valessem a pena ter em conta em futuras oportunidades com a vontade última de aumentar a eficácia e a sustentabilidade dos projetos na configuração de um enfoque cultural para o desenvolvimento.

A metodologia estava centrada na construção de referentes e materiais aplicáveis. Buscava-se recopilar dados e informações para ajudar a construir elementos materiais práticos e instrumentais na forma de propostas e protocolos que incidissem na reflexão sobre a própria prática para fomentar as capacidades dos agentes culturais. Os materiais, resultado do projeto, foram uma recopilação e estudo das melhores experiências e práticas extraídas de entrevistas, dos documentos e informes finais e de seguimento dos projetos conjuntos individuais. Toda essa informação permitiu a construção das ferramentas que pretendem enriquecer o setor da Cultura e Desenvolvimento e o Sistema Cultural em geral para uma maior eficácia da ação permitindo a profissionalização e a sistematização do setor.

As seis ferramentas

Com toda a informação e conhecimento aportados pelos 18 Projetos Conjuntos da Janela em Cultura e Desenvolvimento, o L+iD

9 http://www.mdgfund.org/sites/default/files/Girona%20partnership%20project%20docs_0.pdf

desenvolveu seis ferramentas tecnológicas. As mesmas foram pensadas para que acompanhassem a pessoas individuais, comunidades, ONGs, empresas, etc., na gestão de projetos com enfoque cultural para o desenvolvimento. A seguir apresentamos as seis ferramentas:

Contexto e contextualização

A primeira ferramenta tem a ver com a importância do contexto e da contextualização dos projetos. O contexto é a área sobre a qual os projetos de desenvolvimento atuam para poder transformar sua realidade. Conhecer o contexto de forma profunda é imprescindível para poder contribuir aos objetivos dos projetos. Devemos ter em conta as particularidades do contexto que nos podem permitir enxergar as necessidades, as oportunidades ou expectativas; o contexto é a origem e o destino das ações e por este motivo é imprescindível conhecê-lo e compreendê-lo. Neste sentido, para um processo de contextualização profundo e amplo, é importante abordar três agrupações gerais: território (onde estamos), organização social (o que fazemos) e vida cultural (quem somos). Entender estas dinâmicas, e compreender que estão interligadas, nos ajuda a fazer os projetos com enfoque cultural para o desenvolvimento muito mais eficazes.

Capacidades para o desenvolvimento

Esta ferramenta está pensada para incorporar o enfoque de capacidades nas ações de desenvolvimento insistindo nas relações entre capacidades básicas e capacidades culturais¹⁰. O desenvolvimento humano considera que toda pessoa dispõe de determinadas capacidades úteis

10 Nussbaum, Martha. (2012). *Crear capacidades. Propuestas para el desarrollo humano*. Barcelona: Paidós.

para ser usadas como motor de desenvolvimento. O que são exatamente as «capacidades»? O filósofo e economista Amartya Sen chamou-as de «liberdades substanciais», ou seja, um conjunto de oportunidades para escolher e atuar. O desenvolvimento dessas capacidades expressivas, por tanto, podem levar-nos ao diálogo entre diferentes. É por isso que, qualquer ação destinada ao desenvolvimento é, em si mesma, um processo de construção de capacidades. É por isso que esta ferramenta está pensada para analisar o estado das capacidades no contexto de atuação de uma ação de desenvolvimento, a partir da seleção de uma série de capacidades a serem consideradas no marco de uma ação concreta.

Processos de comunicação

A comunicação é um procedimento fundamental de qualquer projeto. É por este motivo que esta ferramenta foi pensada para facilitar o desenho de estratégias de comunicação dos projetos integrando questões fundamentais como direito básico à comunicação, ao meio cultural, como ferramenta de participação sociocultural e de impacto econômico. A ferramenta foi pensada, também, para que os usuários tenham presente os processos comunicativos ao longo do projeto, mas não só como atividade de difusão, senão como alcance de objetivo de desenvolvimento, como direito humano básico que possa fomentar a convivência, o diálogo (inter)cultural, a participação e inclusão social e a criação de espaços para compartilhar capacidades e valores que ajudam ao desenvolvimento humano.

Resolução de problemas de gestão

No conjunto dos 18 projetos, observaram-se alguns problemas comuns e compartilhados; isso revelou a necessidade de prever resoluções

aos possíveis problemas que pudessem aparecer no decorrer dos projetos. Identificados em sessões de debate e trabalho conjuntos com os atores e líderes deste tipo de ações, esta ferramenta oferece o conhecimento de algumas respostas que se encontraram para uma maior eficácia das intervenções dos projetos. Trata-se de reflexões, conceitos e conteúdos sobre a gestão de problemas em geral e algumas soluções que diversos atores encontraram para resolver. Existem alguns problemas que podem ser considerados muito comuns em ações de cultura e desenvolvimento. No caso, agentes e atores se enfrentaram a estes problemas oferecendo algumas soluções que estão contidas na ferramenta. O caso é que o conhecimento sistematizado sobre os problemas mais comuns no âmbito da cultura e desenvolvimento podem contribuir a diagnósticos sobre diversos aspectos de distintos projetos facilitando estratégias orientadas a prevenir situações idênticas ou parecidas.

Transversalidade da cultura

A transversalidade da cultura é um fator chave nos projetos de cultura e desenvolvimento. Esta ferramenta propõe uma reflexão importante sobre a transversalidade com o objetivo de se adaptar às realidades complexas dos contextos nos quais atua. O objetivo último é, também, incorporar um enfoque cultural que tenha a vida cultural como centro neurálgico. A ferramenta recolhe referentes teóricos e conceituais que têm em consideração a importância da transversalidade com o fim de superar visões parciais e facilitar a implementação do enfoque cultural em todas as suas fases. Também inclui uma proposta prática de protocolo com outras ferramentas (glossários, referências, páginas web, etc.) que ajudem os atores a incluir a transversalidade da cultura em todas as fases de seus projetos. Um dos resultados mais importantes desta ferramenta é que o

enfoque cultural transversal incorpora os princípios dos direitos culturais, ou seja, o acesso à vida cultural do território, a fim de conseguir ações integrais.

O projeto

A última ferramenta foi desenhada com o objetivo de apoiar a gestão dos projetos de desenvolvimento. No caso, focaliza os momentos e ciclos do projeto onde é necessário acentuar o enfoque cultural ao desenvolvimento. Encontram-se organizadas uma série de reflexões e recomendações gerais que possam facilitar a inclusão do enfoque cultural para o desenvolvimento nos diferentes ciclos dos projetos. Trata-se de orientações sobre momentos chave em que é importante ter em conta a dimensão cultural. A ferramenta pode facilitar a inclusão do enfoque cultural ao desenvolvimento em diferentes metodologias utilizadas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos importante fazer algumas considerações finais sobre o valor teórico e prático deste projeto de pesquisa realizado pelo L+iD. Constatado o enorme contraste entre a prática realizada no âmbito da C+D e o marco teórico, os pesquisadores do L+iD transformaram o conhecimento prático; ou seja, superaram a narrativa da experiência para poder conceituá-la. É neste aspecto que as ferramentas fazem possível a gestão do conhecimento, transformando-se em instrumentos conceituais para melhorar a prática.

O trabalho realizado pelas organizações internacionais nos últimos anos, desde a Declaração do Milênio, em constante diálogo com UNESCO e PNUD, abriu um caminho inédito para a cooperação cultural

internacional ao desenvolvimento. Organismos internacionais, governos nacionais, locais e sociedade civil, colocaram a cultura no centro das soluções aos clássicos problemas mundiais; é um caminho sem volta onde se deve persistir. Conseguimos muito, e em relativamente pouco tempo, estabelecendo agendas (inter)nacionais de valor incomensurável fazendo da cultura um bem inalienável com soluções teóricas e práticas constatáveis. Como a eficácia das ajudas ao desenvolvimento continua sendo uma preocupação geral, as ferramentas desenvolvidas pelo L+iD contribuem para que os projetos com enfoque cultural para o desenvolvimento deem um salto qualitativo e quantitativo. Cabe a nós, pesquisadoras e pesquisadores das políticas culturais, continuar trabalhando para melhorar as atuações neste campo. Como em muitos campos de pesquisa aplicada, este projeto limitou-se à temporalidade do fundo e não teve continuidade por falta de recursos que permitisse a consolidação de sua contribuição. Apesar dessa dificuldade, um grupo de especialistas e pesquisadores continua a trabalhar para a configuração de uma abordagem cultural do desenvolvimento que supere a reticência da dimensão cultural ao desenvolvimento após tantas décadas de trabalho objetivável. Um exemplo dessa dificuldade pode ser visto na não incorporação de uma área específica à cultura nos ODS.

REFERÊNCIAS

Assembleia Geral das Nações Unidas. Resolução 65/166. “Cultura e desenvolvimento” A/RES/65/166 (20 de dezembro de 2010). Disponível em <http://undocs.org/A/RES/65/166>

Assembleia Geral das Nações Unidas. Resolução 66/208. “Cultura e desenvolvimento” A/RES/66/208 (22 de dezembro de 2011). Disponível em <http://undocs.org/A/RES/66/208>

Martinell, Alfons (coord.). (2010). *Cultura y desarrollo. Un compromiso para la libertad y el bienestar*. Madrid: Fundación Carolina; Siglo XXI.

Martinell, Alfons; López, Taína. (2007). *Políticas culturales y gestión cultural. Organum sobre los conceptos clave de la práctica profesional*. Girona: Documenta Universitaria.

Nussbaum, Martha. (2012). *Crear capacidades. Propuestas para el desarrollo humano*. Barcelona: Paidós.

UNESCO. (2002). *Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural*.

UNESCO. (2005). *Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais*.

APL Cultural [<http://www.apl-cultural.com/>]

Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Cooperação da Universidade de Girona [<http://www.catedraunesco.com/>]

Laboratorio de Investigación e Innovación en Cultura y Desarrollo (L+iD) [<http://www.desarrolloycultura.net/>]

F-ODM [<http://www.mdgfund.org/>]

AGÊNCIA E CONFORMAÇÃO NO FORRÓ DO BRASIL MODERNO

Natalia Freire de Moura

A CONFORMAÇÃO DO FORRÓ

O assunto que deságua neste ensaio vem do percurso de uma história, concebida em outra história, que antes fora fundada num trecho da grande história, a partir da velha história, permanente em uma longa história e que segue no presente fazendo história.

Havia tido contato com forró através da dança, nos trabalhos de escola em épocas a celebrar o dia do folclore; e por eventos de diversos formatos. No Sudeste, mais especificamente em Santos - São Paulo, de onde sou natural e fui criada, o forró é cultuado com frequência por universitários, cuja classe nomina a variante do forró que mais se dança entre eles: forró universitário. Passaram-se anos, conheci coco, cavalo marinho, maracatu, jongo e o forró foram chegando com mais frequência em meus ouvidos, quando eu, junto a minha família, passei a residir na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, em 2015. De passagem por espaços turísticos, das festas de vizinhos, e idas a restaurantes na praia, o som do forró tornou-se frequente e eu, voluntariamente, fiz sua inserção em meu repertório para escutar também em casa. Tenho que admitir que o fole, a sanfona, a zabumba e o triângulo chamam uma alegria empolgante e promovem cor ao dia. Como estudante de Ciências Sociais, em 2018 fui aprovada para estagiar no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, na Paraíba. Por essa oportunidade, meu contato tem

se estreitado com universo forrozeiro, diante do processo de pesquisa e empenho que a sociedade civil junto ao Iphan tem executado para o reconhecimento do forró como patrimônio cultural imaterial. Nesse acompanhamento, conheci Joana Alves e a Balaio Nordeste (associação cultural protagonista no processo de reconhecimento do forró, presidida por Joana). Joana Alves merece mais de um capítulo para esboçar sua empreitada no ciclo forrozeiro, com engajamento por melhores condições aos artistas do segmento, à legitimação do forró como patrimônio e para o zelo de tradições. Por meio da Balaio Nordeste, tive acesso irrestrito ao material colhido durante sete anos, desde o início do diálogo da sociedade civil para a salvaguarda do forró. Componente a esse material, há fichas com dados de forrozeiros, jornais e revistas dos shows e participação destes artistas em eventos, vídeos com shows e entrevistas, e documentos escritos e audiovisuais dos fóruns executados, como Encontros de Foles de Oito Baixos, Fórum Nacional do Forró, entre outros.

Transcrevi entrevistas gravadas, narrativas e argumentações advindas de artistas, produtores e pesquisadores do forró. Eu, como neófito na área das Ciências Sociais, ainda no começo do contato com os dados e personagens que formam esse universo, senti necessidade de fazer uma leitura do forró a partir de sua concepção como gênero musical, pelo seu criador Luiz Gonzaga, e de sua conexão com o momento político que permeava o Brasil e o público como o qual se comunicava. Não trata essa percepção de essencializar o forró, mas de tentar desenvolver um prólogo, uma reflexão pelos vieses filosófico e sociológico.

A narrativa se desenvolve no Brasil em tempos da modernidade, nas circunstâncias de um país entre o progresso e a ditadura, das categorias homem sertanejo, proletário retirante nordestino, músico/artista.

Ao objeto apreendido, subjaz uma perspectiva diacrônica que pretende, sobretudo, verificar dentre um conjunto de fatos sociais a partir

do Brasil desenvolvimentista da década de 40, o limite da liberdade, o poder de agência e a que serviram, no campo político e econômico, os artistas precursores especificamente no setor musical do forró, no conjunto de seu ofício e expressão, entre forças externas instituintes.

A relevar as subjetividades entre as relações sociais entre a humanidade, principalmente da modernidade, essa pressionada entre o viver comunitário solidariamente e a demanda do saciar seus desejos individuais. Busco uma base para conceituar quem é o Homem – a partir dos sujeitos deste estudo. E abarco a acepção de Rousseau - que tem o Homem bom no estado de natureza, inserido em condições paradoxais enquanto ser Homem e ser cidadão¹ (Rousseau, apud Souza, 2001).

“(...) desde o instante em que um homem sentiu necessidade do socorro de outro, desde que se percebeu ser útil a um só contar com provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu - se a propriedade, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas transformaram-se em campos aprazíveis que se impõe regar com suor dos homens e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e crescerem com as colheitas.” (ROUSSEAU, 1983, p. 265).

Depreende - se que a dignidade é calcada no princípio da igualdade e a autenticidade no princípio da diferença. E destes dois

1 Em “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os Homens”, Rousseau situa em uma escala evolutiva os estágios do Homem e, nesta hierarquia, pronuncia-se sobre a questão da maldade humana. Estabelece três etapas evolutivas na jornada do Homem. 1º homem natural, subjugado pelos instintos e pelas sensações, sujeito ao domínio da Natureza; 2º o homem selvagem, locupletado por confrontos morais e imperfeições; 3º o homem civilizado, portador de interesses privados, que asfixia sua moralidade. “(...) desde o instante em que um homem sentiu necessidade do socorro de outro, desde que se percebeu ser útil a um só contar com provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas transformaram-se em campos aprazíveis que se impõe regar com suor dos homens e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e crescerem com as colheitas” (ROUSSEAU, 1983, p. 265).

princípios da vida social guiam-se os embates políticos, econômicos e culturais dos tempos modernos. (SILVA, 2005).

Seguimos para a compreensão do entendimento da importância da dignidade ao sertanejo, artistas e proletário retirante.

Para Jessé Souza (2004), é inegável aos países periféricos² a necessidade de ser avançado, o reconhecimento da dignidade como valor fundamental, sendo imorredoura às sociedades periféricas, a reprodução de desigualdade social. Jessé faz reformulações antes exploradas por Pierre Bourdieu (2014), com questionamento sobre a “ideologia da igualdade de oportunidades” patente na ordem capitalista. Ideia trabalhada no processo de dominação simbólica das sociedades capitalistas avançadas coloca às perspectivas críticas e radicais, uma falsa visão de superação tendencial da luta de classes característica do capitalismo.

Com intuito de simplificar e facilitar o entendimento dos sujeitos estudados categorizo o sertanejo, o nordestino proletário retirante e o artista como Homem cidadão trazido por Rousseau no séc. XVIII.

Assim, na condição de Homem cidadão inserido na concorrência de acontecimentos, da escassez de igualdade, na falta de dignidade, levanto a primeira pergunta: foi/é possível usufruir de liberdade e de exercer o poder de agência ao Homem cidadão na ordem capitalista?

No interior filosófico sobre autonomia de Kant (1996), interioriza-se o conceito de liberdade desenvolvido por Rousseau e o

2 Nos estudos de Jessé Souza, entende-se como país periférico (como ele categoriza o Brasil), “o Estado com grande desigualdade social e sua naturalização, marginalização em massa de setores expressivos da população, com dificuldades de consolidação de uma ordem democrática e de um mercado competitivo e eficiente – de consequências da expansão pré-moderna de modelos familísticos para todas as esferas sociais. A partir de um paradigma explicativo semelhante àquele do *culture and personality*, dominante na sociologia e na antropologia norte-americanas da primeira metade do século XX. Parte-se de uma perspectiva culturalista sem que se faça uma vinculação adequada com a eficácia de instituições fundamentais e onde a cultura é percebida como uma entidade homogênea, totalizante e auto-referida” (SOUZA, 2004).

converte em autonomia da vontade, da qual apenas ao Ser inteligível, dotado de cognicidade, é possível a racionalização da vontade.

Ao Homem, o princípio da autonomia revela que apenas ele tem o poder de desempenhar o ser soberano e súdito de si mesmo, com capacidade de criar leis e obedecer a si próprias.

Mas para cada vontade (surgida espontaneamente), surgem imperativos subordinados ao dever` (ação boa por si mesma).

Ulterior ao processamento da vontade é consumada a ação por um profundo senso de dever. “Uma ação praticada por dever tem o seu valor moral, não com o propósito que com ela se quer atingir, mas na máxima que a determina”. Rousseau (2001) convida os homens a pensar com liberdade³ e a agir com autonomia. Considera-se exequível que a autonomia seja o advento da honradez da natureza humana, enquanto ser racional e que a efetiva liberdade de cada um se Realiza no interesse coletivo, visto como um processo final de uma ação calcada em critérios morais, na cooperação, na reciprocidade e no

desenvolvimento da noção de responsabilidade e compromisso para com o “outro”. A liberdade é a chave da autonomia da vontade.

Sobre o exercício da autonomia referida, levanto a segunda seção de perguntas para reflexão: Em um cenário de seca, fome, sede, do precariado, de abandono, há condição do exercício da capacidade cognitiva? O retirante nordestino tinha opção de sobrevivência em permanecer em sua terra? O que representa o forró no processo histórico de desenvolvimento do Brasil? Qual poder emana do forró, por meio de Luiz Gonzaga?

Quando eu vim do sertão,
seu moço, do meu Bodocó
A malota era um saco

3 Na asserção da ideia de liberdade, tem-se o mesmo significado de eticidade (a vontade é a razão prática).

e o cadeado era um nó
Só trazia a coragem e a cara
Viajando num pau-de-arara
Eu penei, mas aqui cheguei
Trouxe um triângulo, no matolão
Trouxe um gonguê, no matolão
Trouxe um zabumba dentro do matolão
Xote, maracatu e baião
Tudo isso eu trouxe no meu matolão
Pau de Arara - Luiz Gonzaga

De argúcia servia-se Luiz Gonzaga; captou a extrema realidade do sertanejo, conjugou instrumentos musicais; reinventou o sentido de uma expressão artística; gerou uma nova concepção de música e também estabeleceu diálogo com o universo capitalista, ao passo da decantação da subcidadania do Brasil periférico.

“Forró é uma manifestação popular. Endêmico da região nordestina. Verbete Forrobodó; corruptela do “verbete” francês “Folks bourdon”. O português para ferir a alma francesa, quando via uma festa chula, dizia que era Forrobodó (...) depois de 50 anos foi fundado por Luiz Gonzaga que uniu o Baião com o chorinho, após a década 50, colocando o forró, enquanto ritmo e enquanto gênero. Quanto gênero abrange a manifestação que inclui o Maracatu, entre outros”. (Santana Cantador, 2011).

No corrente processo de fabricação das desigualdades sociais, a partir da década de 1940, a baixa estima coletiva foi evocada. O forró serviu, já na década de 50, como subterfúgio de re-significação da vida cotidiana do sertanejo espalhado pelo território brasileiro.

No sensível que a música afeta, fez-se entre os retirantes nordestinos, proletários ocupantes de várias regiões, a reconexão de elos afetivos, o revigoramento do ímpeto do trabalhador (RAMALHO, 2000).

A ERA MODERNA EM QUE O FORRÓ SE ENCONTRAVA DIANTE DO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

Do Sertão cantando

Ainda antes do forró, o sertão lírico, o sertão árido e semiárido, o sertão precário, o sertão nordestino, o sertão do sudeste e o sertão “próximo de Deus” revelava-se pelas linhas literárias de Raquel de Queiroz com “O Quinze”, por meio dos sinestésicos romances de Jorge Amado, através de “Grandes Sertões Veredas” de Guimarães Rosa, por Graciliano Ramos com “Vidas Secas”, via obras renomadas como “Morte e Vida Severina” de João Cabral de Melo Neto, pela dramaturgia autêntica de Ariano Suassuna e posteriormente pela estética elaborada do Cinema Novo de Glauber Rocha.

O destino fadado ao Sertão até aos anos 2000, em parte se dava por fenômenos naturais climáticos, mas em boa parte, em decorrência do lugar secularmente subjugado, explorado para monocultura canavieira, depois para monocultura pecuária e ignorado para exploração de maneira estratégica. (DUARTE, 2003).

[...] Qui brasero/ qui fornaia/ Nem um pé de prantação/
Pur farta d'água/ Perdi meu gado/ Morreu de sede meu ala-
zão [...] (Luiz Gonzaga – Asa Branca)

A música “Asa Branca” ressoou nos corações dos nordestinos, apropriado simbolicamente por estes como um Hino da Nação Nordestina. O proclamador do reconhecido hino de seu povo é o ‘Rei do Baião’. Luiz Gonzaga teve a maestria de lançar uma poética melódica e entonar serenamente o murmúrio do vociferar de dor dos filhos e pais

órfãos, “indignos” de uma vida moral, sucumbidos na solidão, fome, sede, miséria e apatia (CORRÊA et al, 2012).

Como é possível constatar, Gonzaga traduz e realça, no seu canto, a angústia nordestina, despertando a nossa atenção para o descaso dos governantes, no que tange à viabilização de medidas eficazes na erradicação dessa problemática que atinge, de forma exorbitante, o Sertão – agravada por fatores como: injustiças político-sociais, fome (consequência da seca), responsáveis pela migração de todo um contingente humano para os grandes centros urbanos do País (por exce-lência São Paulo) (CORRÊA et al, 2012).

Um rei entre peões

Forró de verdade é o que sai do chão, sai da raiz. Forró é identidade do povo sertanejo. Luiz Gonzaga era uma bandeira. Luiz Gonzaga e Jackson do Pandeiro eram como Pelé e Garrincha. A Globalização só funciona com o que existe fora. Mandam muito produto cultural para cá e não tratam com o mesmo respeito o que se tem no Brasil, e exportar a outros países. Forró é a cara do Sertão e do Nordeste. Uma juventude com letras pobres andam expressando um não forró. Forró tem letras que necessitam de aprofundamento. Não dá para cantar forró, falando de Copacabana. (Menes-trel Marciel de Melo Santos, 2011)

Bourdieu (2014), com seus estudos dos reinos feudais, verificou onde seria o lugar do rei, e deparou -se que o lugar é o que este ocupa em particular no jogo, em um campo de disputas.

Mais à frente, concatena sua percepção e elabora o “pensamento casa”. Coloca a estrutura da Casa como representação alegórica de um conjunto de estratégias de uma realidade transcendente aos que ocupam, a um só tempo, uma construção, o patrimônio, o conjunto da linhagem, etc. A casa é duradoura e sua maior pretensão é

perpetuar-se no existir, exigindo dos que a habitam, que ajam para além de seus próprios interesses temporais, além de suas próprias existências. Utiliza a referência a Weber; o rei é aquele que pode pretender, com chances de acreditarem que ele é rei - sendo o capital simbólico um capital que repousa na crença.

O Rei detinha um poder de natureza semi litúrgica, que punha o soberano à parte de todos os outros potentados seus rivais.” Sendo o rei detentor de um poder de direito divino, mas os outros também, eles eram sempre ungidos, sagrados e consagrados. Do litúrgico remete a alguém em especial que se distingue, cuja particularidade se destacava pelo fato de que recebia um unção em particular. O que Duby assinala do soberano se encontrar à parte dos outros. (BOURDIEU, 2014, pág. 334)

Luiz Gonzaga sobreveio de um jeito estonteante nas casas de todos os brasileiros. Como um Rei, acessou o canal ao contato e sociabilização com classes sociais dominantes e com as demais classes sociais que compõem a hierarquia social moderna. Do Cariri aos Pampas gaúchos. Da América do Sul à Europa e Ásia.

E o que seria responsável por esse fenômeno?

Trazendo o forró como campo no conceito de *habitus* de Bourdieu, é possível apreender a multiplicidade das relações sociais, entre instituições e indivíduos, entre o Estado e o sertanejo, entre o proletário e o capitalista, entre o artista e a indústria cultural, diante de relações de convergências e tensões. O *habitus* serve como mediador das condições sociais existentes na realidade do sertanejo, do artista e do proletário e nas ações individuais, historicamente construídas, auxiliando no entendimento sobre homogeneidade de grupos que tenham uma trajetória social em comum.

Dentre o apanhado teórico desenvolvido referente o papel assumido pelo forró e do protagonismo de Luiz Gonzaga (precursor do forró) como artista e sertanejo, aborda-se a reflexão do limite de liberdade favorecido ao forró, que ao mesmo tempo teve sua fruição pelos veículos de massa em todo território nacional e exportado a outros continentes.

Lá no meu pé de serra/ Deixei ficar meu coração/Ai que saudades tenho/ Eu vou voltar pro meu sertão/ [...]. (Luiz Gonzaga/Humberto Teixeira – Pé de Serra)

O Sertanejo e artista tinha a liberdade de ir e vir, de Norte ao Sul, portava liberdade de expressão de narrar a realidade e a dor de seu povo, tinha como “aliado” o mercado industrial fonográfico - exportando “músicos” do forró ao Sudeste - quando no Rio de Janeiro ainda tinha a gravadora Philips, por exemplo. Da família Calixto e uns tantos outros foram para a “República da Guanabara”, para manter sua família e plantar o seu tostão.

Todos estavam agradados, o artista, o capitalista e o proletário - alienado no seu labor. O lamento só fazia poesia, a dor apenas dava o tom de romance. O viver do sertanejo expresso na sublimidade da música serviu de alimento ao retirante nordestino proletário - ao seu fortalecimento identitário, ao brotar do sentimento de pertença, ao ressuscitar seu lugar de prestígio e ao estímulo do *continuum* do trabalho alienado. Coloca-se aqui o Forró, como gênero solidário de apaziguamento entre o produtor capitalista e o retirante nordestino.

Trazendo esse tema a uma apreensão epistemológica sociológica, recorre-se a Bourdieu, que entre suas elaborações teóricas, sugere que seria preciso superar as contradições entre as três tradições clássicas da Ciência atual, representada por Marx, Durkheim e Weber para compreensão do Estado Moderno. A pensar o Estado como um instrumento de organização

social, provedor de alicerce aos conformismos lógico e moral, capaz inclusive em situações específicas e especiais, de criar consensos.

“ O Estado, essa entidade misteriosa, encarna-se numa série de indivíduos hierarquizados que são mandatários uns dos outros, de sorte que o Estado é sempre o término de uma regressão *ad infinitum*; é o paradigma Kafkiano do Estado como última instância, que encontramos de apelação em apelação” (B, 2014, pág. 279)

A Sociologia pela influência de Bourdieu buscou superar a dicotomia clássica indivíduo x sociedade individualismo x subjetivismo, imprimindo o conceito “*habitus* e o capital” da produção simbólica. plicando este conceito e seus fundamentos ao exame da educação, arte, literatura, linguística e política. Segundo Elias1970, o conceito de *habitus* institucionalizado por Pierre Bourdieu, expande a possibilidade de melhor compreensão da permanência de campos agentes entre as inflexíveis estruturas modeladoras do cenário social, promover mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos; que auxilia a pensar as características de uma identidade social e de uma experiência biográfica. “Não são estruturas reificadas ou metafísicas que existem acima e por cima dos indivíduos”. (ELIAS, 1970, apud BOURDIEU, 2014)

A considerar como pressuposto que: a história não é neutra, os indivíduos não são neutros, a sociedade não é neutra, o Estado não é neutro, a Arte não é neutra e a Ciência tenta ser, mas tão pouco é neutra. Ainda em Bourdieu, quando o papel social é encarnado das instituições pelos agentes, sucedem sanções duais - positivas ou negativas. Na medida que a história prossegue, verte prováveis caminhos diante da disposição determinada, propendendo- as a serem esvaziadas e apartadas, a cercar no âmbito das expectativas, já que se reforça o *habitus* instituído.

Na medida do avanço da história:

Os possíveis tornam-se cada vez mais improváveis, mais difíceis de realizar, porque a sua passagem à existência suporia a destruição, a neutralização ou a reconversão de uma parte maior ou menor da herança histórica que é também um capital e mesmo mais difíceis de pensar, porque os esquemas de pensamento e de percepção são, em cada momento, produto das opções anteriores, transformadas em coisas”. (BOURDIEU, 2003, p.101).

E dessas “coisas” buscou-se aqui o lugar de cada qual.

REFERÊNCIAS

AFONSO DA SILVA, Virgílio. Interpretação Constitucional e Sincretismo Metodológico. In: AFONSO DA SILVA, Virgílio (org.). *Interpretação Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2005

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. *Sobre o Estado*: Cursos no Collège de France (1989-92) / Pierre Bourdieu; [edição estabelecida por Patrick Champagne... [et al.]]; tradução Rosa Freire d’Aguiar — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FONSECA, P.; HAINES, A. *Desenvolvimentismo e política econômica*: um cotejo entre Vargas e Perón, *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1043-1074, dez. 2012.

_____. Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira. *Tempo*, Niterói, v. 14, n. 28, jan./jun. 2010. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, número especial, p. 1.043-1.074, 2012.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000. PAES, Jurema Mascarenhas. O território do Forró. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP/USP: São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

RAMALHO, Elba Braga. *Luiz Gonzaga: a síntese poética e musical do sertão*. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*. In: . Rousseau. 3. ed. São Paulo: Victor Civita, 1983. p. 233-310. (Col. Os Pensadores)

_____. *Discurso sobre a origem da desigualdade*, 1754. Reimpresso 2001.

SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica*. (Coleção Origem). Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. A gramática social da desigualdade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – Vol. 19 nº 54, 2004.

SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no iluminismo francês*. São Paulo: Fapesp, Discurso, 2001.

NOTA DA AUTORA

Material fornecido em audiovisual pela Associação Balaio Nordeste. Entrevistas concedidas no ano de 2011, pelos forrozeiros Maciel de Melo Santos e Santana, o Cantador.

BASES PARA O FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS:

um diagnóstico sintético sobre as bibliotecas
públicas estaduais e municipais no Brasil e
algumas recomendações

Marco Antonio de Castilho Acco
*Claudia de Sousa Leitão*¹

INTRODUÇÃO

A leitura é, em todos os sentidos, um dos vetores mais importantes para a inclusão social, econômica e cultural dos cidadãos de um país, entre outras razões, por ser o requisito básico em incontáveis e indispensáveis operações cotidianas. Sua presença é fundamental em situações corriqueiras como a compreensão de instruções sobre o uso de ferramentas, computadores e eletrodomésticos, a identificação de um meio de transporte coletivo, a decodificação de endereços e mapas, o acompanhamento de um livro didático, a checagem de contas de água, luz ou telefone, o acesso a serviços ou à redação e compreensão de cartas, recados, anúncios e contratos. Em todas estas operações – e para inúmeras outras –, a leitura é simplesmente essencial.

¹ Os autores agradecem a interlocução enriquecedora com Fabiano Piúba, José Castilhos Marques Neto e Elisa Machado

Desde a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL em 2006 [CASTILHO, GUEDES e VALE, 2006; BOSCHINI, 2006; SCLIAR, 2006; PIUBA, 2006], importantes avanços foram conquistados na promoção do direito à leitura em nosso país, em particular a capacidade de articulação de diferentes agentes, públicos e privados, em todo o Brasil, em torno da agenda. Contudo, apesar desses avanços, há um conjunto de desafios, novos e recorrentes, no horizonte desta política. No Brasil, apesar de termos avançado na redução das taxas de analfabetismo absoluto, que declinou de aproximadamente 65,3% em 1900 para 13,6% no ano 2000, continuamos com taxas ainda elevadas de analfabetismo, na ordem de 8,6% da população em 2011, o equivalente a 12,9 milhões de pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples. Este desafio torna-se ainda maior se considerarmos que o analfabetismo é apenas o estágio mais avançado e excludente dos problemas associados à carência de leitura e escrita. O INAF 2011 [IPM, 2011] revelou uma tendência expressiva de diminuição do número de analfabetos funcionais (alfabetizados no nível rudimentar), que declinaram de 39% para 27% da população brasileira no período 2001-2011, enquanto que os entrevistados no nível de alfabetizados básico passaram de 34% para 47% da população, revelando uma relativa melhora nos níveis de alfabetização no Brasil. Contudo, a parcela de alfabetizados plenos permanece praticamente estagnada em todo o período na faixa de 26% da população. Logo, apenas um em cada quatro jovens e adultos brasileiros de 15 anos ou mais consegue compreender totalmente as informações contidas em um texto e relacioná-las com outros dados. Configura-se, assim, um quadro perverso de exclusão cultural, que indica que cerca de três quartos da população brasileira ainda não detêm os meios plenos para ler e interpretar o mundo à sua volta. Um outro dado alarmante é que, de acordo com a mesma pesquisa,

38% dos estudantes universitários brasileiros foram avaliados em 2011 apenas como alfabetizados funcionais (níveis rudimentar e básico). O número de universitários plenamente alfabetizados declinou de 76% em 2001 para 62% em 2011. Certamente a ausência da competência plena de leitura prejudica o desempenho dos estudantes brasileiros em todas as áreas de conhecimento, indicando a necessidade clara da intensificação de medidas que priorizem o acesso à leitura plena em todos os níveis como uma das formas mais consistentes de apoiar a melhoria da qualidade da educação em nosso país.

Os esforços no sentido de tornar o Brasil um país de leitores certamente colocam as bibliotecas públicas como instituições decisivas nessas estratégias, na medida em que esses equipamentos disponibilizam meios e serviços cruciais gratuitos ao estímulo da leitura dentre os quais o acesso a acervos de livros, periódicos, revistas, jornais, mapas e imagens, dentre outros, e a serviços de acesso à leitura disponíveis na internet. Neste sentido, é fundamental que a biblioteca seja ativa, e esteja preparada para disponibilizar os meios adequados, assim como seus profissionais estejam preparados para o incentivo à leitura e à escrita. Neste sentido, é indispensável que as políticas públicas nessa direção contem com diagnósticos adequados sobre este destacado equipamento público. Este artigo tem como objetivo primordial apresentar um conjunto de informações básicas sobre as condições de funcionamento das bibliotecas públicas estaduais e municipais no Brasil, entre as quais: número de bibliotecas no país, sua distribuição territorial, a forma de vínculo da biblioteca, o perfil e qualificação do dirigente e da equipe, a composição de acervo, os dias e períodos de funcionamento, o fluxo de usuário, o uso de tecnologias de informação e gestão, serviços prestados, a dotação de equipamentos, as formas de composição do acervo, dentre outras informações relevantes. Nas considerações finais, este artigo identifica

alguns desafios à política de leitura em nosso país, destacando o papel a ser ocupado pelo Sistema Nacional de Bibliotecas públicas.²

DIAGNÓSTICO SOBRE AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: UMA TENTATIVA DE SÍNTESE DOS PRINCIPAIS ACHADOS

Conforme a página Dados das Bibliotecas Públicas no Brasil, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (<http://snbp.bn.br>), com dados referentes a julho de 2014, existem atualmente no Brasil 6.062 bibliotecas públicas, municipais, distritais, estaduais e federais, nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, sendo:

- 5.984 bibliotecas públicas municipais
- 45 bibliotecas públicas estaduais
- 30 bibliotecas públicas distritais
- O SNBP aponta ainda a existência de 3 bibliotecas públicas federais³.

Elas estão distribuídas em 5.455 municípios (98% do total de municípios brasileiros) que, deste modo, contam com pelo menos uma biblioteca pública. Não estão incluídas nestes números as bibliotecas comunitárias e pontos de leitura mantidos por entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, e pessoas físicas.

2 Este diagnóstico utilizou essencialmente as informações e pesquisas já disponíveis sobre o tema. As referências aqui utilizadas são os Dados das Bibliotecas Públicas no Brasil, referentes a julho de 2014, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, MUNIC (2006 e 2013), produzida pelo IBGE, a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, ESTADIC 2013, também produzida pelo IBGE, o 1º Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado pela FGV em 2009; e o “Estudo sobre o uso de tecnologias da informação e comunicação em bibliotecas públicas no Brasil”, desenvolvido pela pesquisadora Marta Voelcker em 2013.

3 Note-se que este número de bibliotecas públicas federais não leva em consideração as bibliotecas públicas federais dos ministérios e órgãos federais (autarquias, fundações, agências reguladoras e empresas públicas) do poder executivo, nem dos demais poderes, nem da rede de instituições federais de ensino superior e técnico.

Cumprir notar que estas informações do SNBP estão bastante próximas às apresentadas pela MUNIC 2013 (com dados referentes a 2012), que identificou a presença deste equipamento cultural em 97% dos municípios brasileiros.

Tabela 11 - Percentual de municípios que possuem equipamentos culturais e meios de comunicação, segundo o tipo - Brasil - 1999/2012

Tipo	Percentual de municípios que possuem equipamentos culturais e meios de comunicação (%)					
	1999	2001	2005	2006	2009	2012
Biblioteca pública	76,3	78,7	85,0	89,1	93,2	97,0
Estádio ou ginásio	65,0	75,9	77,4	82,4	86,7	89,4
Lan house	(1) ...	(1) ...	(1) ...	(1) ...	(1) ...	85,7
Clube ou associação recreativa	(1) ...	70,4	(1) ...	72,6	61,4	65,6
Rádio comunitária	(1) ...	(1) ...	(1) ...	48,6	52,6	59,3
Provedor de internet	16,4	22,7	46,0	46,6	55,6	57,4
Videolocadora	63,9	64,1	77,5	82,0	69,6	43,2
Loja de discos, cds, fitas e dvds	34,4	45,2	54,8	59,8	44,9	43,0
Unidade de ensino superior	(1) ...	19,6	31,1	39,8	38,3	39,5
Estação de rádio FM	33,9	36,2	51,3	34,3	35,1	36,3
Centro cultural	(1) ...	(1) ...	(1) ...	24,8	29,6	33,9
Unidade	36,5	42,7	31,0	30,0	26,0	25,2
Museu	16,5	17,3	29,5	21,9	23,3	25,0
Teatro	13,7	18,8	20,9	21,2	21,1	22,4
Estação de rádio AM	20,2	20,6	21,7	21,2	21,3	21,7
Arquivo público ou centro de documentação	(1) ...	(1) ...	(1) ...	(1) ...	(1) ...	18,0
Geradora de TV	9,1	8,4	10,7	9,6	10,9	11,6
Cinema	7,2	7,5	9,1	8,7	9,1	10,7
Shopping center	6,2	7,3	6,7	7,0	6,3	6,3

Fonte: IBGE/MUNIC, 2013.

A pesquisa MUNIC também é importante por ressaltar o papel da Biblioteca Pública como o *tipo de equipamento cultural mais presente nos municípios brasileiros*, constituindo-se, portanto, numa importante porta de entrada para o acesso a outros serviços culturais ainda pouco disponíveis em nossos municípios.

Observemos com mais atenção dois importantes estudos que mergulharam no universo das bibliotecas públicas brasileiras, o *1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas* (CNBP, de 2009), e o *Estudo sobre o uso de tecnologias da informação e comunicação em bibliotecas públicas no Brasil*, realizado pela pesquisadora Marta Voelcker, em 2013.

O 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas (CNBP)⁴ foi desenvolvido por meio de pesquisa aplicada nos 5.565 municípios brasileiros, dos quais em 4.905 foram realizadas visitas in loco. Nos demais 660 municípios, identificados como sem bibliotecas em 2007 e 2008, e que estavam sendo atendidos pelo SNPB e pelo Programa Mais Cultura com a instalação de Biblioteca Pública Municipal (BPM), as pesquisas foram realizadas por contato telefônico.

Dentre os principais resultados do 1º Censo Nacional de Bibliotecas Públicas, realizado em 2009, destacam-se:

- i. A existência de BPM em funcionamento em 79% dos municípios brasileiros, com 12% de municípios que estavam em processo de instalação de BPM pelos programas do MinC/FBN, 1% estavam em processo de reabertura de suas bibliotecas e 8% não possuíam este equipamento. Esta média nacional apresentava variações regionais e estaduais, sendo a região Sudeste a com o maior percentual (92%) de BPM em funcionamento e as regiões Norte (66%) e Nordeste (64%) com o menor percentual de BPM em funcionamento. Em termos de BPM em instalação, 25% dos municípios da região NE e 21% dos municípios da região Norte encontravam-se neste processo, o que demonstra

4 O CNBP foi realizado em 2009, numa parceria entre o Ministério da Cultura, por intermédio da sua Diretoria do Livro, Leitura e Literatura, a Fundação Biblioteca Nacional, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e a Fundação Getúlio Vargas, que conduziu os trabalhos de pesquisa.

claramente o foco adequado dos programas conduzidos pelo MinC e FBN.

- ii. Em termos do perfil dos dirigentes das BPM, o 1º CNBP revelou que 84% são do sexo feminino e 16% do masculino, 19% deles tem até 30 anos, 27 na faixa de mais de 30 a 40 anos, 32% na faixa etária de mais de 40 a 50 anos. Quanto à escolaridade dos dirigentes, 57% deles possuem ensino superior, 40% ensino médio e 3% possuem ensino fundamental. O Censo constatou também que os dirigentes de BPM com ensino superior são formados principalmente em Pedagogia (18%), Biblioteconomia (11%), Letras (7%) e História (4%). Por outro lado, a maioria (52%) declarou não terem capacitação específica na área de biblioteca (este índice chega a 73% nos estados do AP e TO).
- iii. Em termos do perfil das equipes de funcionários, as BPM brasileiras possuem em média 4,2 funcionários, com variações regionais de 3,0 funcionários em média na região sul, 3,5 no Centro-Oeste, 4,1 na região Sudeste, 4,5 na região Norte, e 5,7 funcionários em média na região Nordeste. Em relação à escolaridade das equipes, de acordo com o CNBP, 76% dos funcionários das BPM brasileiras possuem ensino médio e 17% ensino superior.
- iv. Em relação aos dias de funcionamento das BPM, 99% delas funcionam de segunda a sexta, 12% abrem também aos sábados, e apenas 1% abre aos domingos. A respeito dos turnos de funcionamento, 99% funcionam de dia e 24% têm funcionamento à noite (sendo a região Nordeste a que mais possui bibliotecas com funcionamento noturno: 46%).
- v. Em termos de instalação e estrutura física, 69% das BPM funcionam em espaço próprio, enquanto 22% funcionam dentro de uma escola (mesmo sendo bibliotecas públicas municipais), e

22% operam em outros locais. Desses espaços, 70% são espaços próprios, 25% são alugados e 4% são cedidos. Em relação ao tamanho da biblioteca, 33% das BPM possuem até 60 m², 30% possuem de 61 m² a 120 m², 12% contam com espaço entre 121 m² a 180 m² e 25% contam com área superior a 180 m². A localização da BPM foi considerada satisfatória para 79% dos dirigentes entrevistados, enquanto os demais consideraram que a biblioteca seria mais bem instalada se estivesse em outro local.

vi. Em relação aos serviços e equipamentos que a BPM possui, a média nacional indicou que apenas 1% conta com laboratório de microfilmagem, 3% dispõem de laboratório de conservação/restauração, 13% contam com seção de audiovisual, 9% com seção de Braille e 52% contam com seção infantil, com importantes variações regionais (por exemplo, enquanto 63% das BPM possuem seção infantil na região Sul, apenas 25% das bibliotecas municipais possuem este tipo de serviço na região Norte). Em termos de atividades de extensão, 88% das bibliotecas públicas municipais não oferecem este tipo de serviço, e apenas 12% as desenvolvem. Esta média é praticamente uniforme em todas as regiões do Brasil.

vii. Em relação aos equipamentos mais específicos que as bibliotecas possuem, o 1º Censo detectou que o Computador encontra-se presente em 64% das BPM em todo o Brasil (com presença de apenas 38% nas bibliotecas da região Norte em contraste com 78% das bibliotecas da região Sul, enquanto que 50% BPM da região NE, em média, contam com computadores). Neste tipo de equipamento verifica-se expressiva variação entre os estados da federação: enquanto 87% das BPM de Santa Catarina contam com computador, este equipamento está presente em apenas 25% das bibliotecas do Tocantins, 35% do Pará e 39% das BPM do Rio

Grande do Norte. Além disso, o Censo constatou que, em média, há 3,8 computadores por biblioteca no Brasil (enquanto cerca de 35% das BPM possuem apenas 1).

viii. Aparelho de Televisão é o segundo equipamento com maior presença nas BPM brasileiras, presente em 39% delas (com poucas variações regionais). Aparelhos de Vídeo e DVD estão presentes em aproximadamente 28% das bibliotecas públicas municipais brasileiras. Por outro lado, 1 a cada 4 bibliotecas públicas municipais brasileiras não possuem nenhum tipo de equipamento (nem máquina de datilografia), sendo que o índice alcança 35% das BPM do Nordeste e 47% das bibliotecas da região Norte. Não há menção ao uso de escâner pelas BPM no Brasil.

ix. Em termos de acesso da BPM à internet, menos da metade (45%) estão conectadas, e 55% não possuem este tipo de conexão. O Censo constatou expressiva desigualdade regional e estadual no acesso à internet: 65% das BPM da região Sul possuem acesso à Internet, 49% na região Sudeste, 45% na região Centro Oeste, 28% na região Nordeste e apenas 20% na região Norte. Em termos estaduais, 87% das BPM de SC já contam com acesso à Internet, enquanto que apenas 12% das BPM do Tocantins e 9% das BPM do Amapá tinham este tipo de conexão. Uma outra informação decorrente da disponibilidade de computadores e de conexão à internet refere-se à disponibilização do acesso à internet para os usuários das bibliotecas. No Brasil, em média, apenas 29% das BPM oferecem este serviço, variando de 45% das bibliotecas na região Sul, 35% daquelas no Centro Oeste, 26% no Sudeste, 18% das BPM da região Nordeste e apenas 15% das bibliotecas da região Norte que disponibilizam acesso à internet aos seus usuários.

- x. Quanto aos serviços prestados, 65% dos usuários costumam frequentar a biblioteca para realizar pesquisa escolar, enquanto 26% a utilizam para realizar pesquisa em geral e 8% vão às BPM para atividades de lazer. A pesquisa também captou os assuntos mais pesquisados nas bibliotecas:

**Assuntos mais pesquisados nas bibliotecas:
(RM / Estimulada)**

	Total	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
Geografia e história	82	73	83	81	87	89
Literatura	78	75	83	77	72	77
Obras gerais (enciclopédias, dicionários, etc.)	73	71	77	69	66	74
Ciências sociais	44	34	41	45	47	55
Ciências exatas	33	29	38	29	31	32
Filosofia e psicologia	32	38	34	32	26	27
Linguística	27	18	25	38	44	28
Artes	26	25	24	22	33	29
Religião	18	18	18	12	22	19
Tecnologia e ciências aplicadas	9	9	12	8	3	8
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

Fonte: MinC/FBN/FGV, 1º Censo Nacional de Bibliotecas Públicas

- xi. As bibliotecas públicas municipais brasileiras realizam, em média pouco menos de 300 empréstimos por mês, sendo a maior média mensal na região Sudeste (421) e a menor na região Norte (90).
- xii. Em termos de serviços prestados para pessoas com deficiência visual, apenas 9% das BPM brasileiras oferecem este tipo de serviço, variando de 15% que oferecem na região Sul, para 3% das BPM que oferecem este serviço nas regiões Centro-Oeste e Norte. Em termos de serviços para pessoas com outras deficiências,

a oferta, em média, é ainda menor, com apenas 6% das BPM brasileiras que prestam este tipo de serviço.

- xiii. Quanto ao oferecimento de programação cultural regular pelas bibliotecas públicas municipais, o cenário encontrado foi o seguinte: 29% das BPM oferecem atividades do tipo “Hora do conto”, 25% oferecem oficinas de leitura, 24% realizam exposições, 24% fazem roda de leitura; 18% organizam palestras; 12% executam atividades de mediação de leitura; 7% fazem saraus literários e 3% contam com agentes de leitura. Por outro lado, 44% das BPM não ofereciam nenhuma atividade cultural.
- xiv. Em relação ao tamanho do acervo, 13% das PBPM possuem até 2.000 volumes, 35% delas contam com acervos com 2.001 a 5.000 volumes, 26% com acervos entre 5.000 a 10.000 volumes e 25% com acervos com mais de 10.000 volumes.
- xv. Em termos de composição deste acervo, o Censo revela o seguinte cenário:



Fonte: MinC/FBN/FGV, 1º Censo Nacional de Bibliotecas Públicas

Portanto, constata-se que há um apreciável espaço para o crescimento dos acervos, seja em termos quantitativos, seja nos tipos de acervos disponíveis nas BPM.

- xvi. Por fim, o censo revela um dado impactante: 83% das BPM tem a doação como a forma mais utilizada para a composição de seus acervos, e apenas 17% das bibliotecas brasileiras tem a compra de acervo como sua principal forma de formação de acervo. Os dados desagregados por região sobre esta matéria são ainda mais impressionantes, revelando que apenas 9% das BPM no Nordeste têm a compra de livros como principal forma de composição de acervos.



Percentuais de aquisição de acervo por região:

	Doação	Compra
Brasil	83	17
Sul	72	28
Sudeste	85	14
Centro-Oeste	84	15
Norte	80	19
Nordeste	90	9

Fonte: MinC/FBN/FGV, 1º Censo Nacional de Bibliotecas Públicas

Observemos agora algumas das principais contribuições do trabalho de Marta Voelcker, *Estudo sobre o uso de tecnologias da informação*

e comunicação em bibliotecas públicas no Brasil, realizado em 2013. Como o seu título enuncia, o principal foco dessa pesquisa é o uso de TIC em bibliotecas públicas brasileiras. Depois de uma alteração importante na estratégia inicial⁵, o estudo em análise voltou-se para conhecer “o que faz uma biblioteca pública ser relevante, mesmo que sem o uso de tecnologia.” (Voelcker, 2013:18). A pesquisa passou a ser orientada por duas questões básicas, seis áreas de investigação ou fatores de relevância e quatro domínios de desenvolvimento.

As duas perguntas centrais que nortearam o estudo foram:

- O que faz uma biblioteca pública ser relevante para a sua comunidade?
- Como as TIC podem ser usadas para apoiar ou enriquecer os elementos que respondem a primeira pergunta?

Os seis fatores que influenciam a relevância de uma biblioteca pública em sua comunidade explorados pela pesquisadora foram:

- Serviços** – quais são os diferentes serviços oferecidos à comunidade (empréstimo de livros, acesso às TICs, eventos culturais...). Existe uma programação de atividades e eventos? Qual a frequência e o uso de cada serviço ou atividade? Quem provê sustentabi-

5 Inicialmente, como relatado pela autora, a estratégia consistia em realizar uma pesquisa que identificasse as melhores práticas de uso de tecnologia para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, ou uso de tecnologia relacionado às missões da biblioteca descritas no Manifesto das Bibliotecas Públicas da IFLA e da Unesco. Contudo, como explica a pesquisadora, “a dificuldade em localizar exemplos de integração de tecnologia em ações relacionadas com várias funções da biblioteca, inviabilizou a estratégia inicial. Não foram identificadas bibliotecas que estimulassem os participantes a usar tecnologia em atividades que objetivam promoção da leitura, nem em ações para avaliar ou suprir as necessidades de informação da comunidade local. Também não foram localizadas (antes da ida a campo) ações que utilizassem a tecnologia no estímulo a produção literária ou cultural (entre outras).” Voelcker, 2013:16.

lidade financeira de cada serviço? Como a tecnologia é usada em cada um dos serviços? Como a tecnologia poderia ser usada para melhorar estes serviços e criar novos serviços? Como cada um dos serviços contribui para relevância da biblioteca para a população e governo local?

- ii. **Equipe** – como a coordenação da biblioteca é organizada, quantas bibliotecários trabalham na biblioteca e qual o papel de cada um? Existe uma equipe de profissionais multidisciplinares? Qual a equipe necessária para cada serviço oferecido? Qual a formação da equipe? Existe um plano de formação (desenvolvimento profissional) para os funcionários? Como a formação da equipe se relaciona com o grupo de serviços oferecidos? A equipe recebeu formação específica para integração de tecnologia?
- iii. **Projeto físico, localização e infraestrutura** – Como a arquitetura, o projeto físico, a localização e a infraestrutura (rede elétrica, Internet, manutenção do prédio, mobiliário) de uma biblioteca contribuem para atrair usuários? Qual a infraestrutura de tecnologia disponível? Como estes fatores afetam a sustentabilidade em longo prazo e a relevância das bibliotecas para suas comunidades?
- iv. **Gestão** – Como o acervo é gerenciado? Existe uso de TICs na gestão do acervo? Como é o processo de planejamento para aquisição de acervo? Como as atividades da biblioteca são comunicadas e registradas? Existe um plano de comunicação para a comunidade conhecer as atividades da biblioteca, serviços e acervo? Como a biblioteca se comunica com usuários, governo local, SNBP e outras bibliotecas? Quais indicadores são usados nos relatórios das bibliotecas?
- v. **Acervo** - como o tamanho e a qualidade da coleção de material gráfico afetam a relevância da biblioteca para sua comunidade?

Quais os indicadores de uso do acervo? O acervo atende motivações específicas da comunidade local trazendo informações sobre, por exemplo, atividades turísticas, pesca, agricultura, artesanato, melhoria do domicílio, melhoria da comunidade, especialmente para comunidades pobres urbanas e favelas?

- vi. **Acesso à tecnologia para usuários** – A biblioteca oferece acesso a TICs para os usuários? Como o acesso a TICs ou a falta dele contribui para aumentar ou diminuir a relevância da biblioteca? Para o que os usuários usam TICs? Os usuários preferem outros lugares públicos para usar tecnologia? Caso positivo, por quê? Entre os serviços oferecidos atualmente, qual deles é viabilizado pelo uso de TICs? Uma maior disponibilidade de TICs (quantidade e qualidade) aumentaria a relevância da biblioteca? Como acontece a manutenção das TICs existentes?

Estes seis fatores que influenciam a relevância de uma BP em sua comunidade foram observados à luz de quatro domínios de desenvolvimento e afirmação do papel das bibliotecas em sua inserção na vida das comunidades considerados pela autora: i. Político; ii. Cultural; iii. Educacional e iv. Social⁶.

6 Em seu conjunto, os elementos acima orientaram as atividades da pesquisa de Voelcker, que incluíram observações de bibliotecas, participação em seminários e congressos no campo de bibliotecas públicas, aplicação de questionários para usuários, e entrevistas junto a coordenadores de bibliotecas e representantes de governo local. A pesquisadora realizou suas entrevistas em 4 estados de 4 regiões do Brasil, sendo escolhidos: a Bahia, na região Nordeste, o Rio Grande do Sul, no Sul, São Paulo, na Sudeste, e Acre, na região Norte. Em cada um dos estados deveria ser visitada a Biblioteca Estadual, bibliotecas médias e pequenas envolvendo pelo menos um segundo município, além da capital do estado e preferencialmente uma biblioteca em área rural ou em um município de pequeno porte. Ao todo, foram entrevistados 9 dirigentes públicos estaduais ou municipais da área de bibliotecas públicas, 21 coordenadores de bibliotecas públicas municipais ou estaduais e 42 usuários, conforme tabela encontrada à página 22 do mencionado estudo.

Dentre os principais resultados, destacam-se os seguintes, em relação aos/as:

i. Serviços prestados à comunidade:

A promoção da leitura, principalmente para o público infantil, é a função da biblioteca que recebe maior atenção das políticas públicas e maior empenho de energia por parte das equipes das bibliotecas.

O uso do espaço da biblioteca para estudo é o destaque entre os usuários jovens adultos. A oferta de acesso à tecnologia atrai muitos usuários, mas estes constituem um grupo à parte das demais ações da biblioteca.

Ações de promoção da cultura (além da literatura) são muito significativas nas bibliotecas da Bahia e presentes nas grandes bibliotecas dos demais estados.

A preservação da memória local e ações de estímulo a escritores foram identificadas em bibliotecas médias e grandes, mas acontecem com menor frequência se comparadas às funções previamente mencionadas.

ii. Uso de Tecnologias de gestão, informação e comunicação nas BP brasileiras:

A tecnologia apoia a gestão das bibliotecas de médio e grande porte através de sistemas de gestão informatizada do catálogo do acervo.

A grande maioria das bibliotecas visitadas usa blogs e redes sociais para divulgar sua programação e promover novos exemplares do acervo.

As bibliotecas brasileiras não desenvolvem ações sistemáticas para identificar e suprir as necessidades de informação das comunidades

loais. A atuação das bibliotecas públicas é, de forma geral, mais forte na promoção da cultura e menos significativa no que se refere a disponibilizar e estimular o uso de informação.

O uso de tecnologia nestas organizações normalmente é limitado a oferecer acesso à internet, informatização do catálogo (grandes bibliotecas ou redes de grandes cidades) e uso de redes sociais e blog para divulgar a programação da biblioteca. (p. 18)

iii. Prioridades para os coordenadores de bibliotecas e representantes de governo:

De acordo com a pesquisa, a maioria dos coordenadores de biblioteca e representantes de governo entrevistados apontou: a infraestrutura (melhoria do prédio) como necessidade prioritária de investimento, ficando em segundo lugar empatadas a melhoria de acervo e a informatização do catálogo do acervo.

iv. Acesso à internet

Para todas as bibliotecas que oferecem acesso a internet, seja ele através de computadores da biblioteca ou através de sinal wifi acessado por laptops dos usuários, o uso da internet é sempre considerado como um dos serviços mais importantes oferecidos pela biblioteca.

O acesso a internet é um serviço considerado ainda mais relevante em cidades pequenas com menos oportunidade de acesso à internet.

v. Prioridade para o uso da tecnologia, caso dispusesse de recursos, a maioria dos entrevistados declarou considerar importante a *integração de tecnologia e a promoção de inovações*, mas afirmou que possui *pouco conhecimento sobre as possibilidades de uso de tecnologia para estes*

fins. Os entrevistados foram unânimes em afirmar a necessidade de formação para as equipes das bibliotecas integrarem tecnologia em suas ações.

- vi. Potenciais prioridades para potencializar a integração de TIC nas BP:** formação das equipes para integração de tecnologia nas atividades de promoção de leitura; informatização de catálogo de acervo; construção de novas práticas em que o uso da tecnologia estimule o acesso à informação para melhoria da qualidade de vida. As recomendações são fundamentadas na ideia de um plano de integração de tecnologia protagonizado pela produção de conteúdo pelas bibliotecas participantes com objetivo de sistematizar e disseminar boas práticas de integração de tecnologia.
- vii.** Declínio de usuários presenciais – impacto da internet

Embora as atividades lúdicas e culturais para promoção da leitura de crianças estejam entre os serviços de maior relevância das bibliotecas públicas brasileiras, o número de visitas às bibliotecas para consultar o acervo para fazer dever da escola caiu bastante nos últimos anos. Neste contexto, a frequência de adolescentes que cursam o segundo ciclo do ensino fundamental ou os anos iniciais do ensino médio, diminuiu bastante nas bibliotecas públicas. Esta situação contribuiu para uma redução drástica de visitas, por exemplo, no sistema de Bibliotecas de Guarulhos (SP) onde o número de usuários por mês caiu de 1.200 para 500 nos últimos anos. 30

viii. Fortalecimento da BP como ambiente de estudo

As bibliotecas viram crescer o número de frequentadores jovens adultos formado por estudantes do ensino médio e novos usuários que

passaram a trazer seus laptops para usar na biblioteca com ou sem sinal de internet (também em bibliotecas públicas sem wifi usuários levam laptops para usufruir do espaço e do acervo). De acordo com os gestores de bibliotecas, cresceu o número de jovens que vêm à biblioteca pública se preparar para concursos.

ix. Empréstimos

O empréstimo de livros foi citado pela maioria dos coordenadores de sistema e pelos gestores de biblioteca como um dos serviços mais relevantes da biblioteca. Contudo, o empréstimo não recebe o mesmo destaque por parte dos usuários entrevistados. Para várias bibliotecas pequenas que não oferecem acesso a tecnologia, o empréstimo foi identificado como o serviço mais importante oferecido pela biblioteca pública. Vários foram os depoimentos, principalmente nas bibliotecas menores, destacando a necessidade de atualização do acervo.

x. Equipes

As equipes das bibliotecas são em geral contratadas das Secretarias de Cultura Municipais, sendo as Secretarias de Cultura Estaduais empregadoras nas grandes bibliotecas estaduais e, como no caso do Acre, em municípios onde as prefeituras ainda não assumiram o sustento da Biblioteca Pública local. Motivados pela política nacional para zerar o número de município sem bibliotecas, alguns sistemas estaduais, como o sistema do estado do Acre, criaram bibliotecas em municípios e começaram a operacionalizá-las com intenção de transferir sua gestão para as prefeituras a curto ou médio prazos. A formação das

equipes é diversificada e muitas vezes não contam com bibliotecário(s). Entre as bibliotecas da amostra deste estudo, as pequenas normalmente não contam com bibliotecários.

O treinamento ou atualização para os profissionais que trabalham nas bibliotecas municipais são oferecidos muitas vezes pelos sistemas estaduais. Os cursos mais frequentes são aqueles que abordam as noções básicas de organização e gestão de uma biblioteca para os funcionários que não são formados em biblioteconomia. A rotatividade das equipes das bibliotecas foi um problema apontado com frequência por entrevistados que representam governo local e coordenação de bibliotecas. A formação oferecida para integração de tecnologia nas ações da biblioteca se restringe às formações para uso de software de gestão de acervo digital. Não foi identificada existência de formação para que as equipes possam integrar tecnologia nas demais funções das bibliotecas. Os funcionários responsáveis pela supervisão de uso de computadores das bibliotecas recebem formação com foco na parte técnica, sem orientação para uso da tecnologia em atividades culturais que envolvam expressão e autoria dos usuários.

xi. Acervo: Gestão e composição

A gestão do acervo acontece de diferentes formas, variando com o tamanho e nível e integração de tecnologia na biblioteca. As bibliotecas maiores usam software para gestão do catálogo bibliográfico: Alexandria, Sophia, Pergamum e Bib Livre. Aquelas que usam software proprietário (Alexandria, Pergamum e Sophia – (São Paulo, Piracicaba (SP) e Bahia) têm seu catálogo disponibilizado na internet. Já as bibliotecas que usam Bib Livre oferecem a consulta ao catálogo digital somente através dos computadores da biblioteca. A aquisição de acervo

é planejada a partir de análise da rotatividade do acervo existente e da sugestão dos usuários, pois várias bibliotecas possuem caixinha de sugestões.

Mais autonomia para criar e manter o web site da biblioteca é uma reivindicação comum por parte de gestores de bibliotecas. Muitas vezes os web sites das bibliotecas são administrados pelo governo local, o que restringe a oportunidade de uso do meio digital para interação entre a equipe da biblioteca e os beneficiados. Entre as bibliotecas que não possuem o catálogo do acervo informatizado (em geral as pequenas), este processo é entendido como prioritário para ampliação da relevância da biblioteca para a população local.

O acervo das bibliotecas brasileiras é composto principalmente por livros de literatura. A função de suprir informações para a população é realizada especialmente através dos periódicos. Não foram identificadas bibliotecas que desenvolvam processos sistemáticos para identificar as necessidades específicas de informação para o desenvolvimento local. Alguns coordenadores representantes de governo afirmaram que esta função é feita informalmente, através da vivência e interação com os usuários quando as equipes das bibliotecas conhecem as suas necessidades e então planejam atividades e aquisição de acervo compatível com as demandas locais.

xii. Formas de aquisição de acervo

As formas de aquisição/composição de acervos são bastante variadas entre as bibliotecas visitadas pela pesquisadora. Em Guarulhos (SP), a aquisição de acervo para o Sistema Municipal de Bibliotecas é feita através de parceria ou editais informados pelo SNBP, mas também através de doações da USP. O sistema municipal de São Paulo trabalha de forma

autônoma, sem uso de recursos federais. Toda composição de acervo, infraestrutura e pagamento de equipe vêm da prefeitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síntese de diferentes documentos de referência sobre a situação, características, funcionamento e papéis cumpridos pelas bibliotecas públicas no Brasil apresentada anteriormente revela, em primeiro lugar, a relevância e a apreciável disponibilidade desse equipamento no território nacional. A pesquisa MUNIC 2013 é importante por ressaltar o papel da biblioteca pública como o tipo de equipamento cultural mais presente nos municípios brasileiros, constituindo-se, portanto, numa importante porta de entrada para o acesso a outros serviços culturais e educacionais ainda pouco acessíveis em nossos municípios. Os dados do SNBP/MinC/FBN 2014 e da MUNIC/IBGE 2013 revelam que as 6.062 bibliotecas públicas existentes no país estão presentes em 5.455 municípios, aproximadamente 98% do total, sendo que a esmagadora maioria delas (99%) é gerenciada pelos governos municipais.

A possibilidade da conversão dessa rede de bibliotecas públicas numa rede consistente de prestação de serviços culturais é uma das principais justificativas que mobilizam a construção e fortalecimento de um Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

Como as referências anteriores revelaram, apesar da presença em quase 100% dos municípios brasileiros, as BP, particularmente as bibliotecas públicas municipais, ainda precisam avançar, e muito, para cumprirem na plenitude as missões que atualmente referenciam o funcionamento de uma biblioteca pública, descritas no box a seguir.

Box 1 - MISSÕES DA BIBLIOTECA PÚBLICA (MANIFESTO IFLA-UNESCO 1994):

As missões-chave da biblioteca pública relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura são as seguintes:

- Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
- Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;
- Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
- Estimular a imaginação e a criatividade das crianças e dos jovens;
- Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo;
- Fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural;
- Apoiar a tradição oral;
- Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
- Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
- Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
- Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Aspecto importante também a ser considerado é a informação trazida pela pesquisa de Voelcker (2012) quanto às três principais prioridades identificadas junto aos dirigentes de bibliotecas e representantes de governo entrevistados: a infraestrutura (melhoria do prédio) como necessidade prioritária de investimento, ficando em segundo lugar, empatadas, as prioridades de melhoria de acervo e de informatização do catálogo do acervo. Essas prioridades estabelecem o desafio da construção de um amplo programa federativo de fortalecimento das bibliotecas públicas brasileiras, que contemple em suas regras claras para o financiamento compartilhado entre os entes federativos dessa rede de equipamentos culturais, e que contemple, no mínimo, o financiamento dessas principais prioridades.

Por fim, no espaço restrito deste artigo, cumpre registrar dois desafios adicionais para um Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas capaz de incidir eficazmente sobre os indicadores de leitura e de escrita em nosso país: de um lado, a incorporação de bibliotecas e pontos de leitura mantidos por entidades privadas sem fins lucrativos, como uma ampla rede capilarizada e inserida em territórios muitos dos quais não atendidos pela rede pública oficial, e, de outro, a incorporação da possibilidade de as bibliotecas públicas ampliarem os serviços e atividades culturais em seus espaços, inclusive nos finais de semana, seja para atraírem novos públicos, seja para converterem-se, verdadeiramente, em espaços culturais e criativos ativos e apropriados pelas comunidades e públicos de seu entorno.

REFERÊNCIAS

BOSCHINI, Roseli. **Plano pelos livros**. In CASTILHO NETO et al 2006, pp. 221-222.

BRASIL. Ministério da Cultura e Ministério da Educação. **Plano Nacional do Livro e Leitura**, 2006.

BRASIL. **Lei 10.753/2003**, institui a Política Nacional do Livro e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto 7.559/2001**. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e da Leitura e dá outras providências. Brasília, 01/09/2011.

CASTILHO NETO, José Marques; GUEDES, Rosália; VALE, Luciana do. **O Plano Nacional do Livro e Leitura: Textos e história 2006-2010**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010, 340p.

CAVALCANTI, Ilse. **O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da FBN**. In CASTILHO NETO et al 2006, pp.185-190.

CONFERENCIA IBERO-AMERICANA DE CULTURA. **Declaración de Cochabamba**, Proclamação de 2005 como o Ano Ibero-Americano da Leitura. Cochabamba, Bolívia, 2003.

IBGE, **Perfil de Informações Básicas Municipais**. MUNIC 2013. Rio de Janeiro, IBGE, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/PerfilMunicipios/2013/munic2013.pdf> Último acesso em 09/2014.

IBGE, **Perfil de Informações Básicas Estaduais**. ESTADIC 2013. Rio de Janeiro, IBGE, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/PerfilEstados/2013/estadiv2013.pdf>. Último acesso em 09/2014.

IFLA, UNESCO. **Manifesto das Bibliotecas Públicas**. 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Último acesso 20/09/2014.

IPM - INSTITUTO PAULO MONTENEGRO [2011], **Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF)**, Materiais diversos, disponíveis no site <http://www.ipm.org.br/>, último acesso em 19/08/2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**, disponível no site <http://snbp.bn.br>, último acesso em 08/2014

MINISTÉRIO DA CULTURA, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Getúlio Vargas. **Censo Nacional das Bibliotecas Públicas**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:

<http://frenteemdefesabibliotecapublica.files.wordpress.com/2012/05/censo-nacional-das-bibliotecas-municipais.pdf> . Último acesso em 09/2014.

PIÚBA, Fabiano dos Santos. **O futuro do PNLL está no presente**. In CASTILHO NETO et al 2006, pp. 161-166.

SCLIAR. Moacir. **Formando Leitores**: o importante papel do PNLL. In CASTILHO NETO et al 2006, pp.N= 209-212.

UNESCO. **Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil 2008**: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta? – Brasília, 2008.

VOELCKER, Marta. **Estudo sobre o uso de tecnologias da informação e comunicação em bibliotecas públicas no Brasil**. Fundação Pensamento Digiyaal , Fundação Bill e Melinda Gates, Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2013. Disponível em <http://ticsbps.weebly.com> Último acesso em 02/09/2014.

AS INDÚSTRIAS CRIATIVAS E A SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS CULTURAIS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO CENÁRIO BRASILEIRO

*Nivea Helena M F Dantas
Thaisy Caroline Guedes Gomes*

INTRODUÇÃO

O conceito de economia criativa (EC) é dicotômico e de difícil identificação. Ela abrange bens e serviços baseados na criatividade e na habilidade singular interligando os setores de patrimônio, artes, mídias e criações funcionais (LIMA, 2007; MIGUEZ, 2007). A EC emergiu no século XXI, devido às transformações aceleradas da economia global, por causa da capacidade criativa em juntar novas tecnologias, conjecturando a geração de riquezas e transformações sociais (MADEIRA, 2014).

O desenvolvimento socioeconômico é uma noção moderna, que possui a visão cultural como fator fundamental de sua compreensão. Porém, grande parte dos economistas o relaciona com transformações apenas econômicas, relacionadas ao PIB ou a renda per capita.

Com o indulto de “levar ‘ajuda’ aos países subdesenvolvidos no seu processo de modernização”, o pensamento expansionista americano ocultava um processo de anulação de identidade, através de uma hegemonia cultural, esquecendo de relacionar os aspectos culturais,

sociais e históricos, devido às condições de subdesenvolvimento. Assim, as características culturais dos países eram ignoradas, identificadas como empecilho e atraso, gerando dicotomias entre desenvolvimento e cultura (PAGLIOTO, 2016).

Na década de 1960, a criação do PNUD¹, UNCTAD² e Programa Mundial de Alimentos, constata as falhas da estratégia desenvolvimentista, dificuldades em obter resultados com relação ao emprego, combate à pobreza e distribuição de renda. A revolução ambiental gerou importância à dimensão cultural, a partir da percepção de que a identidade cultural singular também importa (EMMERIJ, 2002 *apud* PAGLIOTO, 2016). Assim, a relação entre cultura e desenvolvimento passa a ser direta, se começa a definir uma agenda internacional de cultura, envolvendo debates de identidade e diversidade cultural.

Nos anos 2000, esse debate entre desenvolvimento e cultura volta a ser foco de interesse acadêmico. Em 2004, a temática de EC passa a fazer parte da agenda internacional de desenvolvimento trazendo uma importância estratégica para o desenvolvimento econômico e para a preservação da diversidade cultural dos países. Com isso, surgiu a necessidade de inseri-las como parte integrante das políticas culturais.

No Brasil, essa visão tentou ser implementada a partir do Governo Lula, que buscou promover uma afirmação brasileira no cenário internacional por meio do *softpower*³ e da cooperação Sul-Sul. A intenção era combater a dominação hegemônica cultural dos países do norte global. O governo buscou fazer uso da EC como meio de promoção e abertura de comércio internacional para se posicionar como potência regional do sul global.

1 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

2 Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

3 Termo usado na Teoria das Relações Internacionais por Nye que designa a forma de influência de um país ao resto do mundo por meios distintos da coerção, do dinheiro e supremacia militar.

Este artigo será desenvolvido em três partes: primeiro será definido a Economia Criativa (EC) e as Indústrias Criativas (IC); num segundo ponto será abordado o caso do Governo Lula para mostrar a relevância da implementação das políticas culturais na EC e IC como geradoras de desenvolvimento socioeconômico; por último faz-se uma reflexão sobre como as políticas culturais foram usadas na afirmação do *softpower* brasileiro.

A ECONOMIA CRIATIVA E AS INDÚSTRIAS CRIATIVAS

O núcleo da EC é composto essencialmente de serviços, cuja parte principal do processo produtivo é a atividade criativa. Dessa forma, faz-se o uso de bens primários, secundários ou terciários agregados ao conhecimento para produzir novas mercadorias com uma linguagem simbólica e de valor cultural (DEHEINZELIN, 2006). A EC se aplica de formas diferentes nos países devido aos padrões culturais de determinada região. Também, os produtos finais acabam se estabelecendo mediante a influência dos patrimônios nacionais ou locais.

Autores abordam que a EC é baseada em ativos que têm potencial de gerar crescimento e desenvolvimento econômico. Também é considerada como uma nova oportunidade de investimento no século atual que preserva e multiplica a diversidade cultural além de causar ganhos significativos e fortalecimento da diplomacia cultural. Por esses motivos se torna necessária a inclusão da cultura e da EC como tema da diplomacia multilateral, afim de atingir o objetivo fundamental do desenvolvimento. A propriedade intelectual é um elemento de convergência referente ao conceito entre autores e os Estados (DEHEINZELIN, 2006; UNCTAD, 2010; MADEIRA, 2014).

Da mesma forma, o conceito de “indústrias criativas” possui divergências entre os países e autores, a criatividade e a propriedade

intelectual também são elementos comuns. Elas se remetem a qualquer atividade econômica que produza produtos simbólicos intensamente dependentes da propriedade intelectual. Seus setores são divididos em quatro grupos: patrimônio (bens, manifestações populares, cultos e tradições materiais e imateriais que possuem relevância histórica e cultural), artes (dança, teatro, música, pintura e artesanato), mídias (filmes, novelas, séries, mangás, curtas etc.) e criações funcionais (moda, *design*, arquitetura, publicidade, dentre outros) (UNCTAD, 2010; BENDASSOLLI, 2009).

A partir desse conceito podemos exprimir duas premissas: primeiro, as cadeias produtivas imateriais predominam; segundo, o consumo de símbolos ou significados prevalece sobre o consumo de bens materiais. Isso irá delinear a forma de produção e consumo dessas indústrias (BENDASSOLLI, 2009). Na forma de produção, a criatividade, inovação, e indivíduos dão concepção ao desenvolvimento de produtos criativos. Na forma de consumo temos o consumo cultural como lazer, entretenimento e bens culturais. Porém, as indústrias criativas possuem problemas como a instabilidade da demanda e a incapacidade de prever o sucesso comercial (BENDASSOLLI, 2009).

Assim, a produção de bens com habilidades criativas se destaca. Pois para obter bons resultados no processo criativo é necessário agregar valor e impulsionar a inovação.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DO GOVERNO LULA: A PROMOÇÃO DA ECONOMIA CRIATIVA PARA UMA COOPERAÇÃO CULTURAL

Lessa, Moura & Mapa (2011) e Bijos (2010) abordam o protagonismo do Ministério da Cultura (MinC) na diplomacia cultural junto ao Itamaraty no Governo Lula, como uma estratégia de projeção do Brasil no cenário internacional. Até então, a diplomacia brasileira estava

preparada para lidar com temas *mainstream*⁴ das Relações Internacionais. Bijos (2010) observa a utilização do *softpower* na construção de uma liderança regional, que contribuiu para consolidar a “*Marca Brasil*” de cultura rica e diversificada.

De uma forma inédita, o Governo Lula promoveu a participação do MinC na diplomacia, trazendo desafios e perspectivas de diplomacia cultural para fins políticos, econômicos e outros meios meramente culturais. O Ministro Gilberto Gil propagou essas políticas voltadas à criatividade que passam a fazer parte da agenda brasileira (CALABRE, 2007).

A formulação e implementação dessas políticas culturais foram orientadas a partir de três diretrizes: simbólicas (vínculos de identidade e raízes), econômicas (políticas estratégicas de desenvolvimento da cooperação Sul-Sul) e cidadãs (blocos de cultura regionais). A cultura representava a afirmação nacional, a inclusão social e o desenvolvimento econômico por meio da economia criativa. Isso levou a um impulso na diplomacia cultural mediante iniciativas para afirmação brasileira no cenário internacional, atuando em diferentes áreas visando sempre a afirmação da autonomia e o universalismo da cultura brasileira (BIJOS, 2010).

Nesse período, foi elaborado um plano de reestruturação do ministério, alterações na Lei Rouanet, e a criação de secretarias administrativas para dar suporte à elaboração de novos projetos, ações e políticas. Uma de suas responsabilidades era interligar a dimensão internacional das políticas culturais, trabalhadas apenas pelo Ministérios das Relações Exteriores (MRE).

4 Temas clássicos das Relações Internacionais, tais quais, liberalismo, realismo, dentre outros.

O Ministro considerava a cultura como possuidora de um lugar estratégico e singular no mundo contemporâneo. Uma relação entre centralidade da cultura e desenvolvimento desejado ao planeta. Em que a política cultural teria que ser base de um novo projeto nacional, trabalhado em sincronia com os outros ministérios. Ele partia do princípio que a cultura brasileira chamava a atenção da comunidade internacional, e seu objetivo era uma parceria com o MRE no intuito de modelar e inserir a imagem brasileira no mundo através de uma política cultural gerida entre os dois ministérios (NOVAIS & BRIZUELA, 2010).

Assim, passou-se a difundir o papel estratégico da cultura no processo de desenvolvimento do Brasil e outros países emergentes, no qual a economia da cultura, o direito autoral e a propriedade intelectual seriam temas diligenciáveis que necessitavam da parceria do MRE. Essa nova agenda internacional também compreendeu alianças com potências emergentes, como alguns países do BRICS, os eixos Sul-Sul, América do Sul, África, e Países Árabes.

No plano interno, foi promovida a inclusão social, representação e expansão da economia da cultura. No plano externo, uma maior inserção internacional, promoção do pluralismo cultural e as bases das indústrias criativas para aumentar as exportações nacionais (NOVAIS & BRIZUELA, 2010).

Os primeiros frutos dessa parceria entre relações culturais e desenvolvimento foram gestados na Conferência da UNCTAD em São Paulo, em junho de 2004. Consequentemente, foi criado um Grupo de Indústrias Criativas e Desenvolvimento, com o objetivo de ressaltar as potencialidades das indústrias criativas no mundo e estabelecer mecanismos facilitadores e incentivadores para essa categoria. Isso resultou na proposta da criação de um Centro Internacional de Indústrias Criativas, sediado em Salvador, mas não concretizado devido à priorização de outras políticas

pelo governo, porém, trouxe ao MinC um protagonismo no PNUD (NOVAIS & BRIZUELA, 2010).

O Mercosul Cultural tornou-se um campo de atuação do MinC através da cooperação cultural. Com sua autonomia pela diversificação, o Governo Lula buscou um maior espaço de cooperação cultural no eixo Sul-Sul, para a disseminação de cultura entre os países do bloco. O MinC promoveu uma inovação na diplomacia brasileira, trazendo resultados positivos às relações culturais internacionais (BIJOS, 2010).

O governo disseminou a cultura e as atividades econômicas relacionadas a ela como prioridade de governo e da sociedade, na construção de um novo projeto de nação. Assim, deslocaram as políticas culturais para o centro de debate do desenvolvimento nacional e nas relações de intercâmbio entre países, pela promoção da diversidade cultural a fim de diminuir as assimetrias decorrentes da globalização (BIJOS, 2010).

Isso gerou ações no governo e a presença atuante do MinC Rede Internacional de Políticas Culturais, com protagonismo na criação do Selo do Mercosul Cultural e da Reunião Especializada das Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul (RECAM), na Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora e na Comissão Interamericana de Cultura.

Esta convergência de ideias entre Itamaraty e MinC ocorreu devido ao fortalecimento da perspectiva de que a EC era capaz de um investimento econômico que promovesse e acelerasse o desenvolvimento, por isso deram importância às indústrias criativas como formas de captação desses investimentos, tanto no plano interno quanto no externo. Essa foi uma resposta aos desafios percebidos no Governo Lula que enfrentou problemas no consumo de cultura, democratização do acesso à cultura e a falta de investimento nas indústrias culturais em massa (BIJOS, 2010).

Com efeito, nota-se que o caminho para a propagação dessas políticas ainda é árduo. Madeira (2014) afirma que já na gestão do ex-

ministro Gilberto Gil, o Brasil desperdiçava o momento de interesse despertado por sua cultura, e cita pensamentos de Nye indicando que o país possui um *softpower* natural, capaz de acrescentar importância *vis-à-vis* com outros recursos de poder. O autor também observa que o Brasil poderia se beneficiar com a criação de um instituto cultural permanente que coordenasse as ações internacionais no segmento.

A RELAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS E INDÚSTRIAS CRIATIVAS NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO BRASIL

Políticas Culturais são programas de intervenção realizados pelo Estado, setor privado, organizações e comunidades em prol de suprir as necessidades culturais da população, para promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.

Alguns autores percebem que as políticas culturais relativas ao mercado são as mais desafiadoras, pois criam empregos e riqueza, fomentam a inovação nos processos de produção e comercialização e são centrais na promoção e manutenção da diversidade cultural. Assim, como garantem o acesso democrático à cultura, criam um desenvolvimento endógeno e formulam *clusters* criativos capazes de aumentar a oferta dos insumos em âmbito interno e externo (LIMA, 2007; REIS, 2008).

Pesquisadores citam que a “teoria endógena do desenvolvimento” se remete às transformações nos fundamentos econômicos, descentralizando o centro dinâmico da indústria para à economia do conhecimento. Uma troca parcial de investimentos em máquinas para a formação de inteligências. Com isso, ao passo que a economia industrial se baseia na estrutura de custos, a economia pós-industrial se dá pela criatividade intensificada e ênfase na capacidade de desenvolvimento do capital humano (ACCO, 2016; D’ARISBO, 2013). O objetivo das economias

pós-industriais, não é limitado apenas ao desenvolvimento econômico, mas uma consonância entre o conceito de desenvolvimento, criatividade e inovação, se opondo à teoria do crescimento econômico tradicional que separa bem-estar econômico do valor social (D'ARISBO, 2013).

O Governo Lula, buscou implementar tais ações para afirmar uma “autonomia pela diversificação”, que se dá pela adesão do país aos princípios e normas internacionais por meio de alianças e acordos de cooperação Sul-Sul. Sua intenção era reduzir as assimetrias das relações externas com os países do norte global mediante a utilização do *softpower*, para aumentar a capacidade de negociação internacional e promover o desenvolvimento socioeconômico interno. Essas mudanças de políticas culturais foram cruciais para o governo Lula aderir aos princípios universalistas da democracia e a impossibilidade do país em manter um grau de interdependência baixo em relação a outros países (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007).

No geral, MIGUEZ (2007) completa que a EC passou a ser um objeto privilegiado em disseminação mundial, que se estendem dos estudos acadêmicos aos *policy makers*. Porém, necessita de desdobramentos futuros, como: a necessidade de uma revisão do conceito, dos marcos regulatórios e da propriedade intelectual para o interesse público, a promoção e aproximação entre criatividade e inovação, e por fim, a fomentação de políticas públicas capaz de integrar as múltiplas dimensões da Economia Criativa.

Contudo, a lista de benefícios de implementação EC seria intensa, como: gerar crescimento, inovação, expandir a exportação, reduzir o setor informal, revitalizar zonas urbanas, fomentar a sustentabilidade ambiental, incluir o empoderamento social, político e minorias, valorizar os patrimônios, valores locais, diversidade e identidade culturais, dentre outros. Isso possibilitaria alcançar o desenvolvimento humano e sustentável. Mas esses benefícios não “viriam de graça” (PAGLIOTTO, 2016). Há uma delimitação da UNCTAD para que países em desenvolvimento realizem uma série de investimentos

visando a promoção desse tipo de cultura. Além do apoio do setor público através de fundos, incentivos fiscais e muitos outros condicionantes, como a governança e políticas culturais por exemplo (UNCTAD, 2010).

Seguindo essas perspectivas, nota-se que o Governo Lula buscou desenvolver tais iniciativas deixando sua continuidade para os governos futuros. Todavia, devido aos condicionantes internos e externos dos governos posteriores houve irreflexão quanto à implementação das políticas culturais recuperando a noção de atraso no que concerne ao cenário brasileiro, além de um retorno aos modos de desenvolvimento anteriores.

CONCLUSÃO

Este artigo mostrou a relevância da EC como instrumento de promoção ao desenvolvimento socioeconômico. De acordo com o estudo, é notável que políticas culturais são extremamente necessárias para a condução e alargamento desse ramo econômico. As implementações dessas políticas no Governo Lula trouxeram certas melhorias no que remete ao acesso à cultura e geração de emprego e renda nas áreas que agregam a EC, assim como auxiliaram no crescimento de riqueza do país. Apesar de precisarem de ajustes e desdobramentos futuros, percebeu-se a capacidade dessa modalidade em agregar condicionantes para o desenvolvimento socioeconômico. É possível que, se houvesse uma continuidade sólida das políticas de EC no cenário brasileiro, poder-se-ia elevar ainda mais o PIB do país e trazer benefícios para a população.

REFERÊNCIAS

ACCO, Marco. No limiar do novo: desafios para o financiamento da Economia Criativa no Brasil. In: LEITÃO, Claudia & MACHADO,

Ana Flávia. *Por um Brasil Criativo: significados, desafios e perspectivas da Economia Criativa Brasileira*. Belo Horizonte: BMDG cultural. Rona Editora, 2016.

BENDASSOLI, Pedro F. et. al. Indústrias criativas: Definição, Limites e Possibilidades. *RAE*, São Paulo, v. 49, n.1. jan./mar. 2009.

BIJOS, Leila. A diplomacia cultural como instrumento da política externa brasileira. *Revista Diálogos: a cultura como dispositivo de inclusão*. Brasília, v.13, n.1, agosto, 2010.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: *Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. UFBA, Salvador, 2007.

D'ARISBO, Anelise. *Sistemas de Capitais como métodos de análise da Economia Criativa para o Desenvolvimento baseado no conhecimento na Cidade de Bento Gonçalves*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2013.

DEHEINZELIN, Lala. *Economia Criativa e empreendedorismo cultural*. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2006.

LESSA, Mônica Leite; et. al. Entre o Palácio Itamaraty e o Palácio Capanema: perspectivas e desafios de um diplomacia cultural no governo Lula. In: PINHEIRO, Letícia & MILANI, R.S. *Política externa brasileira: a política das práticas e as práticas da política*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

LIMA, Carmen Lucia Castro. *Políticas Culturais para o Desenvolvimento: O debate sobre as Indústrias Culturais e Criativas*. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2007.

MADEIRA, Mariana Gonçalves. *Economia Criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2014.

MIGUEZ, P. Repertório de fontes sobre Economia Criativa. Parte integrante do projeto de pesquisa “Economia criativa – em busca de paradigmas: (re) construções a partir da teoria e da prática”. Salvador: Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT)/UFRB, 2006-2007.

NOVAIS, Bruno do Vale & BRIZUELA, Juan. Políticas Internacionais. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas Culturais do Governo Lula*. Salvador: Ed. UFBA, 2010.

PAGLIOTO, Bárbara Freitas. Economia Criativa: mediação entre cultura e desenvolvimento. In: LEITÃO, Claudia & MACHADO, Ana Flávia. *Por um Brasil Criativo: significados, desafios e perspectivas da Economia Criativa Brasileira*. Belo Horizonte: BMDG cultural. Rona Editora, 2016.

REIS, A. C. F. (Org.). *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

UNESCO. Creative economy: Report 2010. Nova York: United Nation, 2010.

UNCTAD. Creative Economy Outlook and Country Profiles: Trends in International Trade in Creative Industries. United Nations, 2015.

VIGEVANI, Tullo & CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, Vol. 29, nº 2, Jul./Dez. 2007. p. 273-335.

PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL: reconhecimento e mobilização social

*Lucas Neiva Peregrino
Jessyca Marins*

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 preconiza o dever do Estado (com a colaboração da comunidade) de proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro (BRASIL, 1988, art. 216, § 1º). O patrimônio pode ser salvaguardado¹ de diversas formas, dentre elas, na ação cotidiana de determinada comunidade que preserva suas formas de expressão com o seu uso, seus significados e as dinâmicas decorrentes das sociabilidades; mas também através da ação da sociedade civil que em parceria com a comunidade e com o Estado pode contribuir para salvaguarda de determinada manifestação cultural.

Neste sentido, o Estado Brasileiro vem se esforçando para uma atuação na promoção de uma política cultural continuada nesta área, norteador por uma série de normas, princípios e orientações produzidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Além da atuação deste órgão na preservação do patrimônio edificado,

¹ Como um campo ainda em desenvolvimento percebe-se a confusão na utilização de diversos termos, como é o caso do uso do termo “preservação” e “salvaguarda” para o patrimônio imaterial (TOJI, 2011).

também chamado de pedra cal, ressaltamos a sua atuação para com o patrimônio imaterial.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) que busca estabelecer uma política nacional de atividades para a salvaguarda do patrimônio intangível reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro ou como referências para a comunidade “detentora”. Esse programa estabelece, dentre outras atividades, três macroprocessos onde a política nacional deve atuar: a Identificação, o Reconhecimento e o Apoio e Fomento de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Neste artigo buscamos apresentar alguns aspectos relevantes do PNPI, suas principais atividades na concretização dos macroprocessos e refletir sobre a atuação do Estado neste campo social a partir do Registro da Feira de Campina grande (2017) e da experiência de ações participativas desenvolvidos em Pernambuco e na Paraíba (2010-2016). Assim, trazemos uma reflexão sobre os limites e alcances do instrumento de salvaguarda do patrimônio imaterial (o registro) e da aplicação do inventário participativo (2016).

MÁRIO DE ANDRADE E A FORMAÇÃO DO CAMPO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

Não podemos falar de patrimônio nacional sem fazer algumas considerações sobre Mário de Andrade, precursor do campo do patrimônio no Brasil. Suas ideias estão vivas até hoje e podem ser consideradas como a base das discussões sobre a ampliação do conceito de patrimônio, contribuindo para a elaboração de políticas culturais de salvaguarda do patrimônio imaterial, consideradas em sua diversidade de contextos e expressões².

2 Sobre a centralidade do pensamento de Mário de Andrade para o campo do patrimônio ver Chuva (2012).

A atenção dada para o patrimônio surge no contexto do nacionalismo brasileiro do Estado Novo, governo de inspiração totalitária, que tinha por objetivo construir uma nação, uma identidade nacional, em que seus símbolos seriam seus patrimônios.

A efetivação da entrada do Estado nos processos de proteção ao patrimônio, em 1936, parte da mobilização do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, visando à proteção dos monumentos e obras de artes nacionais. Naquele contexto, Mário de Andrade foi convidado por Capanema para elaborar o anteprojeto que voltasse sua atenção para a questão da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Para isto, Mário de Andrade solicitou a criação de um órgão específico que se compromettesse com a proteção do patrimônio nacional, surgindo assim o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A criação do SPHAN deve ser analisada à luz de dois fatos históricos que foram imprescindíveis na vida política e cultural do Brasil na primeira metade do século XX: o movimento modernista e o Estado Novo. Naquele contexto, a noção de patrimônio proposta por Mário de Andrade, no seu anteprojeto, era muito mais abrangente, contudo, não atendia aos interesses do Estado, naquele momento, sendo preterida em favor do Decreto-Lei nº 25 de 1937, que previa o tombamento como instrumento oficial de preservação do patrimônio – aplicado apenas a edificações e bens móveis.

Nesse primeiro momento, as políticas do patrimônio se restringiam a uma cultura específica: eurocentrada, de “pedra e cal”, e elitizada. Estando longe de refletir a diversidade cultural do país.

Em meados dos anos 1970, nas discussões antropológicas, o conceito de cultura passa por transformações. A ênfase recai sobre as relações sociais e simbólicas que são estabelecidas, assim, a cultura passa a ser compreendida como um processo e as relações cotidianas tornam-

se objeto de investigação. Neste sentido, o papel do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) sob direção de Aloísio Magalhães³ possibilitou o diálogo multidisciplinar dando início a ampliação na noção de patrimônio (CORÁ, 2014).

Diante deste contexto, a Constituição Federal de 1988 (CF/88), absorve o conceito de patrimônio, incorporando assim sua dimensão imaterial. O ápice mais recente das mudanças ocorridas nesse cenário foi a implementação do Decreto 3.551/2000, que instituiu o Registro⁴ como instrumento de preservação oficial dos bens de natureza imaterial, sistematizando a regulamentação do artigo 216 da CF/88, que trata do patrimônio cultural brasileiro⁵. O mesmo decreto instituiu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) “visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio” (BRASIL, 2000, art. 8º).

O PNPI

O PNPI não está tão explícito na Constituição como o registro, mas se apresenta implicitamente na medida em que a promoção e a proteção ao patrimônio cultural é um dever do Estado. Assim, uma política sistematizada na área do patrimônio imaterial era necessária para a concretização do projeto constitucional.

3 Esse diálogo entre o CNRC e o IPHAN acontece principalmente quando Aloísio Magalhães foi chamado a dirigir este órgão, permanecendo de 1979 a 1982. Naquela época, o IPHAN foi dividido em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (responsável pela normatização do campo) e Fundação Nacional Pró-Memória (de caráter executivo).

4 De agosto de 2000 até setembro de 2018 mais de quarenta bens foram registrados e mais de trinta e cinco bens estão em processo de registro.

5 Ressaltamos que a CF/88 já indicava os inventários e os registros como “formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988, § 1º, art. 216) do patrimônio cultural brasileiro.

Apesar da criação do PNPI ter ocorrido com o Decreto 3551/2000, a sua regulamentação só ocorreu no início de 2016, poucos dias antes do afastamento da Presidente Dilma Rousseff – momento de tensão e aprovação acelerada de projetos e normas. A Portaria 200 do IPHAN trouxe a consolidação dos princípios e práticas para o estabelecimento de uma Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, sistematizando e justificando em um documento o reflexo do que já vinha sendo feito pelo órgão federal desde a década de 1970, quando buscou-se desenvolver o conceito de referências culturais e ampliar a ideia do que é patrimônio cultural brasileiro.

O PNPI incorpora as ideias e conceitos desenvolvidos por outras instituições ao longo do século XXI, como é o caso da “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” de 2003⁶ da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Ressaltamos que a Portaria 200/2016 reproduz o conceito de referências culturais já trazido em 2000 com o Manual do Inventário Nacional de Referências Culturais (INVENTÁRIO NACIONAL, 2000), mas faz uma tentativa em avançar no desenvolvimento do conceito de “detentores do bem cultural” (ou comunidade detentora) e de “gestão compartilhada”. Este segundo diz respeito à temática do presente trabalho, pois diz respeito à participação da comunidade. Assim, a gestão compartilhada:

[...] é realizada em conjunto por diferentes atores, órgãos e instituições [...], a partir de estratégias de cooperação e do engajamento dos diversos entes nos processos de tomada de decisão, planejamento de ações, solução de problemas, análise e avaliação de resultados (IPHAN, 2016, art. 2º, VII).

6 Dentre eles está o de “patrimônio imaterial” e o de “salvaguarda”, ambos repetidos na Portaria 200/2016.

Percebemos a participação da comunidade como algo que aparece como central na execução e avaliação das políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial (IPHAN, 2016, art. 4º, I). A participação dos detentores do bem cultural e da comunidade de forma mais ampla⁷, cooperando em todas as etapas das ações de salvaguarda⁸.

A mesma Portaria após elencar as diretrizes do Programa, aponta as cinco linhas de atuação do PNPI: 1) Pesquisa, documentação e informação; 2) Reconhecimento e valorização; 3) Sustentabilidade; 4) Promoção e Difusão; e 5) Capacitação e fortalecimento institucional (IPHAN, 2016, art. 6º). A execução destas linhas de atuação ocorre através de três macroprocessos: Identificação; Reconhecimento; e Apoio e Fomento.

Desta forma, é através das linhas de atuação e dos macroprocessos que podemos perceber a execução das políticas públicas de salvaguarda. Destacamos o instrumento de registro no macroprocesso de Reconhecimento de Bens Culturais de Natureza Imaterial (IPHAN, 2016, art. 9º, § 1º, I) e os inventários participativos que são indicados de forma bastante tímida como instrumento do macroprocesso de Apoio e Fomento.

Ações participativas: os Inventários Participativos em questão

Com relação às ações patrimoniais participativas, em 2016 o IPHAN lança o Manual de Aplicação dos Inventários Participativos –

7 Antes de um bem ser registrado, por exemplo, o parecer do IPHAN deve ser publicado no Diário Oficial para possíveis contestações por parte da sociedade (BRASIL, 2000, art. 3º, §5º).

8 As ações de salvaguarda que nos referimos são todos “os processos de identificação, de reconhecimento e de apoio e fomento” (IPHAN, 2016, art. 4º, I), além da gestão do patrimônio (IPHAN, 2016, art. 4º, II).

uma das ferramentas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial⁹. Neste sentido, objetivamos tecer algumas considerações acerca dos limites e alcances dos Inventários Participativos (IPs) nos processos de educação patrimonial a partir de cinco experiências participativas¹⁰, quais sejam: do PAMIN (2012-2016)¹¹, do Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa (2012/2013)¹², da ação do Buraco ao Mundo (2004/2014-2015/2016)¹³, do INRC do Alto do Moura (2012- 2016)¹⁴ e dos Inventários do Vale Mamanguape (2016)¹⁵.

Buscamos refletir sobre a importância da produção dos inventários através dessas ações participativas, principalmente, nas políticas de “proteção da cultura”, visando compreender os objetivos de cada uma dessas ações.

Na maior parte das experiências relatadas na pesquisa, não houve a execução de um inventário participativo propriamente dito, envolvendo preenchimentos de fichas, por exemplo, mas sim o compromisso com sensibilização das comunidades/grupos onde a educação patrimonial vem desempenhando um papel fundamental em todo esse processo de reconhecimento e valorização da diversidade do patrimônio cultural.

A questão da participação – central neste trabalho – sempre foi compreendida como um fator essencial para a concretização dessas ações. Se desejamos de fato, produzir um conhecimento sobre o saber do outro, é necessário que haja a participação desse outro, pois percebemos

9 Identificamos o Inventário Participativo (IP) como uma das ferramentas mais eficientes nos processos de educação patrimonial, contudo a Portaria 200/2016 só fala da expressão uma vez, destacando apenas a sua função no Apoio e Fomento do Bem cultural imaterial.

10 Ressaltamos que nem todas as ações usaram do Manual de Aplicação do IPHAN, mas usam critérios e metodologias que tangenciam as ações dos IPs.

11 Coordenado pela Prof.^a Dr.^a Luciana Oliveira Chianca.

12 Coordenado por Marcela de Oliveira Muccillo.

13 Coordenados pelo Prof. Dr. Nivaldo Aureliano e por Larissa Serrabela.

14 Coordenado pelo Prof. Ms. Darllan Rocha.

15 Coordenado pelo Prof. Dr. Oswaldo Giovannini.

a sustentabilidade e a gestão compartilhada como algo construído coletivamente e não simplesmente dado como pronto pela ação do Estado (política pública). Neste sentido, a formação de agentes comunitários para que os diversos grupos sociais tenham mais chances de garantir direitos nas políticas culturais é essencial¹⁶.

As cinco experiências que pesquisamos¹⁷ se relacionam qualitativamente podendo ser interpretadas como uma rede de ações no campo do patrimônio cultural. Todos os seus coordenadores trouxeram sugestões para a própria metodologia dos Inventários Participativos dialogando com ações pedagógicas através da educação patrimonial.

A partir das narrativas de seus coordenadores, podemos perceber nessas ações participativas que a importância delas se concentra no “processo” e não no produto final (um inventário). Deste modo, para eles, a mobilização social fomentada pelos IPs, a partir dessas ações pedagógicas, gera efeitos muito mais significativos e eficazes do que a produção do próprio inventário em si, como é o caso da preocupação dos participantes com o seu bem cultural.

Um registro e o seu contexto

Em 2017, a Feira de Campina Grande foi registrada pelo IPHAN no Livro dos Lugares, recebendo o título de Patrimônio Cultural do Brasil. O pedido do registro foi feito em 2007 pela Prefeitura de Campina Grande e em dez anos as mudanças da gestão municipal e as peculiares disputas

16 Um fato de extrema importância nessa formação é o conhecimento institucional na construção de projetos para concorrer a editais – ferramenta incentivadora da autonomia dos grupos sociais. Uma das ações desenvolvidas pelo Museu do Patrimônio Vivo, por exemplo, foi a formação de agentes culturais nas comunidades com aulas de produção de projetos.

17 Pesquisa de Mestrado de Jessyca Marins orientada pela Prof.^a Dr.^a Luciana Chianca (UFPB) no período de 2016-2018 (MARINS, 2018).

políticas que envolvem estas situações influenciou no andamento do processo de registro, dificultando as ações do órgão federal e dos técnicos envolvidos na identificação do bem cultural.

A instrução do registro foi delegada pelo Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do IPHAN para a Secretaria de Cultura em 2009, mas em decorrência da heterogeneidade e contradição dos projetos da prefeitura, o processo de registro ficou suspenso. Uma dessas contradições foi a tentativa de reforma da Feira Central de Campina Grande sem a participação da sociedade civil ao mesmo tempo que requisitava o registro.

O projeto desenvolvido intervia de forma radical na dinâmica e organização social, possibilitando transformações drásticas norteadas em ideais de higienização e modernização. Em decorrência dessas ações, o órgão federal e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), com a sociedade civil, se mobilizaram e conseguiram impedir a reforma através dos meios burocráticos, utilizando a legislação patrimonial e ambiental contra a ação autoritária da prefeitura.

Essa mesma mobilização dos órgãos e de parte da sociedade civil conseguiu interagir com a nova gestão municipal que iniciou os trabalhos em 2013. Assim, construiu-se um possível projeto de requalificação para área da Feira com reivindicações dos próprios feirantes. Depois de algumas desmobilizações e rearranjos nas posições, o registro foi efetivado em setembro de 2018, demonstrando como os processos de registro se efetivam de acordo não só das lógicas dos detentores do bem cultural, como da sociedade local, na qual a comunidade de detentores está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, por um lado, a ideia de políticas públicas é constantemente relacionada à atuação do Estado nos diversos segmentos da sociedade:

educação, infraestrutura, cultura, economia; sabemos, por outro lado, que o funcionamento desses segmentos não é apenas guiado pela atuação estatal: agentes e instituições interagem com as políticas, demandando ações do Estado ou ajudando a construir, com outras instituições, estratégias de gestão e de execução da diretrizes propostas.

Não é diferente no campo da cultura. Neste campo, as políticas culturais podem ser percebidas pela atuação do Estado, mas também pela ação de instituições não estatais, empresas privadas e sociedade civil (BARBALHO, 2005).

A partir das cinco ações participativas indicadas no presente trabalho percebe-se como o processo de aplicação e interação dos inventários participativos podem produzir efeitos mais concretos do que uma ação estatal. Neste mesmo sentido, em um dos momentos do processo de registro da Feira de Campina Grande podemos perceber como a participação da comunidade produziu um posicionamento definitivo na atuação da comunidade.

Percebe-se como os macroprocessos (Identificação, Reconhecimento e Apoio e Fomento) do PNPI estão relacionados e dependentes uns dos outros.

Diante disso, incentivar a comunidade a participar dos diversos momentos da salvaguarda é garantir a concretização de um programa participativo de políticas culturais, assegurando o reconhecimento através da mobilização social.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. Política Cultural. In: RUBIM, Linda (Org.). *Organização e produção da cultura*. Salvador: EDUFBA; FACOM/CULT, 2005.

BRASIL. *Constituição Federal*. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 2 set. 2018.

_____. *Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000*. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 2 set. 2018.

_____. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 2 set. 2018.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais: teoria e prática*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: Cultura e Imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 48(5):1093-1112, set./out. 2014.

INVENTÁRIO NACIONAL de referências culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Portaria Nº 200, de 18 de maio de 2016*. Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI, 2016.

MARINS, Jessyca Barbosa. *“É um processo”*: Educação Patrimonial e a mobilização social dos Inventários Participativos. Dissertação (Mestrado em Antropologia) PPGA/UFPB. João Pessoa, 2018.

PEREIRA, Maria de Lourdes D. & MACHADO, Luciana Altavilla V. P. As políticas públicas para a preservação do patrimônio. *Fórum Patrimônio*: ambiente construído e patrimônio sustentável. Belo Horizonte, v. 2, n. 1, jan./abr. 2008.

PEREGRINO, Lucas Neiva. *Desvelando as trilhas e tramas de um processo social*: diferentes leituras da patrimonialização da Feira de Campina Grande (PB). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) PPGCS/UFCG. Campina Grande, 2018.

TOJI, Simone. O patrimônio cultural brasileiro e a antropologia enquanto fazer técnico: a expressão de um Estado contraditório e os dilemas no “uso da diversidade”. *Revista CPC*. n.12, p. 55-76, maio/out. São Paulo: 2011.

A PEDAGOGIA GRIÔ NO VALE DO GRAMAME: uma experiência de educação patrimonial e gestão do desenvolvimento local sustentável

Igor Alexander Nascimento de Souza

INTRODUÇÃO

Início este artigo com uma questão norteadora, convidando leitoras e leitores à seguinte reflexão: é possível pensar e agir em Educação Patrimonial (EP) considerando as pedagogias multiculturais voltadas ao desenvolvimento local sustentável? Pergunta datada, surge no bojo das discussões acerca do papel da Educação para o futuro (MORIN, 2013), sob os auspícios da situação pós-moderna (KUMAR, 1997), tendo a centralidade da diversidade cultural como eixo de políticas, considerando sua transversalidade com os temas do meio ambiente, da justiça e participação social, da economia, da preservação e salvaguarda do patrimônio cultural (SOUZA, 2014), entre outros ramos do conhecimento.

Discorrendo sobre a relação entre a Diversidade, Identidade e Cidadania, Kabengele Munanga (s/d, p. 6) afirma que “o mundo da educação constitui o lugar essencial e privilegiado, onde se desenvolve o debate sobre o multiculturalismo”, organizando-se em elemento das lutas contra os classismos, racismos e sexismos, proveniente das políticas das diferenças. Coloca que países pluralistas como o Brasil, a educação e suas relações com a cidadania e a democracia não devem perder de

vista a questão da identidade (cultural, racial, étnica, social e de gênero), formando a cidadania por meio de pedagogias antirracistas.

Como exemplo prático, aponta que os processos educacionais devem ressaltar o papel dos diversos grupos sociais na formação da brasilidade (identidade nacional brasileira), adequando os currículos e a educação básica à diversidade, sobressaindo a concórdia entre os diferentes, gerando deferências mútuas. O intuito é a garantia da igualdade de direitos (sociais, sobretudo), através da restrição de intolerâncias e do estímulo à consciência crítica, incidindo na redistribuição mais equilibrada do conhecimento e das riquezas geradas em sociedade. Isso seria a questão central colocada aos nossos educadores: o desenvolvimento de

um currículo e uma pedagogia multicultural que se preocupe com a especificidade da diferença (em termos de raça, classe, gênero, etnia, orientação sexual, etc.) (MACLAREN, 1999, p. 70-71 apud MUNANGA, s/d, p. 11).

Mas como as pedagogias multiculturais podem incidir no desenvolvimento local sustentável e de que forma a EP pode contribuir para seu êxito? Segundo Euclides Mance (2008) o Desenvolvimento Sustentável se alicerça em variados aspectos: econômico, social, político, cultural, ético, ecológico, pedagógico, metodológico, gênero, ritmo e território; sendo que todos dialogam entre si, consoante as vicissitudes específicas de determinado território. Mesmo considerando o caráter transversal dos aspectos apontados, penso ser válido destacar o entendimento acerca de algumas dessas bases, pois são caras à reflexão proposta. A primeira delas diz respeito ao cultural, tendo em vista que a EP é tida como um instrumento relacionado ao Patrimônio Cultural, portanto, compõe tal arranjo focando no fortalecimento das identidades locais, valorizando as Referências Culturais (FONSECA, 2012) do território, favorecendo o

direito à memória e os enlaces entre os comuns, sempre respeitando as diferenças.

A segunda base refere-se ao pedagógico, em que os procedimentos educacionais têm como fundamento o trabalho solidário e livre, procurando problematizar aspectos vinculados às etapas e insumos que formam as cadeias produtivas e as relações sociais de produção, levando em conta as relações de consumo e os efeitos sobre as biogeocenoses; e a valorização dos saberes avoengos, muitos dos quais transmitidos por meio da tradição oral no cotidiano da lida.

A terceira base de destaque é o ecológico, tido como pacto intergeracional em que as gerações vivas supram as necessidades elementares sem prejudicar as gerações que virão, buscando desenvolver modos sustentáveis de explorar os diversos ambientes existentes, formulando métodos equilibrados de coexistência entre humanos e demais entes (animados, semoventes, inanimados, naturais ou simbólicos), tanto em espaços urbanos quanto em rurais.

Por fim, a quarta base é o território, formado por aglomerados humanos em determinado espaço marcado por múltiplas e sucessivas modificações, num cipoal de relações que se retroalimentam e que dão sentidos à aglutinação entre os pares, gerando integração e cooperação. Essas quatro bases, tendo como ponto de convergência o patrimônio cultural local, podem ser entendidas como EP voltada ao desenvolvimento sustentável dos territórios, como bem afirma Gina Rodríguez *et al.* (2010, p. 152) ao colocar que “el patrimonio cultural es el recurso endógeno por excelencia del nuevo desarrollo sustentable.”

Sendo, portanto, o patrimônio territorial composto pela soma de “un patrimonio cultural, natural que determina e influencia los saberes materiales e inmateriales de una persona, comunidad o pueblo.” (MONTTOYA, 2010, p. 232), é no mínimo precipitado que projetos

voltados à gestão e ao desenvolvimento local sustentável desconsiderem tal realidade. As concepções mais progressistas no campo da EP, mormente a oficial, componente da Política Nacional de EP (PNEP), apontam para os territórios como elemento imprescindível à educação voltada ao meio ambiente patrimonializado (SIVIERO, 2014), como elemento de desenvolvimento humano, não somente econômico (RANIS; STEWART, 2002 apud MORETTO; GIACCHINI, 2006), a partir do local. Ladislau Dowbor (2009, p. 22) nos diz que a

[...] visão de que podemos ser donos da nossa própria transformação econômica e social, de que o desenvolvimento não se espera, mas se faz, constitui uma das mudanças mais profundas que está ocorrendo no país. Tira-nos da atitude de espectadores críticos de um governo sempre insuficiente, ou do pessimismo passivo. Devolve ao cidadão a compreensão de que pode tomar o seu destino em suas mãos, conquanto haja uma dinâmica social local que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços.

Essa compreensão, segundo ele, deve permear os processos educacionais locais voltados ao desenvolvimento sustentável de determinado território, tendo em vista que parcelas significativas de cidadãos desconhecem completamente seus entornos, necessitando exercícios de diagnósticos que alicercem a transformação positiva, gerando dinâmicas construtivas, por meio da informação e do conhecimento. Nesse sentido, vale observarmos o exemplo apresentado no relatório de pesquisa do Observatório de Educação de Jovens e Adultos do Território de Identidade do Sisal (Obeja-TIS/Uneb/Capes), que, mesmo sem utilizar a palavra EP (terminologia mais comum no campo do Patrimônio Cultural), descreve a experiência de formulação de metodologias investigativas a partir dos aspectos culturais-linguísticos próprios do Território de Identidade do Sisal, na Bahia. Tais referências culturais, imprescindíveis ao desenvolvimento do projeto, tiveram que

ser levantadas no intuito de “sugerir trilhas alternativas para se conhecer o mundo dos signos e sinais comunicacionais que conduzem a EJA no Território do Sisal.” (NUNES; SANTOS; BARRETO, 2015, p. 196).

Há outros exemplos analisáveis, que marcam a EP como elemento favorecedor do desenvolvimento local sustentável, por meio de pedagogias multiculturais, como o caso da Pedagogia Griô (PG) no Vale do Gramame, que compartilharei nas próximas linhas. Antes, porém, acredito ser pertinente reafirmar que a educação é um fenômeno-prática social da ordem da cultura, portanto são elementos indissociáveis, sendo o patrimônio e a educação uma pseudodicotomia, já que não podem nem devem ser compreendidos separadamente, em conformidade com o que diz Mário Chagas (2013, p. 30):

não há hipótese de se pensar e de se praticar a educação fora do campo do patrimônio ou pelo menos de um determinado entendimento de patrimônio. Por este prisma, a expressão “educação patrimonial” constituiria uma redundância, seria o mesmo que falar de uma “educação educacional” ou “educação cultural”. No entanto, não se pode negar que a referida expressão tenha caído no gosto popular.

A partir dessa consideração, compartilho o resultado de investigações realizadas no Vale do Gramame, estado da Paraíba, caso que nos ajudará a melhor pensar a EP como elemento favorecedor do desenvolvimento local sustentável, lançando mão de uma pedagogia que poderíamos considerar multicultural, a Pedagogia Griô.

PEDAGOGIA GRIÔ NO VALE DO GRAMAME

Em 2012 tive a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido pela ONG Congregação Holística da Paraíba – Escola Viva

Olho do Tempo (CHP – Evot), quando da minha inserção em atividades profissionalizantes no estado. Conforme as ações educacionais foram sendo desenvolvidas descobri que a Evot lança mão de um tipo específico de pedagogia, denominada PG, que tem por princípio a valorização do ambiente natural, da tradição oral e das referências culturais locais. Essa revelação me levou a questionar como um tipo peculiar de pedagogia, baseada na valorização das referências culturais, no desenvolvimento sustentável e na tradição oral, relaciona-se com a EP.

O avanço das ações educativas em prol do patrimônio cultural emergidas da sociedade civil parece ser o tom do momento, pois é nessa perspectiva que a EP vem conseguindo assentar-se à realidade dos diversos grupos sociais. Os métodos alternativos e populares de educação emancipatória, inventados ou adotados por esses grupos, são estratégias que têm muito a nos dar lições, por isso devemos olhar com atenção para essas experiências, sobretudo às que tem originalidade. A PG desenvolvida na Evot é apenas uma dessas experiências, tendo em vista que “as possibilidades de projetos e processos educativos dialógicos com as comunidades detentoras são várias (tendendo ao infinito)” (SIVIERO, 2014, p. 78). Ana Casco (2005, p. 1) diz que

as ações educativas, voltadas para a preservação do patrimônio e desenvolvidas pela sociedade, aparecem como iniciativas de grupos que assim entendem ser seu papel ou que resolvem ocupar o vazio deixado pela ausência de uma ação efetiva do Estado [...].

A PG, oriunda da educação não-formal, no âmbito das ONG, ajusta-se exatamente a essa conotação, e vem sendo utilizada pela sociedade civil na busca de um novo paradigma. É justamente uma dessas iniciativas que anda tendo destaque na Paraíba, não somente por sua inventividade,

mas pela difusão de suas atividades através das mídias, chegando ao conhecimento de um público mais amplo.

O VALE DO GRAMAME, OS RIBEIRINHOS E A ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO

Localizado no extremo Sul do território da capital paraibana e Norte do município de Conde, o Vale do Gramame abarca grupos rurais e urbanos, tendo uma população estimada em 20 mil habitantes. Seu rio (Gramame) perpassa sete municípios, estendendo-se da sua nascente, no município de Pedras do Fogo, até sua foz, a Barra do Gramame, sendo um dos rios mais importantes da Paraíba, responsável pelo abastecimento de água dos municípios do entorno e de toda a região metropolitana de João Pessoa, fato que não impediu seu assoreamento, a destruição de parte significativa da sua mata ciliar, o uso indiscriminado de agrotóxicos e o despejo de resíduos domésticos e industriais sem nenhum tipo de controle ou tratamento.

Área periurbana de tradição rural, com boa parte do seu território justafluvial, vem sofrendo ao longo das últimas décadas com a expansão urbana da capital, que está impactando o ambiente natural, mas também o *modus vivendi* dos ribeirinhos, que tinham na pesca e na agricultura familiar sua base econômica. Gradativamente os gramamenses passaram a se subempregar nas fábricas instaladas às margens do rio, prestando serviços de “menor qualificação”, às vezes em empresas terceirizadas; migraram para a agricultura patronal, labutando em culturas de coco, abacaxi ou cana; ou assumiram ofícios urbanos, quase sempre de baixa remuneração.

Àqueles que resistem restou um Gramame doente, assoreado e com metais pesados, com pescado e marisco escasso; e uma terra difícil de cultivar, pois contaminada, tendo seu lençol freático prejudicado pelo

uso excessivo da capacidade hídrica do estuário (GADELHA; SILVA; SILANS, 2002).

A crescente destruição do rio e do seu sistema hídrico vem afetando tanto o meio natural quanto o meio cultural, que o tem como referencial magno. As relações telúricas dos gramamenses, ao invés de minguar, vêm sendo reforçadas em um movimento de resistência ao avassalador expansionismo civilizatório-urbano-industrial (do capital).

O Vale do Gramame vem passando por um agressivo e traumático processo de transformação, imposto por força maior e alienígena, pressionando seus habitantes a gradativamente afastarem-se de suas referências culturais.

A mobilização dessa população, com o objetivo de manter o rio vivo e as práticas culturais a ele relacionadas, parece ter feito da Evot um baluarte de resistência. Entidade aglutinadora das comunidades do Vale, instrumento de representação política diante do poder público e demais instituições, mas também espaço de recreação, ludicidade, artes e educação, a ONG ocupa um espaço estratégico na vida dos gramamenses. A Evot, de certa forma, vem buscando preencher a lacuna deixada pelo Estado em seu olvidamento histórico para com essa região e seus cidadãos.

Ela foi elaborada com o objetivo de

oferecer instrumentos aos moradores das comunidades do Vale do Gramame para a realização de seus sonhos de aprendizado empírico e [...] profissionalizante, melhorando a qualidade de vida por meio de ações compartilhadas [...]. (CHT-EVOT, s/d, s/p).

Implementada em 2004 como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), a Evot ganhou corpo físico e institucional ao longo desses 14 anos de existência. Como instituições similares, ela vive da captação de recursos através de editais públicos, de doações de

pessoas físicas e jurídicas, e do apoio de empresas privadas. Muitos dos seus colaboradores trabalham como voluntários, ministrando cursos ou oficinas, tanto para os alunos como para os educadores, ou realizando serviços de manutenção e reparos.

A busca por recursos é uma luta diária dos agentes da Oscip, o que fez com que ampliassem sua rede de interlocução. Musicistas, circenses, acadêmicos, jornalistas, estão entre os muitos profissionais que contribuem com os trabalhos. Sujeitos sensíveis à missão da instituição e à realidade dos moradores, tornaram possível muitos dos projetos implementados. Parcerias institucionais são rotineiras, a exemplo da realizada com: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Espaço Cultural da Paraíba, Serviço Social do Comércio Paraíba, etc., organizações que se aliam de diferentes formas para o desenvolvimento, valoração e difusão das atividades.

Ao longo da década a granja em que se encontra a Evot tornou-se uma escola com dois pavilhões, cada qual com três pavimentos, além de um grande quintal arborizado onde se encontra um olho d'água, inspirador do Olho do Tempo. O espaço ainda abriga salas de aula; cozinha industrial, despensa e refeitório; recepção, sala de reuniões e demais compartimentos administrativos; estação rádio; laboratório de informática; museu comunitário; biblioteca; brinquedoteca; e o teatro Acácia. Saliento que as atividades da Evot não se restringem ao seu espaço físico, que não é pouco, mas se estendem por todo o Vale, através de caminhadas ecológicas, plantio de árvores nativas, passeios ciclísticos, construção de círculos de bananeira nas residências, e a PG nas escolas públicas do entorno, entre outras ações.

CONCLUSÃO

A experiência investigativa realizada no Vale do Gramame, com a Pedagogia Griô praticada pelos agentes culturais vinculados à

Evot, é demonstrativa da contribuição da Educação Patrimonial no desenvolvimento local sustentável, levando em conta que

su campo de acción es el patrimonio territorial, considerando no solo los elementos físicos naturales de este territorio, sino que debe ser consciente de su riqueza cultural y patrimonio histórico (MONTTOYA, 2010, p. 233) contido nele.

Nesse sentido o desenvolvimento local de forma sustentável

deja de ser un escenario estático para pasar a constituirse en una plataforma básica para la indagación, para la construcción colectiva de procesos de articulación de saberes que le fundamentan a sí mismo, dando una dirección dinámica, estratégica e estructural del proceso para situar el cambio desde el interior del patrimonio inmaterial y material con la finalidad de problematizar las condiciones de igualdad o desigualdad, [...] (NUNES; BOSCOLO; ATAIDE, 2010, p. 246).

Vale ressaltar que a Educação Patrimonial em questão está vinculada à ideia de pedagogias multiculturais, cuja centralidade é o reconhecimento e respeito da diversidade cultural como elemento favorecedor das identidades locais e da cidadania. Essa posição político-pedagógica parte do fato de que vivemos num mundo classista, racista e sexista, em que tendências unilateralistas teimam em vogar, portanto devem ser impugnadas por todos os meios, através de políticas das diferenças que contemplem a Educação.

REFERÊNCIAS

CASCO, Ana C. A. J. **Sociedade e Educação Patrimonial**. 2005. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In: TOLENTINO, Átila B. (org.). **Educação Patrimonial: educação, memórias e identidades**. (Caderno Temático), n. 3, João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2013, p. 27-31.

CHT-EVOT. **Missão**. Escola Viva Olho do Tempo. 2014. Disponível em: <<http://www.olhodotempo.org.br/?area=missao>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

DOWBOR, Ladislau. Educação e desenvolvimento local. In: MAFRA, Jason et al. (org.). **Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire; Esfera, 2009, p. 22-36.

FONSECA, Maria C. L. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: _____. **O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial**. Brasília: Iphan, 2012. (Edições do Patrimônio). p. 35-44.

GADELHA, Carmem L. M.; SILVA, Tarciso C. da; SILANS, Alain M. B. P. de. (Org.). **Bacia do Rio Gramame: hidrologia e aspectos ambientais para gestão dos seus recursos hídricos**. João Pessoa: Editora UFPB, 2002.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MANCE, Euclides A. **Desenvolvimento local sustentável: conceitos e estratégias**. Apresentado no Curso de Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária, Fortaleza, STDS, 2008. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/Desenvolvimento_Local_Sustentavel-Conceitos_e_Estrategias.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.

MONTOYA, Virginia. Integracion de los saberes materiales hacia los saberes inmateriales em el desarrollo sostenible endógeno. In: NUNES, Eduardo J. F.; BOSCOLO, Gianni; ATAIDE, Yara D. B. de (orgs.). **Saberes e patrimônio material e imaterial: uma abordagem intercultural**. Salvador: Eduneb, 2010, p. 231-236.

MORETTO, Cleide F.; GIACCHINI, Jussara. **Do surgimento da teoria do desenvolvimento à concepção de sustentabilidade: velhos e novos enfoques rumo ao desenvolvimento sustentável**. Universidade de Passo Fundo: Texto para discussão, n. 6, 2006. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vi_en/mesa1/DO%20SURGIMENTO%20DA%20TEORIA%20DO%20DESENVOLVIMENTO.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

NUNES, Eduardo J. F.; BOSCOLO, Gianni; ATAIDE, Yara D. B. de. (orgs.). **Saberes e patrimônio material e imaterial: uma abordagem intercultural**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERLINKPLUS, 3., 2010, Salvador. Anais... Salvador: Eduneb, 2010.

NUNES, Eduardo J. F.; SANTOS, Marcos C. G. dos; BARRETO, Maria R. N. O Observatório de Educação de Jovens e Adultos e a Educação Popular no Território do Sisal–Bahia. **Revista da FAEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 24, n. 43, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeba/article/view/1326>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

RODRÍGUEZ, Gina R. et al. Herramientas para la rehabilitación urbana sustentable de zonas centrales de la Habana: atlas del patrimonio del municipio Centro Habana y Carpeta de Proyetos. In: NUNES, Eduardo J. F.; BOSCOLO, Gianni; ATAIDE, Yara D. B. de (orgs.). **Saberes e patrimônio material e imaterial: uma abordagem intercultural**. Salvador: Eduneb, 2010. p. 147-180.

SIVIERO, Fernando P. **Um mapa para outros fazeres: Territórios Educativos e Patrimônio Cultural**. 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014

SOUZA, Igor A. N. de. **Na confluência da roda: educação patrimonial, diversidade cultural e a pedagogia griô**. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

RETRATOS DO PATRIARCADO BRASILEIRO: para pensar memórias sexo-gênero dissidentes

Sérgio Pessoa Ferro

Não só as relações do espaço público foram impostas pelos invasores colonialistas, mas, principalmente, as do espaço privado. O pernambucano Gilberto Freyre (1994), com seus estudos na década de 1930, pensava a organização cultural da família colonial patriarcal brasileira, chefiada pelo senhor de engenho, dono de terras e escravos(as), a quem devia total submissão a esposa e as(os) filhas(os). A dominação masculina da casa grande e da senzala estruturava e transferia os poderes do patriarca da esfera privada para a pública. Nesse ambiente, foi gestada a formação cultural, social, econômica e política de nosso país, principalmente do Nordeste.

Neste artigo, pretendemos entrecortar, de forma interseccional, o conceito de memória, com os problemas de gênero, sexualidade e território, inventando ferramentas para pensar as histórias de resistências da comunidade sexo-gênero dissidente na Paraíba, em tempos desoladores de crescimento do fascismo social no Brasil e no mundo. Para tanto, realizaremos uma discussão teórica, fundamentada em estudos sobre a Memória Coletiva, Nova Geografia Cultural e Teoria Queer, em seus deslocamentos ao Sul do Equador.

Acerca dos escritos da memória, nossa perspectiva teórica parte de Maurice Halbwachs (1877-1945), em sua obra, *A memória coletiva*, na

qual se contrapõe à visão de Henri Bergson (1859-1941), divulgada em seu livro *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Num profundo reexame da natureza das memórias, Maurice Halbwachs (1990) assinalaria o caráter de construto social e coletivo das recordações, se opondo, assim, à concepção de Bergson (1990), em que a memória seria armazenada de forma natural e espontânea.

O pensamento de Halbwachs continua contemporâneo, como demonstra a atualização do filósofo Paul Ricoeur. Em suas ponderações sobre os modos de produção da memória, condensadas no livro, *A memória, a história e o esquecimento* (2007), o autor endossa a visão de Halbwachs ao acentuar o caráter coletivo, cultural e social da memória:

Deve-se a Maurice Halbwachs a audaciosa decisão de pensamento que consiste em atribuir a memória diretamente a uma entidade coletiva que ele chama de grupo ou sociedade. [...] O passo dado em *A memória coletiva* consiste em desimplicar a referência à memória coletiva do próprio trabalho da memória pessoal enquanto se recorda de suas lembranças. O capítulo 2, intitulado “Memória individual e memória coletiva”, é escrito do princípio ao fim na primeira pessoa do singular, num estilo quase autobiográfico. O texto diz fundamentalmente isto: para se lembrar, precisa-se dos outros. (RICOEUR, 2007, p. 130).

Na teoria literária de Luiz Costa Lima, a narrativa memorialista ocupa um entre-lugar, em especial o autobiográfico, marcadamente assinalado pela duplicidade, que não nos autoriza a confundi-lo com o ficcional e com o documento histórico: “Essa flexibilidade, contudo, não torna ficção e autobiografia espécies discursivas indistintas. Elas se separam pelo papel que, respectivamente, concedem ao eu” (1986, p. 300). Nesse avizinhamento discursivo, os estudos da memória, em seu ofício de registro das rememorações de si e do outro,

embora não se confunde com a história ou com a ficção, se posiciona entre ambas.

Em *Memórias de Nós: o Brasil no redemoinho do capital* (2014), Wilma Mendonça, tratando dos discursos memorialísticos dos conquistadores brancos acerca dos Tupinambá na costa brasileira, pensa o uso das memórias enquanto textualidade e instrumento de pesquisa. A autora localiza epistemologicamente a produção de memórias diante da desfragmentação histórica causada pelo colonialismo, que nos coagiu a aceitar uma realidade construída em cima de nossas dores.

No emaranhado da cultura nacional, apesar da imagem conservadora sustentada pelo casamento cristão, os senhores de engenho controlavam os corpos das mulheres africanas e indígenas, sendo a violência sexual o doloroso e decisivo meio de *branqueamento físico e cultural* – ou, como queiram, miscigenação – da população brasileira (NASCIMENTO, 1978).

Nesse sentido, Durval Muniz Albuquerque (2003) analisa a história do gênero masculino no Nordeste no começo do século XX, percorrendo a genealogia do “cabra macho” na reprodução do papel do homem na cultura e sociedade. Nos sertões nordestinos, a performance masculina se relaciona com a própria imagem áspera, árida e rude da paisagem, de maneira que o homem será o macho capaz de enfrentar a dureza da seca.

Um projeto de virilidade (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2013) herdado da tradição patriarcal das famílias de coronéis, que vem se perdendo em face dos processos de modernização, desenvolvimento, urbanização, conquista dos direitos das mulheres, direitos da diversidade e, justamente por isso, vem sendo retomado pela ingerência conservadora em posturas fascistas.

De fato, a tradição patriarcal implantada pelos invasores tem buscado atualizar suas tecnologias de modulação dos gêneros e

sexualidades, em reação às recentes conquistas de direitos. O fantasma da família patriarcal ronda nossas memórias sobre a performatividade das identidades de gênero e das práticas sexuais (MISKOLCI, 2009).

Em sua famosa *História da Sexualidade*, Foucault (1988) questiona a noção repressiva do poder sobre o sexo, oriunda da teoria psicanalítica do recalque. Ao invés de uma proibição às práticas sexuais, o poder, por meio de saberes como a psicologia e psiquiatria, exerce uma coerção prescritiva, produtora da (hetero)sexualidade.

Discutindo a categoria de gênero, Judith Butler (2003), a desloca do conceito biológico do sexo designado ao nascer, delineando-a como construção social estilizada no corpo e na performance. Como memórias da pele, a performance de gênero não é tão fluida como muitas(os) pensam. Teresa de Lauretis (1987) criou o conceito de tecnologias de gênero (escola, judiciário, televisão, pornografia, religião, medicina) para falar dos dispositivos biopolíticos que produzem os gêneros, o que é ser homem e ser mulher, bem como o seu excesso, as dissidências abjetas.

A abjeção exclui corpos dissidentes do estatuto de sujeito, classificando-os como seu oposto, sua contradição interna, a negação através da qual ele se afirma (BUTLER, 2000). Os códigos binários de masculino e feminino formam signos de inteligibilidade do humano, do reconhecimento da condição de sujeito, de modo que o não enquadramento a estas categorias engendra processos de exclusão. Butler (2003) chama de *gêneros inteligíveis* aqueles que mantêm relações de correspondência entre o sexo designado em função dos órgãos reprodutivos, o gênero culturalmente construído esperado para aquela anatomia e os desejos manifestados nas práticas sexuais.

Corpos que expressam *gêneros e sexualidades não inteligíveis*, isto é, que não guardam continuidade entre sexo, gênero e sexualidade,

como homens trans, travestis, lésbicas, homossexuais, bissexuais, têm sido colocados historicamente fora do campo da subjetividade jurídica, justamente devido aos processos de abjeção, que negando-lhes a humanidade à medida que os enuncia como estranhos, impedem seu reconhecimento à condição de pessoa.

A heteronormalidade assegura a reprodução das relações no capitalismo. Ela opera por meio de procedimentos tecnológicos de inscrição dos papéis e práticas sexuais atribuídas ao masculino e ao feminino, inscrevendo nos corpos os códigos que asseguram a exploração de um gênero sobre o outro, de modo que a diferença sexual corresponda a uma heterodivisão do corpo (PRECIADO, 2014).

Afirmamos que *nossa matriz cultural é cis-heteronormativa* porque pressupõe uma produção discursiva anterior às relações de gênero e sexualidade, presumindo a heterossexualidade e o corpo cisgênero como dados compulsórios, naturalizados (BUTLER, 2003).

Em termos de políticas culturais, as potências transformativas das memórias e das culturas sexo-gênero dissidentes são vistas como ameaças ao projeto civilizatório da burguesia nacional. Lembremos as manifestações contrárias da extrema-direita à vinda de Judith Butler ao Brasil em novembro de 2017, acontecimento contemporâneo ao fechamento da exposição *Queer Museu* e a interdição judicial da peça teatral de Renata de Carvalho, chamada *O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu*, em que a protagonista é representada por uma mulher trans:

Nós precisamos desarmar a guerra deles contra nossa imaginação radical para podermos sonhar com mundos que ainda não foram inventados, mesmo que toda semana os tornados reacionários do totalitarismo nos levem a defender coisas que nós já havíamos tomado por garantidas (MOM-BAÇA, 2017).

Nos tempos sombrios de expansão do fascismo à brasileira, demarcar nossas memórias consiste numa atitude revolucionária. Segundo João Ricardo W. Dornelles (2017), desde a crise no capitalismo global, nos anos 2007-2008, assistimos ao crescimento do totalitarismo no mundo, agenciado pelas políticas de austeridade, avanço de movimentos antidemocráticos, senso comum ultraconservador, ressurgimento dos grupos de defesa da supremacia branca e dominação masculina cis-heterossexual.

Lendo o golpe sob uma perspectiva de gênero, Marcia Tiburi (2018) enxerga o desmantelamento das feições do Estado de Direito após o *impeachment* de Dilma Rousseff, presidenta eleita legitimamente. Os herdeiros das velhas elites oligárquicas, bisnetos dos coronéis do século XIX, decretaram um estado de exceção, operando sua máquina misógina para destruir o processo histórico de construção da democracia brasileira.

Para Guy Hocquenghem (2009), os movimentos sociais e a cultura de resistência sexo-gênero dissidente confrontam diretamente o projeto civilizatório das ideologias fascistas de heteronormalização do corpo burguês, desafiando as tecnologias de sublimação da sexualidade desviante ordenadas pelos valores da família e do Estado falocêntricos. Preciado (2009) complementa que serão as resistências lésbicas, bichas, travestis, trans e demais expressões dissidentes a romper mais radicalmente com os valores conservadores do totalitarismo, acionando o *terrorismo cultural* enquanto máquina de guerra.

Maria Joseli Silva (2009), em artigo intitulado *A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade*, lê a cidade como paisagem/texto, desenhada pelas relações entre gênero, sexualidade e espaço. A autora se coloca na trincheira da Nova Geografia Cultural, olhando a microfísica das correlações de força na cidade através de memórias de travestis sobre o espaço escolar, sua territorialização em espaços marcados pela agressão e pela rejeição:

O espaço intraescolar é vivenciado de diferentes formas e, além da sala de aula, existem outras experiências vividas que são marcantes para as travestis: as aulas de educação física, o recreio no pátio e os momentos de idas ao banheiro. O espaço escolar aparece na vida das travestis como um local de treino para a vida em sociedade. Ao contrário do que a sociedade idealiza, a escola reproduz e reforça os padrões de exclusão que estão postos e naturalizados. Ela reforça as diferenças de renda, cor e gênero e educa para a reprodução dos padrões hegemônicos. (SILVA, 2009, p. 146)

Território, em seu conceito, corresponde à dimensão política do espaço, envolvendo as relações de poder; territorialidade, emerge como categoria para pensar os espaços simbólicos, o território em sua existência simbólica (HAESBAERT, 2008). Benhur Pinós da Costa (2008) discute na interface de território, gênero e sexualidade, a territorialização de uma comunidade gay imaginada, diante da estigmatização de nossos corpos em espaços públicos, a formação de guetos marcados pela sensação de pertencimento, trocas de afeto e livre expressão de identidades de gêneros e sexualidades divergentes. As boites, cinemas, shows de transformistas, concursos drag são lugares de territorialização de nossas identidades.

Que território ocupamos na imagem congelada da família branca patriarcal brasileira? “No que se refere ao direito à memória, atualmente a comunidade LGBT tem um único direito, o de não ter nenhum”, denunciam Jean Baptista e Tony Boita (2017), em estudos sobre nosso lugar nos espaços de memória. A cultura sexo-gênero dissidente está na borda do patrimônio histórico nacional, de forma que a preservação dessas memórias implica na defesa de um patrimônio cultural, na resistência ao silenciamento fascista e na elaboração de narrativas para educação sobre a diversidade de gênero e sexual.

Na publicação *Mimese, memória e violência*: aberturas críticas para uma cultura dos direitos humanos, Castor Ruiz (2014) destaca a naturalização da violência, e o consequente embrutecimento, como hábito cultural na América Latina. Segundo o autor, a política de esquecimento instaura a barbárie, apagando os atos de memória e as possíveis reparações.

A memória coletiva das comunidades sexo-gênero dissidentes tem sido silenciada no Brasil, exterminada na materialidade das violências letais motivadas por ódio. A memória oficial soterra nossas lembranças, nos faz perder os rumos da história, produzindo memórias subterrâneas (POLLAK, 1989). Da borda, temos a identidade despedaçada, sem pertencimento afetivo e social à nação que também construímos.

Ao longo de nossa história, a luta dos movimentos sociais pelos direitos da população LGBT tem inventado espaços de pertencimento e participação na sociedade (GOMES, 2016). Na Paraíba, o grupo “Nós Também”, considerado o primeiro criado no estado para defesa dos direitos da diversidade, em 1981, atuava por meio de intervenções artísticas, num exercício da dimensão cultural da cidadania. Para além das políticas de reconhecimento, recontar nossas memórias consiste numa ação combativa aos aparelhos fascistas de significação e seus discursos que ditam o extermínio de nossos corpos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **Nordestino**: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.

BAPTISTA, J.; BOITA, T. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. **Revista do centro de**

pesquisa e formação SESC SP, São Paulo: SESC SP, nº 5, setembro, pp.108-119, 2017.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Tradução de Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado**. Traduções de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORBIN; COURTINE; VIGARELLO (Org.) **História da virilidade 1: a invenção da virilidade**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.

COSTA, Benhur Pinós da. Reflexões sobre a geografia e homoerotismo: representações e territorialidades. In: SERPA, Angelo (Org.) **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 356-390.

DORNELLES, J. R. W. Direitos humanos em tempos sombrios: barbárie, autoritarismo e fascismo do século XXI. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru: UNESP, v. 5, n. 2, p. 153-168, jul./dez., 2017.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 29ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1994.

GOMES, José Cleudo. **Direitos humanos, educação e cidadania LGBT:** uma análise das ações do programa Brasil sem Homofobia em João Pessoa-PB. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET; SPOSITO (Org.) **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

LAURETIS, Teresa. **A tecnologia do gênero.** Publicação original em 1987. Disponível em: <http://marcoareliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf> Acesso em: 17 ago 2016.

LIMA, Luiz Costa. **Sociedade e discurso ficcional.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MENDONÇA, Wilma. **Memórias de nós:** o Brasil no redemoinho do capital. Porto Alegre: Karioka Multimedia Produções Ltda., 2014.

MISKOLSI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MOMBAÇA, Jota. **Sob Butler:** cruzando a distopia brasileira, Monstruosas, dezembro de 2017. Disponível em: <<https://monstruosas.milharal.org/tag/jota-mombaca/>> Acesso em: 22 fev 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

PRECIADO, Beatriz; HOCQUENGHEM, Guy. **El deseo homosexual**. Prólogo de René Schérer. Espanha: Mulusina, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RUIZ, Castor Bartolome. Mimese, memória e violência: aberturas críticas para uma cultura dos direitos humanos. In: RODINO, Ana Maria [et al.] (Org.) **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

SILVA, Maria Joseli. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. SILVA, Joseli Maria (Org.) **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.

TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. In: RUBIM; ARGOLLO (Org.) **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018.

PATRIMÔNIO E POLÍTICAS CULTURAIS

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS MUSEUS NO BRASIL: reflexos e anseios da museologia social

Átila B. Tolentino

POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS: O PROCESSO DE CRIAÇÃO

Era o dia 16 de maio de 2003. No Brasil se comemorava a 1ª Semana Nacional de Museus¹ e, como evento principal, eram lançadas no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, as bases para a Política Nacional de Museus – PNM. Tratava-se dos primeiros meses da gestão do músico Gilberto Gil à frente da pasta do Ministério da Cultura – MinC, que foi fortemente marcada pela participação de representantes dos distintos segmentos culturais nas discussões acerca das concepções e implementação das políticas de cultura. Essa era a tônica que propunha a gestão de Gilberto Gil, levantando a bandeira de que não cabe ao Estado fazer cultura, mas criar condições de acesso aos bens simbólicos e proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais pelos próprios segmentos da população. Usando uma metáfora bastante propagada desde então, era necessário fazer uma espécie de “do-in” antropológico, massageando pontos vitais, momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país (GIL, 2003).

1 O Dia Internacional dos Museus é celebrado mundialmente no dia 18 de maio, para quando o Conselho Internacional de Museus (ICOM) define um tema específico que sirva de mote para os eventos comemorativos. No Brasil, foi instituída a Semana Nacional de Museus. Ela começou a ser celebrada no ano de 2003, como uma primeira ação de integração dos museus da PNM.

A participação social de fato foi estimulada por meio da realização de diferentes fóruns de discussão, em diferentes pontos do território nacional, com vistas a se implementar um Plano Nacional de Cultura (PNC) e políticas específicas para os distintos segmentos culturais, cujo ponto alto é a realização da Conferência Nacional de Cultura, que, desde 2005, acontecia a cada quatro anos.

Seguindo essa linha de atuação, a PNM foi a primeira política setorial do MinC lançada na gestão de Gilberto Gil, ainda no âmbito da Coordenação de Museus e Artes Plásticas, vinculada à antiga Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas (SPMAP)². Essa Coordenação, logo no início do primeiro mandato do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, passou a ser dirigida pelo antropólogo José do Nascimento Junior, que havia comandado, no governo petista de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul, o Sistema Estadual de Museus daquele Estado – SEM/RS. No ano de 2004, a estrutura do MinC foi reformulada, quando foram extintas as secretarias finalísticas (entre elas a SPMAP) e criadas secretarias transversais. Assim, as políticas voltadas para o campo dos museus passaram a integrar as ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Dentro do Iphan, foi criado, por meio do Decreto nº 5040/2004, o Departamento de Museus e Centros Culturais – Demu, que ficou a cargo da condução e implementação da PNM.

2 Minha atuação no MinC vem do ano 2000, quando iniciei meus trabalhos na Coordenação de Museus e Artes Plásticas da SPMAP. Passei a integrar a equipe do Departamento de Museus e Centros Culturais – Demu no Iphan, quando este foi criado em 2004, onde assumi a Coordenação de Gestão Museológica. Em 2009, esse departamento foi extinto quando da criação, por meio da Lei nº 11.906/2009, do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Não cheguei a fazer parte da equipe do Ibram. Muitos fatos aqui relatados, portanto, fazem parte das lembranças de minha atuação profissional, como também das pesquisas empreendidas por conta da especialização em Gestão de Políticas Públicas de Cultura, pela Universidade de Brasília – UnB, cujos resultados foram publicados em coletânea organizada pelo Prof. Lúcio Rennó, do Departamento de Ciência Política da UnB (TOLENTINO, 2011).

Antes de sua divulgação pública, a PNM foi precedida por um processo de discussão com diferentes atores ligados ao campo da museologia, cuja metodologia de concepção serviu de parâmetro para a atuação democrática que se buscava no MinC para os outros segmentos culturais. A primeira apresentação pública do texto preliminar das bases para a PNM foi no mês de março de 2003, quando foram realizados fóruns e encontros com secretarias de cultura, ministérios afins à área museológica, universidades, profissionais e personalidades do meio museológico para discutir o tema. Posteriormente, o texto foi disseminado por meio eletrônico para que sugestões e opiniões pudessem ser apresentadas.

Após amplo debate, portanto, o lançamento ocorreu no mês de maio de 2003, na supracitada solenidade, no Museu Histórico Nacional, com a apresentação do caderno *Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania*.

Nesse processo de concepção e também da implementação da PNM, cumpre destacar o papel dos diversos atores sociais, o que configurou a essa política uma experiência de gestão em rede, na perspectiva de Estado-rede, proposta por Manuel Castells (1998). A participação de agentes não governamentais no processo de criação e implementação das políticas públicas é ponto crucial para a formulação e reconhecimento de tais políticas, cujas contribuições são fundamentais para o controle social e a eficácia dos seus resultados. Especificamente sobre os estudos das políticas culturais, Rubim aponta a necessidade de se identificar os distintos atores envolvidos no processo de gestão dessas políticas, tendo em vista que o Estado não é o único ator, onipresente, na sua concepção e implementação, embora não se negue a sua importância:

A delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais é outra faceta essencial para o estudo das políticas culturais. Hoje, ao lado do tradicional e, por vezes, todo

poderoso ator das políticas culturais, o Estado-nação, tem-se um conjunto complexo de atores estatais e particulares possíveis. A recente discussão sobre as políticas públicas, tomadas como não idênticas ou redutíveis às políticas estatais, tem enfatizado que, na atualidade, elas não podem ser pensadas apenas por sua remissão ao Estado. Isto não implica em desconsiderar o papel ocupado pelo Estado na formulação e implementação de tais políticas. Antes significa que, hoje, ele não é único ator e que as políticas públicas de cultura são o resultado da complexa interação entre agências estatais e não-estatais. Mais que isto, o próprio Estado não pode mais ser concebido como um ator monolítico, mas como um denso sistema de múltiplos atores (RUBIM, 2009, p. 9).

Seria pertinente, portanto, um estudo mais detalhado sobre a participação dos diferentes atores sociais no processo de construção da PNM, pois, uma de suas premissas, como traz o seu próprio texto, é “a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a valorização, a preservação e o gerenciamento do nosso patrimônio cultural” (BRASIL, 2003, p. 9). Interessa-nos, neste momento, analisar rapidamente a participação de representantes de determinado segmento da comunidade acadêmica do campo da museologia, detentores de forte poder simbólico (BOURDIEU, 2005) no jogo social de construção das políticas, que tiveram uma considerável atuação na concepção da PNM e posteriormente na sua implementação, refletindo, nas pautas e agendas dessa política, as demandas da museologia social.

MUSEOLOGIA SOCIAL: A INFLUÊNCIA DOS ATORES NA CONCEPÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEU

Primeiramente, cabe trazer, a respeito da concepção de museologia social, o que Chagas *et al.* (2014) refletem sobre a Declaração do

Movimento para uma Nova Museologia – Minom Rio 2013, documento resultante da XV Conferência Internacional do Minom, em agosto de 2013, no Rio de Janeiro. Os autores demonstram que essa declaração reforça os pressupostos de empoderamento dos diferentes seres e agentes portadores de memória, indicando a necessidade de “quebrar hierarquias de poder, a fim de que surjam novos protagonistas de suas próprias memórias” (CHAGAS *et al.*, 2014, p. 432). Esse documento reconhece que a “Museologia Social consiste num exercício político que pode ser assumido por qualquer museu, independente de sua tipologia” (CHAGAS *et al.*, 2014, p. 435) e reflete, ainda, os ideais freirianos, ao defender “a valorização dos estudos das memórias numa perspectiva libertadora e do respeito pela dignidade humana” (CHAGAS *et al.*, 2014, p. 436).

Como já demonstrado anteriormente, o processo de concepção da PNM foi precedido de debates com diversos atores e segmentos da comunidade museológica. Um desses encontros foi realizado durante o mês de março de 2003, na sede do MinC, com a participação de atuantes, profissionais e professores do campo dos museus e da museologia. Entre outros, estiveram presentes as professoras Cristina Bruno (livre docente do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP), Rosana Nascimento (vinculada ao curso de museologia da UFBA) e Maria Célia T. M. Santos (também vinculada ao curso de museologia da UFBA), bem como o professor Mário Chagas (na época museólogo do quadro técnico do Iphan e professor do curso de museologia da Unirio). Ressalte-se que todos eles também atuam como professores do curso de pós-graduação em Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – ULHT, de Lisboa, instituição reconhecida por sua pesquisa e produção acadêmica na área³.

3 Também esteve presente nesse encontro Odalice Priosti, representando a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários.

A produção acadêmica e o engajamento desses profissionais com o campo da museologia social foram ponto-chave para que a PNM tivesse em seu texto e em suas ações os reflexos dos anseios desse segmento do campo da museologia. A professora Cristina Bruno, embora não tenha se engajado posteriormente, de forma ativa, no processo de implementação da PNM, chegando até mesmo a criticar e duvidar de sua potencialidade conforme entrevista publicada na edição de nº 21 dos Cadernos do Ceom (BRUNO, 2005), tem uma produção bastante renomada na área da Sociomuseologia. A professora Rosana Nascimento, por sua vez, seguiu atuando fortemente nos processos de discussão e avaliação da PNM, bem como, foi professora do Programa de Formação e Capacitação em Museologia da PNM.

As reflexões teóricas desses profissionais podem ser percebidas no teor da escrita das bases da PNM, que orientaram a sua concepção e implementação, em que fica clara a inserção, como tema de uma política pública, uma pauta voltada para os museus comunitários e ecomuseus⁴. Entre os princípios da PNM, está o “estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural” (BRASIL, 2003, p. 9), bem como, que se deve buscar a “valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local” (BRASIL, 2003, p. 9).

4 O museu comunitário ou ecomuseu é aquele cuja comunidade a que atende participa ativamente da sua concepção e gestão, do qual é parte integrante. Tem o compromisso político e ético na formação da consciência das comunidades a que serve, contribuindo para o seu engajamento frente aos problemas atuais e visando ao seu desenvolvimento social.

A própria concepção de museu, adotada pelo Demu, também reflete a ampliação da conceituação do que se considera uma instituição museológica, como a descrita nas orientações para o Cadastro Nacional de Museus – CNM. Esse cadastro é um instrumento de gestão implantado, como uma estratégia da PNM, para mapear e conhecer diversidade museológica brasileira, com vistas à produção de informações sobre o campo, de modo a subsidiar pesquisas e a formulação de políticas públicas para a área. Independente da nomenclatura que leva a instituição (memorial, centro cultural, zoológico, herbário etc.), o CNM apresenta a seguinte denominação de museu:

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;
II - a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

III - a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;

V - a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;

VI - a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais. Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas (BRASIL, 2005, p. 5).

O CNM foi implantado a partir de 2004. Atualmente, a definição de museu no país está regulamentada pela Lei nº 11.904/2009, conhecida como Estatuto dos Museus, cuja proposta, quando de sua elaboração, foi amplamente debatida no âmbito do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus – SBM. A lei traz a seguinte definição do que se considera museu:

Art. 1º. Consideram-se museus, para efeitos desta lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Essa definição é alargada pelo parágrafo único desse mesmo artigo, de modo que a lei também possa comportar os processos museológicos e outras formas da “museodiversidade” brasileira (CHAGAS, 2009). Esse mesmo parágrafo também explicita a importância da participação das comunidades, constituindo um claro reflexo do pensamento dos atores que participaram dos processos de debate da construção dessa lei:

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Entre os profissionais, merece destacar o papel da professora Maria Célia Santos e do professor Mário Chagas. No citado encontro para discutir a proposta da PNM, foi decidido pelos participantes que o eixo

prioritário e o primeiro a ser desenvolvido deveria ser o eixo “Formação e capacitação de recursos humanos”. A professora Maria Célia Santos foi eleita para elaborar uma proposta de diretrizes e desenvolvimento desse eixo, a qual foi publicada juntamente com o documento das bases da PNM. No texto apresentado pela professora Maria Célia Santos, estão presentes, como orientações a serem seguidas pelo Programa, as reflexões já bastante amadurecidas no campo da museologia social. É ressaltado, no documento, que as ações museológicas não devem ser processadas somente a partir dos objetos e das coleções, mas que se deve ter como referencial o patrimônio global, tornando assim necessária uma ampla revisão dos métodos a serem aplicados nas ações de pesquisa, preservação e comunicação, nos seus diferentes contextos (BRASIL, 2003, p. 17). E recorrentemente o museu é considerado como um processo, não como um produto pronto, mas historicamente condicionado pelos sujeitos que o constroem e reconstroem, enfatizando-se também sua dimensão política:

O processo museológico deve ser compreendido como projeto, que é construído de forma aberta, tendo como referencial o patrimônio cultural, buscando atingir a missão de formar cidadãos, capazes de se inserir no mundo, como sujeitos históricos, éticos, capazes de optar, de decidir e de romper. Como campo de memória, o Museu pode ser espaço de educação, fórum de ideias e pode desempenhar um papel importante nos processos de inclusão social e de democratização dos bens, da ação e da produção cultural. Portanto, a abordagem sobre as dimensões social e educativa dos museus é conteúdo indispensável na formulação dos programas de capacitação e formação (BRASIL, 2003, p. 19).

Lá também está explícita a referência aos museus comunitários e sua importância como vetor de uma nova prática museológica:

Por outro lado, a ampliação do conceito de patrimônio está relacionada à criação de novas categorias de museus, como ecomuseu, museu comunitário, museu de vizinhança, etc., que não estão fechados nas paredes de um edifício, mas realizam as ações museológicas em um território, com uma população. Essas novas categorias de museus, abertas a uma população e a um território, irão contribuir, também, para que as ações museológicas possam ser processadas fora do espaço restrito do museu, abrindo, assim, amplas possibilidades para a realização de novos processos de musealização. Do ponto de vista metodológico, foi um vetor a incentivar a busca de soluções criativas (BRASIL, 2003, p. 21).

A professora Maria Célia Santos também foi responsável por colocar em prática um projeto-piloto para o Programa de Formação e Capacitação em Museologia, no estado da Bahia, ainda no ano de 2003. Nesse ano também se deu a realização de um projeto-piloto no estado de Santa Catarina, sob a responsabilidade do Núcleo de Estudos Museológicos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. No ano seguinte, o programa foi ampliado, chegando a atingir quase todos os estados da federação (TOLENTINO, 2011).

O programa, além dos fóruns e seminários, oferecia uma quantidade de 14 oficinas específicas, com temas relacionados às práticas e metodologias do campo da museologia, como expografia, gestão e conservação de acervos, segurança em museus, ação educativa em museus, entre outras (TOLENTINO, 2009). Além desses, havia oficinas com temas mais teóricos, como a oficina “Museu, memória e cidadania”, que abordava conteúdos como a dinâmica conceitual de museu, a perspectiva concebida pela PNM, as funções dos museus, políticas culturais no contexto museológico, o papel social dos museus, museus como agentes de desenvolvimento sociocultural etc. Essa base conceitual comum também era seguida em todas as oficinas ofertadas. Esse programa, desta forma,

foi um vetor de disseminação das ideias e da concepção ideológica de museologia – inclusive dos princípios da museologia social – adotada pelo MinC por meio da PNM, em todo o país.

O prof. Mario Chagas, por sua vez, além de amplamente atuante desde o início dos debates para a concepção da PNM, assumiu o cargo de Coordenador Técnico quando da criação do Departamento de Museus e Centros Culturais – Demu no Iphan, em 2004, e de diretor do Departamento de Processos Museais⁵, quando da criação do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, em 2009. Mário Chagas é autor de uma ampla produção acadêmica no âmbito da museologia e figura atuante no campo da museologia social e em projetos de museus comunitários, como o Museu da Maré, Museu da Favela Pavão-Pavãozinho, entre outros. Sua presença no corpo diretivo do Demu e do Ibram contribuiu, sobremaneira, para a inserção das demandas da museologia social nas agendas políticas do MinC voltadas para o campo dos museus.

Momentos-chave nesse sentido podem ser descritos na trajetória da PNM. Um deles é todo o apoio concedido pelo MinC para a implantação do Museu da Maré⁶, instalado no complexo de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, que se tornou um ícone das lutas de resistência dos movimentos de memórias sociais locais. O Museu da Maré foi inaugurado durante as comemorações da Semana Nacional de Museus em 2006, em meio a polêmicas geradas pela mídia que denunciava a glamourização das favelas, mas como uma ação emblemática do MinC em prol dos movimentos sociais. A iniciativa da criação do Museu da Maré surgiu da atuação do Centro

5 Dentro desse Departamento, foi criada a Coordenadoria de Museologia Social e Educação, que tem como atribuição, entre outras, desenvolver, coordenar e propor políticas, programas e projetos voltados para a museologia social, bem como propor e difundir metodologias e práticas de educação e museologia social, voltadas para a ampliação da função social dos museus (conforme Regimento Interno do Ibram, instituído pela Portaria MinC nº 110, de 8 de outubro de 2014).

6 Estudo detalhado sobre o Museu da Maré encontra-se na Revista Musas nº 03, na seção “Museu Visitado”.

de Estudos e Ações Solidárias da Maré – Ceasm, uma organização não-governamental fundada em 1997, dirigida por moradores e ex-moradores locais, com a finalidade de superar as condições de pobreza e exclusão existentes na região, apontada como o terceiro bairro de pior Índice de Desenvolvimento Humano – IDH da cidade. A ideia tomou corpo e, ao longo do processo, contou com o apoio de profissionais da área acadêmica, entre eles, o Prof. Mario Chagas. Posteriormente, obteve o apoio do Demu e da então Secretaria de Programas e Projetos Culturais – SPPC do MinC. O Museu da Maré foi um dos pontos de cultura selecionados por meio do Programa Cultura Viva⁷ da SPPC, que viabilizou recursos financeiros para a sua implantação. Por meio do Demu, além do apoio financeiro, o Ceasm obteve orientação técnica quando da formulação e implementação do projeto museológico e museográfico e na continuidade de suas ações. Esse museu tornou-se referência para a implantação de outros museus em comunidades caracterizadas por diversos problemas sociais.

O Museu da Maré foi referência também para a concepção do Programa Pontos de Memória, que se configura como um carro-chefe para as políticas voltadas para a museologia social. Esse programa foi inicialmente gestado ainda no âmbito do Demu, com uma clara influência nos pontos de cultura. Sua concepção partiu de reuniões e encontros coordenados pelo Demu com representantes de museus comunitários e movimentos sociais que reivindicavam a preservação e representação de suas memórias. Tomou corpo a partir de uma parceria entre o MinC e o

7 Era um dos principais programas da gestão de Gilberto Gil à frente do MinC. Segundo seu documento-base, o “Programa Cultura Viva é concebido como uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos pontos de cultura, sua principal ação. A implantação do programa prevê um processo contínuo e dinâmico e seu desenvolvimento é semelhante ao de um organismo vivo, que se articula com atores pré-existentes. Em lugar de determinar (ou impor) ações e condutas locais, o programa estimula a criatividade, potencializando desejos e criando situações de encantamento social” (disponível no portal do MinC: www.cultura.gov.br, acesso em 13/03/2018).

Programa Nacional de Segurança com Cidadania - Pronasci, do Ministério da Justiça, quando foi possível publicar um primeiro edital de apoio a projetos dos Pontos de Memória, em comunidades urbanas com alto índice de vulnerabilidade social. Sua abrangência foi ampliada e assim o Ibram explica esse programa:

Com o objetivo de atender os diferentes grupos sociais do Brasil que não tiveram a oportunidade de narrar e expor suas histórias, memórias e patrimônios nos museus, o Ibram, inicialmente em parceria com o Programa Mais Cultura e Cultura Viva, do Ministério da Cultura, Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça, e com a Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI, vem apoiando também ações de memória em comunidades populares das cinco regiões do país, por meio do programa Pontos de Memória. Com o intuito de buscar reconhecer iniciativas de práticas museais e de processos dedicados à memória social que se identifiquem com a perspectiva da museologia social, da diversidade sociocultural e da sustentabilidade, o Ibram lançou, ainda, o Edital Pontos de Memória, voltado para grupos étnico-culturais tais como indígenas, afrodescendentes, ciganos, ribeirinhos, quilombolas, rurais, urbanos, de periferia, cultura litorânea, comunidades brasileiras no exterior, entre outros (SILVA [et al], 2014, p. 104).

O que nos interessa mostrar com esses exemplos é como essa conjuntura contribuiu para que o campo da museologia social ganhasse corpo nas agendas e políticas públicas para museus dentro do MinC a partir da implantação da PNM. E, para isso, foi fundamental a participação de atores-chave nas discussões dessa política e no corpo funcional do governo federal ligado à cultura. As pautas da museologia social estão inseridas desde a concepção da PNM, como nos desdobramentos posteriores, constantes, por exemplo, do Plano Nacional Setorial Museus - PNSM. Referendado pela Portaria/Ibram nº 205, de 2 de julho de 2014, o PNSM faz parte

do Plano Nacional de Cultura e comporta um conjunto de diretrizes, estratégias, ações e metas. Com vigência para os anos de 2010 a 2020, o PNSM é resultado de um processo de discussão com o setor museológico, cabendo ao Ibram a sua implementação, monitoramento e coordenação. Essa proposta de agenda política e de planejamento do setor museológico brasileiro também comporta um eixo setorial específico correspondente aos museus comunitários e ecomuseus (BRASIL, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio que se coloca, neste momento, é a premência de se reforçar políticas que tenham pautas sociais, ou até mesmo manter as existentes, haja vista a onda avassaladora do conservadorismo e das políticas neoliberais que vêm tomando corpo e se avolumando recentemente no país após a deposição do governo de Dilma Rouseff.

O exemplo mais recente nesse sentido é a publicação da Medida Provisória nº 850/2018 que extingue o Ibram e cria a Agência Brasileira de Museus, adotada pelo governo federal, na atual gestão do ministro da Cultura Sérgio Sá Leitão, dias após o incêndio do Museu Nacional. Aproveitando-se dessa tragédia como uma “janela de oportunidades”, nas palavras do próprio ministro, a MP é uma tentativa clara de privatização dos museus federais, transformando sua gestão para o polêmico modelo de Organizações Sociais, colocando nas mãos do mercado o poder de decisão sobre o gerenciamento desses equipamentos públicos. Muitas foram as notas de repúdio emitidas por diferentes atores e instituições do setor, sobretudo porque a MP transfigura-se de um caráter autoritário e divergente de todo o processo democrático e de participação social na criação da PNM e do Ibram. Muitas notas, inclusive, ressaltam o avanço e os grandes ganhos da PNM na promoção de programas e políticas

voltadas à museologia social e grupos insurgentes - a exemplo da nota da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia - e alertam que a edição da referida MP é um perigo iminente para a continuidade dessas políticas.

Aliada a esse desafio, a pergunta que está em jogo é como garantir que diferentes atores sociais, inclusive aqueles que lutam pelos direitos e pela memória dos grupos não hegemônicos, tenham vez e voz na agenda das políticas públicas voltadas para o campo dos museus. Os caminhos podem ser variados, mas certamente todos eles passam pela resistência.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Bases para a Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania*. Brasília: MinC, 2003.

_____. *Manual de preenchimento do Cadastro Nacional de Museus*. Brasília: MinC/Iphan/Demu, 2005.

_____. *Política Nacional Setorial de Museus – 2010/2020*. Brasília: MinC/Ibram, 2010.

BRUNO, Maria Cristina O. O trabalho com o abandono: entrevista com a museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno. In *Cadernos do Ceom*. Chapecó: Argos, 2005, pp. 303-336.

CASTELLS, Manuel. *Hacia el estado red? Globalización económica e instituciones políticas en era de la información*. Brasília: *Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*, 1998. Disponível em: <www.planejamento.gov.br/arquivos_down/seges/publicacoes/reforma/seminario/CASTELLS.PDF>. Acesso em: 16/04/2015.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In. Museologia Social. *Cadernos do Ceom*. Ano 27, nº 41. Chapecó: Unochapecó, 2014, pp. 9-22.

CHAGAS, Mario; ASSUNÇÃO, Paula; GLAS, Tamara. Museologia social em movimento. In. Museologia Social. *Cadernos do Ceom*. Ano 27, nº 41. Chapecó: Unochapecó, 2014, pp. 429-436.

GIL, Gilberto. *Discurso na solenidade de transmissão do cargo*, 2003. Disponível em: <http://gilbertogil.com.br/sec_texto.php?id=3&page=2>. Acesso em 16/08/2018.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais entre o possível e o impossível. 2009. Disponível em: <<http://politicasculturais.files.wordpress.com/2009/03/politicas-culturais-entreo-possivel-e-o-impossivel.pdf>>. Acesso em 16/08/2018.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/DEMU, 2008.

SILVA, Frederico Barbosa da [et al.], *Encontros com o futuro: prospecções do campo museal brasileiro no século XXI*. Brasília: Ibram, 2014.

TOLENTINO, Átila B. Programa de Formação e Capacitação em Museologia: oficina de capacitação para profissionais de museus. In. *Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, nº 4. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, 2009, pp. 200-205.

_____. Governança em rede: o caso do Sistema Brasileiro de Museus. In. RENNÓ, Lúcio (Org.). *Coletânea de políticas públicas de cultura: práticas e reflexões*. Brasília: Universidade Católica de Brasília/Ministério da Cultura. 2011. p. 179-225.

VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. Maré: casa e museu, lugar de memória. In *Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Iphan, 2007. p. 153-160.

SHOPPING CASA-GRANDE, RADIO TABAJARA E O CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM JOÃO PESSOA

Luciana de Oliveira Chianca

Lucas Neiva Peregrino

Há leis gerais dos campos: campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião possuem leis de funcionamento invariantes (é isto que faz com que o projeto de uma teoria geral não seja absurdo e que, desde já, seja possível usar o que se aprende sobre o funcionamento de cada campo particular para interrogar e interpretar outros campos) (BOURDIEU, 1983, p. 89).

CAMPO SOCIAL: NOÇÕES PRELIMINARES

Este texto traz uma tentativa de reflexão seguida do esboço do campo do Patrimônio em João Pessoa, devendo avançar na explicitação do funcionamento desse campo específico, servindo-nos epistemologicamente de algumas propriedades gerais dos demais campos (BOURDIEU, 1983). Para isso, utilizamo-nos de relatos colhidos por agentes em ligação estreita com ele¹, além de outras fontes bibliográficas. Alguns casos polêmicos envolvendo o patrimônio material da cidade de João Pessoa-PB serão

¹ As entrevistas foram realizadas em 2015 com 13 indivíduos (PEREGRINO, 2015): seis arquitetos, um engenheiro e professor de arquitetura aposentado, um historiador, três técnicos do IPHAN, um técnico da COPAC, uma designer e consultora ambiental.

também aqui cotejados no intuito de situar o leitor na problemática mais geral, enquanto revelar-se-ão algumas posições institucionais desses agentes considerando que

Os campos apresentam-se à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas) (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Cunhada por Pierre Bourdieu (1983), a noção de campo social há muito é utilizada nas Ciências Sociais, e muitos estudiosos da área da Memória Social e do Patrimônio (a exemplo de Abreu: 2007 e Fonseca: 2017) utilizam-se dela com diferentes abordagens. Neste artigo aplicamos a noção de campo social no sentido que lhe atribuiu Pierre Bourdieu em alguns de seus escritos², mas destacamos ao leitor que restringimos nossa análise aos limites políticos e espaciais do campo do patrimônio material de João Pessoa³.

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo da linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 1989, p. 69)

2 Ele se refere ao campo das Ciências, do Direito, das Religiões, etc.

3 Sabemos, por outro lado, que a formação do campo do patrimônio está diretamente relacionada com a institucionalização do Serviço do Patrimônio em nível nacional.

Assim é que devemos atenção aos diversos projetos e interesses em jogo nos processos de patrimonialização de bens culturais materiais ou imateriais, desvelando o suposto *arbitrário* dessas ações, com seus pressupostos, motivações e construtos.

Definimos campo como o *locus* ou espaço social onde agentes e instituições manifestam suas relações de poder (BOURDIEU, 1983). Isto “implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição”⁴ ocupada pelo agente ou instituição (ORTIZ, 1983, p. 21). Assim, o campo se estrutura em função de “leis, procedimentos e rituais bastantes específicos, e costumam ser conduzidos por agentes com um perfil intelectual definido” (BOURDIEU *apud* FONSECA, 2017, p. 22).

Ressalta-se também que os campos “apresentam-se à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições” (BOURDIEU, 1983, p. 89). Assim, as configurações do passado têm um poder explicativo restrito a essa temporalidade, considerando que a dinâmica dos agentes – em constantes reposicionamentos - transformam todo o campo, alterando sua posição estrutural. Contudo, o recurso ao mesmo campo numa perspectiva diacrônica é um recurso metodológico desejável e de grande valor epistêmico, como se verá a seguir.

PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Por ser a terceira cidade mais antiga do Brasil (433 anos no ano de 2018), João Pessoa possui um vasto patrimônio histórico e cultural⁵.

4 Renato Ortiz (1983, p. 21) continua no mesmo parágrafo: “Bourdieu denomina esse *quantum* de ‘capital social’”.

5 O patrimônio histórico e cultural é composto de duas dimensões indissociáveis: o patrimônio material e o imaterial, que expressam a identidade local ou nacional, sua história e valores. Entretanto a noção de patrimônio material foi institucionalizada primeiramente no

Neste cenário, a atuação dos órgãos estatais responsáveis por sua proteção histórica e mnemônica⁶ destaca, hoje (2018) três órgãos: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) e a Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (COPAC)⁷.

Esses três entes administrativos se constituem como instituições governamentais “produtoras⁸” deste campo, dotadas de importante legitimidade institucional por sua própria condição de representantes públicas estatais. Por outro lado, sabemos que as políticas culturais não são feitas apenas pelo Estado, mas também pela sociedade civil (BARBALHO, 2005).

Institucionalizando a cultura

É pelo tombamento (para o patrimônio material) ou registro (para o patrimônio imaterial) que os órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio⁹ declaram à sociedade (consumidores/usuários dos bens culturais) a excepcionalidade destes e sua nova condição: protegidos, salvaguardados e doravante tutelados pelo Estado. Esta condição particular

Estado brasileiro a partir do instrumento de tombamento. Reproduzindo essa dinâmica, a história formal do campo do patrimônio em João Pessoa guarda um vácuo relativo ao patrimônio imaterial, como comprova o registro relativamente tardio do primeiro bem imaterial registrado na Paraíba: a Feira de Campina Grande, em 2017.

6 Segundo Pollak (1989) a memória é a “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (p. 7).

7 Outros órgãos do estado atravessam este campo, como as secretarias de Turismo, Meio Ambiente e de Planejamento, por exemplo.

8 Assim consideradas por possuírem competência para patrimonializar bens (exceto a COPAC), gerir os bens e apoiar o reconhecimento do patrimônio local.

9 O registro é próprio do IPHAN. Já o tombamento é um instituto também utilizado pelo IPHAEP, limitado aos bens que não tenham sido tombados pelo IPHAN. A COPAC é responsável apenas pelo desenvolvimento de atividades de educação patrimonial, pela organização do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural da Cidade e pela gestão de projetos de financiamento de reforma e restauração de bens tombados.

é devida ao seu prestígio ou autenticidade, e instaura o “consumo” de tais bens através de sua mediação.

Por meio do protocolo que estipula os procedimentos legais regendo os processos de Registro e Tombamento¹⁰, os três órgãos de proteção do patrimônio se constituem como responsáveis legais da organização de uma memória coletiva oficializada, gozando de autoridade, credibilidade e aceitação (POLLAK, 1989). Regina Abreu destaca a relação do Patrimônio Nacional com a memória coletiva, lembrando que

O Patrimônio Nacional é o lugar de memória por excelência, uma vez que não apenas é capaz de expressar e de sediar a Memória Nacional, mas, sobretudo, de objetificá-la, materializá-la em prédios edifícios, monumentos que podem ser olhados, visitados, percorridos (ABREU, 2007, p. 268).

O resgate desta memória foi um dos elementos ideológicos no discurso de modernização e de desenvolvimento nacional, iniciado na década de 1920 e reforçado com o Estado Novo (1937 – 1945), quando

Já estavam então em funcionamento os grandes museus nacionais [década de 1920], mas não se dispunha de meios para proteger os bens que não integravam essas coleções, sobretudo os bens imóveis. (FONSECA, 2017, p. 81).

Elaborando novas noções de “arte, história, tradição e nação”, os intelectuais modernistas deram forma ao “conceito de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil” (FONSECA, 2005, p. 81) - implementado pelo SPHAN, no final de 1930, enquanto a Ditadura Militar (1964-1985) reforçou a noção de memória nacional:

10 Em nível federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto Lei 25/1937, já o registro está previsto no Decreto 3.551/2000.

A valorização da memória nacional ocorreria através da institucionalização da cultura e da revitalização do patrimônio histórico e artístico, cujos maiores exemplos são a criação de um calendário cultural e o investimento na recuperação do patrimônio. (MAIA, 2008, p.99).

Se considerarmos as duas principais ferramentas de acautelamento – tombamento e o registro – como formas de institucionalização do patrimônio, devemos também destacá-las no processo histórico de formação do campo do patrimônio cultural em João Pessoa, onde, considerados como institutos jurídico-sociais, o tombamento e o registro transformam o bem (material ou imaterial) em um “ponto de referência” institucionalizado:

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. (POLLAK, 1989, p. 01)

Neste sentido, os órgãos estatais responsáveis pela proteção do patrimônio realizam o enquadramento da memória¹¹ coletiva institucionalizado, “para que aflore um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional” (POLLAK, 1989, p. 7).

Patrimônio e memória local

De fato, vemos que tais “pontos de referência” constituem enquadramentos de alguns casos polêmicos que envolvem o patrimônio

11 “É, portanto, absolutamente adequado falar “em memória enquadrada”, termo mais específico do que memória coletiva. Quem diz ‘enquadrada’ diz ‘trabalho de enquadramento’.” (POLLAK, 1989, p. 7)

na cidade de João Pessoa, destacados por Peregrino (2015) na análise sobre o destombamento e posterior demolição do antigo prédio da Rádio Tabajara, no centro histórico da cidade¹², quando apresentou outros casos de desfecho semelhante, como o conhecido caso do Shopping Casa Grande¹³.

Este caso foi marcado por um enredo de intriga policial¹⁴, quando em 1996, o IPHAEP¹⁵ admitiu que o processo administrativo tratando da demolição da Casa Grande havia sido subtraído (roubado) de suas dependências. Demolida em seguida, a Casa Grande ficava situada no entorno imediato da Praça da Independência (Área de Preservação Rigorosa)¹⁶. A omissão evidente do órgão estadual de preservação da memória estadual (reconhecida pela gestão atual do IPHAEP¹⁷) repercutiu direta e irreparavelmente na memória local¹⁸.

Segue o caso da Rádio Tabajara: sediada na esquina das ruas Rodrigues de Aquino e Marechal Almeida Barreto, no Centro de João Pessoa, seu edifício tombado¹⁹ foi, para a surpresa de muitos que consideravam o tombamento um ato irrevogável, destombado e demolido

12 O prédio foi tombado pelo IPHAEP em 1980, com o Decreto 8.635/80 e destombado no final de 1985, com o Decreto 11.164/85.

13 Hoje esta área situada na margem sul da Praça da Independência abriga uma concessionária de automóveis, a Toyota.

14 Este processo ainda repercute na cidade, mais de 20 anos depois (Cf. *IPHAEP ACUSADO DE*, 2017)

15 Então sob a direção de Edivanira Toscano de Moraes.

16 Segundo a Presidente do IPHAEP em 2017, esta área pertence à “Área de Preservação Rigorosa – APR do Centro Histórico Inicial de João Pessoa, delimitado pelo Decreto Estadual de N.º 25.138/2004. Após demolição do imóvel de valor outrora existente, o mesmo se classificando quanto ao Grau de Preservação como sendo de Renovação Controlada – RC, estando protegido pelo Decreto Estadual de N.º 7.819/1978 e pela Lei N.º 9.040/2009.” (*IPHAEP ACUSADO DE*, 2017).

17 Cf. notícia citada na nota anterior.

18 A área em litígio permaneceu abandonada por mais de dez anos em virtude de disputas judiciais.

19 Cf. nota 14.

integralmente para viabilizar a construção do Quarteirão Judiciário-ampliação do prédio do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Diversos arquitetos e agentes culturais locais posicionaram-se então contrariamente ao “destombamento”²⁰, destacando a importância do prédio em seu valor arquitetônico moderno, e por sua importância na memória urbana, tratando-se de referência imaterial de grande carga afetiva para a cidade, pois esta foi a primeira Rádio da cidade – fundada em 1933²¹.

Na calada de uma noite cálida de dezembro de 1985, o prédio histórico que viu nascer e funcionar a Rádio Tabajara em suas dependências foi irremediavelmente demolido.

O JOGO LOCAL E SUAS REGRAS

Quando falamos do campo do patrimônio, nos referimos aos agentes e instituições que detêm ou utilizam o capital social emanados de sua autoridade para se legitimar como dominantes num jogo de interesses:

Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc. (BOURDIEU, 1983, p. 89)

No campo do patrimônio em João Pessoa, esse jogo ocorre internamente ao campo, embora dialogue intensamente também com outros campos virtualmente externos ao primeiro - o que se verifica em sua relação com os contextos político e socioeconômicos mais amplos.

20 Cf. PEREGRINO, 2015.

21 Cf. PEREGRINO, 2015.

A criação do IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba), por exemplo, foi uma demanda do governo federal²². Outros setores sociais também jogam papéis relevantes nesse campo: a imprensa, a *intelligentsia*, o Estado, comerciantes, empresários, Igreja e outros setores da sociedade civil.

Como órgão colegiado de orientação e deliberação do IPHAEP, o CONPEC (Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais (CONPEC da Paraíba)²³ revela emblematicamente essa diversidade, pois é formado por diversas entidades ligadas ao meio-ambiente, direito, imprensa, construção civil, letras, arquitetura, engenharia, e história²⁴. Apesar da diversidade cultural do Estado, o IPHAEP não possui ferramentas legais para realizar registros de bens imateriais - apesar do que define o artigo 216 da Constituição Estadual, que ainda cita as formas de acautelamento e preservação do patrimônio cultural - incluindo o registro (PARAÍBA, 2009)²⁵.

No campo relativo ao patrimônio material - dizendo respeito diretamente aos casos aqui em análise - o Decreto Lei Federal nº 25 (30/11/1937) é quem “organiza a proteção do patrimônio histórico

22 No Compromisso de Brasília (1970) o governo federal reconhece a necessidade da descentralização para dividir a demanda patrimonial com o na época DPHAN (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). ?

23 Cuja função é aprovar processos de cadastramento, tombamento, destombamento (art. 5º do Regimento Interno – PARAÍBA, 2002), além de autorizar ou recusar obras de restauração, preservação e demolição de bens tombados ou cadastrados (Dec. 7.829/1978). As reuniões do Conselho não possuem periodicidade regular, contudo, seu Regimento Interno (PARAÍBA, 2002) determina que existe um limite mensal de Reuniões Ordinárias. O Regimento ainda prevê que o presidente do Conselho pode “baixar deliberações ‘ad referendum’ do plenário durante o período de recesso do Colegiado ou em caso de extrema necessidade do serviço” (PARAÍBA, 2002, art. 8, X).

24 Tem assento no Conselho várias entidades: a APAN, a API a OAB, o IBAMA, o CREA, a APL, o IAB, o SINDUSCOM, o IPHAN, o IHGP, a COMEG a FAMUP a Procuradoria do MPE, a PGE e a SUDEMA.

25 Num texto muito semelhante àquele da Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 216, define o “patrimônio cultural brasileiro”. (BRASIL, 1988).

e artístico nacional” (BRASIL: 1937), e desde então regulamenta o tombamento e seus procedimentos. Em nível estadual, o Decreto que regulamenta o cadastramento e tombamento dos bens imóveis (nº 7.819) é mais recente, datando de 24 de outubro de 1978. No município, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPACTU-JP) é mais recente ainda (criado em 2008²⁶).

Analisando a Constituição Estadual, percebemos um direcionamento inibidor dos apetites capitalistas dos empreendedores e construtores - grupo econômico muito organizado e atento às políticas patrimoniais, com suas regulamentações protetoras do patrimônio envolvendo restrições edilícias. Com vários artigos que tratam do Patrimônio em sua relação com o meio ambiente natural e construído²⁷, esse marco legal regulamenta a amplitude, fiscalização, punição aos crimes e danos ao patrimônio no estado da Paraíba.

Compreendemos tais transformações legais como produto do processo de transformação do campo patrimonial das décadas de 1980 e 1990, com a redemocratização do país. No âmbito nacional, esse movimento de transformação já vinha acontecendo com a atuação do artista e designer Aloísio Magalhães iniciada na década de 1970. . Ele defendia a diversidade cultural como aspecto indissociável das políticas de patrimônio – o que já podia ser percebido na proposição de Mário de Andrade nos anos 1930 (CHAGAS, 2009).

Coube então aos intelectuais “com um novo perfil (especialistas em ciências físico-matemáticas e sociais, administradores, pessoas ligadas ao mundo industrial)” (...) “atuar como mediadores dos grupos sociais

26 A Lei nº 11.459, de 18 de junho de 2008, recebe alterações pela Lei nº 11.952/2010. As principais modificações foram a mudança do nome da Coordenadoria, de PROBECH para COPAC, e do Conselho, de COMBECH para COMPACTU.

27 Arts 2º, 11, 192, 216, 218, 220, 228, 252A (PARAÍBA, 1989).

marginalizados junto ao Estado”, definindo “novos valores e novos interesses” para o patrimônio nacional, vinculando notadamente “a temática da preservação à questão do desenvolvimento” e “à politização da prática de preservação” (FONSECA, 2017, p. 23). Também, e paralelamente a essas transformações no campo social e político nacional, as cidades conheceram uma forte aceleração no seu crescimento, iniciado nos anos de 1970.

As consequências do crescimento urbano ao patrimônio material na sociedade capitalista industrial envolvem diretamente seus bens históricos, segundo H. Lefèbvre (2001) e D. Harvey (2004). Outros autores apontam para o crescimento urbano e a complexificação social, enfatizando os processos de sociabilidades e disputas daí decorrentes (G. Velho, 1989; 2006; J. G. C. Magnani, 1998; M. Agier, 2011).

Esses autores destacam como no contexto urbano e capitalista o patrimônio é tensionado por interesses ambivalentes, às vezes deslocando o patrimônio para o sentido das práticas e cotidiano dos seus detentores (reforçando seu valor de uso), e noutros casos deslocando para os interesses do capital, reforçando seu valor de troca (ARANTES, 2006). Como destaca este autor:

o desafio que se apresenta ao sistema como um todo é encontrar o ponto de equilíbrio entre essas forças, ou seja, construir a sustentabilidade econômica e socioambiental da preservação (ARANTES, 2006, p. 432).

Ainda segundo Arantes (2006) cabe

fortalecer – no caso específico do patrimônio ambiental urbano – a perspectiva da integração entre a “conservação” e o “planejamento urbano”, com base no reconhecimento da singularidade das áreas preservadas (como artefatos e repo-

sitório de sentidos e práticas) no contexto mais amplo da cidade (ARANTES, 2006, p.433).

Tal modalidade de planejamento pressupõe a utilização da compartilhada do patrimônio, dando sentido prático ao “preceito constitucional de responsabilidades concorrentes [entre sociedade civil e as esferas federal, estadual e municipal do poder público]” (ARANTES, 2006, p.433), construindo “modos sustentados de apropriação das estruturas urbanas e arquitetônicas nas cidades, para melhorar as condições de moradia e de vida dos seus habitantes” (ARANTES, 2006, p.433).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se pensarmos as políticas públicas como o conjunto de ações do governo programadas para atingir determinado objetivo, nem toda ação do Estado está embasada em políticas públicas, pois uma das características dessas últimas é a coerência (ou coordenação) entre o seu grau de compatibilidade “com outras políticas afins e resultam de ações bem coordenadas entre atores que participam de sua formulação e implementação” (BID, 2007, p. 130). Assim é que “o governo ou o sistema político é visto não como uma parte concretamente distinta do sistema social, mas como um aspecto funcional do sistema social global.” (FALLERS *apud* BARNES, 1987, p. 160)

Por isso analisamos o campo como a interação entre as políticas públicas de preservação e os modos de ação de alguns dos agentes/instituições neste campo, revelando a dimensão política de dois eventos que marcaram a história do patrimônio material da cidade: os casos da Rádio Tabajara e do Shopping Casa Grande. Percebemos como o IPHAN, o IPHAEP e a COPAC agenciam o patrimônio da cidade de João Pessoa na

medida de suas competências legais e do seu capital social, potencializado quando em ações integradas.

É assim que as ações respondem tanto a interesses políticos de cada órgão quanto pela acumulação de capital simbólico (prestígio e legitimidade) dos três órgãos que geralmente agem em cumplicidade, independentemente das direções político-ideológicas dos seus representantes:

Esquece-se que a luta pressupõe um acordo entre os antagonistas sobre o que merece ser disputado, fato escondido por detrás da aparência do óbvio [...] (BOURDIEU, 1983, p. 90-91).

Os embates ficam mais evidentes quando nos deslocamos pelas outras áreas do campo: sociedade civil, empresários da construção civil, comerciantes e os governos federal, estadual e municipal (com controle direto nos seus órgãos)²⁸, e quando consideramos que as ações dos diversos agentes também podem ter “objetivos não políticos que podem ser isoladas analiticamente destes outros aspectos [grupo ao qual o agente pertence, por exemplo], mas não em termos de espaço, tempo ou pessoa” (BARNES, 1987, p. 159). Esta ressalva final lembra aos leitores que cada agente possui uma autoridade que lhe é conferida (concentração de capital cultural) em virtude do órgão que representa, e também de sua pessoa – o que complexifica e torna ainda mais desafiadora a análise de um campo cultural.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

28 O processo do tombamento do Centro Histórico de J. Pessoa-PB explicita bem essa dinâmica (ver SCOCUGLIA, 2044a e 2004b).

AGIER, Michel. A cultura da cidade como mestiçagem. In: **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ARANTES, Antônio Augusto. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Revista Habitus**. Goiânia, v. 4, n.1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID. As instituições políticas, o funcionamento do sistema de formulação de políticas públicas e os resultados das políticas. In: **A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina: relatório 2006**/ Banco Interamericano de Desenvolvimento e David Rockefeller for Latin American Studies, Havard University; tradução Banco Interamericano de Desenvolvimento, Rio de Janeiro: Elsevier; Washington, DC: BID, 2007.

BARBALHO, Alexandre. Política Cultural. In: RUBIM, Linda (Org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA; FACOM/ CULT, 2005.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: **Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos**. São Paulo: Global, 1987.

BOURDIEU, P. Compreender. In: **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo (Capítulo III). In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. Sobre o Poder Simbólico (Capítulo I). In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

CHAGAS, Mario. O pai de Macunaíma e o Patrimônio espiritual. In: **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2ª. Edição.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA. I Encontro de Governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil, 1., 1970, Brasília. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2017.

ENCONTRO DE GOVERNADORES PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E NATURAL DO BRASIL, 2., 1971, Salvador. **Anais do II Encontro de Governadores**. Rio de Janeiro: Publicações do do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 26, 1973.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2017.

HARVEY, David. Capítulo 8: Os espaços de utopia. In: **Espaços de Esperança**. São Paulo: Ed Loyola, 2004.

IPHAEP ACUSADO DE autorizar ilegalmente loja de carro na Praça da Independência. **Blog Rubens Nóbrega**. 21 dez. 2017. Disponível em: <<http://rubensnobreaga.com.br/2017/12/21/ipahep-acusado-de-autorizar-ilegalmente-loja-de-carro-na-praca-da-independencia/>>. Acesso em 29 set. 2018.

LEFEBVRE, Henry. Industrialização e Urbanização: noções preliminares. In: **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Centauro, 2001.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Transformações na Cultura Urbana das grandes metrópoles. In: **Sociedade Global: Cultura e Religião**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ORTIZ, Renato. A procura da sociologia da prática. In: **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

PARAÍBA. **Constituição do Estado (1989)**. Atualizada e acompanhada dos textos integrais das Emendas Constitucionais ns. 1 a 26, bem como dos dispositivos e expressões suspensos por medida cautelar e os declarados definitivamente inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. João Pessoa, PB, 2009. Disponível em: <<http://gestaounificada.pb.gov.br/interpa/pdf/documentos/constituicao-pb.pdf>> Acesso em 24set. 2018.

PARAÍBA. Decreto nº 23.721 de 10 de dezembro de 2002. Regimento Interno Conselho de Proteção dos Bens Histórico Culturais – CONPEC. Publicado no **Diário Oficial do Estado da Paraíba** em 11 de dezembro de 2002.

PEREGRINO, Lucas Neiva. Tomba, destomba: a Rádio Tabajara e o campo do patrimônio em João Pessoa. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** – Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa: 2015.

PEREGRINO, Lucas Neiva. Desvelando as trilhas e tramas de um processo social: diferentes leituras da patrimonialização da Feira de Campina Grande (PB). **Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)** PPGCS/UFCG. Campina Grande, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. **Cidadania e Patrimônio Cultural:** Oficina-Escola, Projeto Folia Cidadã e Acehrvo no Centro Histórico de João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004a.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. **Revitalização urbana e (re) invenção do Centro Histórico de João Pessoa (1987 - 2002).** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004b.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana.** Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, abril 2006.

CACHAÇA E PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NO BRASIL

Ninno Amorim

INTRODUÇÃO

Neste ensaio discuto as tentativas de patrimonialização da cachaça como bebida nacional. Abordo também as implicações nos engenhos das políticas públicas atreladas a legislações nacionais e internacionais.

O texto apresenta a discussão do conceito de patrimônio imaterial, para pensar os atuais reconhecimentos da cachaça, e as relações (im) possíveis entre patrimonialização, Indicação Geográfica (IG) e Boas Práticas de Fabricação (BPF).

Os dados são oriundos de trabalho de campo realizado nos estados do Ceará, Paraíba, Bahia e Minas Gerais, durante os anos de 2013 a 2016. A análise central é sobre as dificuldades encontradas, no campo do patrimônio, nas relações entre as práticas tradicionais de fabricação de cachaças e as legislações em vigor.

CACHAÇA E PCI: OS RECONHECIMENTOS

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco (2003) diz em seu Art. 2º (Definições):

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas

– junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003, 4).

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) segue os mesmos rumos da Unesco para definir PCI, que são referidos nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Dentro das atividades de registro e salvaguarda do IPHAN, a cachaça está habilitada a ser considerada como patrimônio cultural imaterial do Brasil. Inclusive os requisitos previstos nas legislações que tratam do PCI se articulam com as discussões acadêmicas sobre as noções de tradição e de pertencimento. Mas até o momento a cachaça não foi indicada como PCI do Brasil. Há alguns casos isolados de entes da federação que decretaram a cachaça e/ou os lugares de consumo como PCI. Vale observar que as legislações locais patrimonializam a cachaça, sem abordar os processos de sua produção e consumo. Vamos aos casos.

Em Pernambuco, a Lei nº 13.606/2008, “Considera a Cachaça Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado de Pernambuco”. A lei possui três artigos: o primeiro diz o que é, o segundo diz quando entra em vigor e o terceiro revoga as “disposições em contrário” (PERNAMBUCO, 2008).

No Rio de Janeiro, a patrimonialização se deu por meio da Lei nº 6.291/2012, que “Considera a cachaça como Patrimônio Histórico Cultural do Estado do Rio de Janeiro”. A lei possui dois artigos: o primeiro diz o que é e o segundo diz quando entra em vigor (RIO DE JANEIRO, 2012).

A cidade do Rio de Janeiro faz um pouco diferente. Em vez de patrimonializar a bebida, por meio do Decreto nº 36.605/2012,

a prefeitura “Declara Patrimônio Cultural Carioca bares e botequins tradicionais que menciona” (CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2012). Entre os estabelecimentos mencionados na lei encontramos: “X – Casa da Cachaça (1960) – Avenida Mém de Sá, 110 – Lapa”.

Não tive acesso aos projetos de lei de Pernambuco e do Rio de Janeiro para verificar como os autores constroem os argumentos e justificam tais indicações. As matérias nos jornais da época apenas citam trechos que aludem ao apelo da cachaça como um símbolo de resistência nacional, como um grande negócio a ser investido, com geração de emprego e renda, e algumas polêmicas causadas pelos membros dos legislativos locais, que se dizem representantes dos evangélicos, com suas bandeiras de abstinência e repressão ao consumo de bebidas alcoólicas.

Na lista de patrimônio cultural do Estado do Paraná encontrei a “CACHAÇA MORRETIANA”, presente no litoral paranaense. Outros estados se vangloriam da cachaça que produzem: Minas Gerais, Paraíba, Ceará, Goiás, Rio Grande do Sul, entre outros.

O dia 13 de setembro é o Dia Nacional da Cachaça. A data é uma referência ao dia 13 de setembro de 1649, data da proibição da fabricação e comercialização da cachaça no Brasil Colônia. Tal proibição gerou revolta por parte dos produtores e comerciantes que culminou no episódio conhecido como Revolta da Cachaça. A proibição foi abolida em 1661 (CASCUDO, 1986). O PL, de autoria do deputado federal Valdir Colatto (PMDB-SC), foi aprovado em outubro de 2010 pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Dentre os argumentos principais do autor do PL está o de que a cachaça é um “símbolo de resistência à colonização portuguesa”. Há uma mistura de sentimentos de pertencimento à nacionalidade brasileira com o desejo de construção de um passado heroico, de resistência aos invasores estrangeiros.

Há ainda o Dia da Cachaça Mineira, 21 de maio. A data marca o início da safra da cana-de-açúcar em Minas Gerais. Como o município de Salinas é autointitulado Capital Mundial da Cachaça, o dia 21 de maio é também o Dia Mundial da Cachaça. Nos relatos sobre a criação dessas datas comemorativas é recorrente a expressão de que a cachaça é patrimônio da cultura brasileira.

No trabalho realizado por Cavalcanti & Fonseca (2008), durante a apresentação dos propósitos do PCI no Brasil, as autoras citam: “(7) desenvolvimento da ideia de criação de um selo de qualidade conferido a produtos de reconhecido valor cultural, como o queijo minas e a cachaça de alambique” (CAVALCANTI & FONSECA, 2008: 14).

Seja como for, o processo de patrimonialização da cachaça como PCI do Brasil continua, oficialmente, sem acontecer. Um dos motivos pode ser o fato de se tratar de algo extremamente corriqueiro, tão comum que passa despercebido, e que não se apresenta como algo importante para ser “preservado”, talvez por não estar em “risco” de extinção.

Outro ponto pode advir da legislação brasileira. Em 2001, por meio do decreto nº 4.062/2001, o Brasil definiu oficialmente as expressões “cachaça”, “Brasil” e “cachaça do Brasil” como IG (BRASIL, 2001). O decreto nº 4.851/2003, trata da padronização, da classificação, do registro, da inspeção, da produção e da fiscalização de bebidas (BRASIL, 2003). No conjunto, o teor desses decretos acaba se confundindo com a noção de patrimônio cultural estabelecida em legislação específica. É comum encontrar pela internet, em grupos de apreciadores de cachaça, a convicção de que a cachaça é PCI do Brasil. De fato, se as pessoas a reconhecem como tal, a cachaça é patrimônio cultural. Mas estou tratando aqui da formalização disso via critérios estabelecidos pelos órgãos brasileiros responsáveis pela outorga de PCI.

Vale lembrar que a orientação para a patrimonialização do PCI recai sobre as práticas e os conhecimentos tradicionais da feitura de bens culturais, não apenas do produto em si. Uma vez que há outras formas de fazer, vender e beber a cachaça, reconhecer apenas o produto em si pode implicar a negação de formas tradicionais de produção, comercialização e consumo, marginalizando as pessoas presentes nessas relações.

Nesse sentido, a aplicação das BPF nos engenhos sem registros resulta na valorização de uma forma específica de produzir, comercializar e consumir cachaças, em que prevalece processos de higienização não apenas de espaços físicos, mas principalmente de pessoas não inseridas em determinados padrões de produção e consumo (AMORIM, 2014).

O desafio posto é reconhecer a cachaça, acompanhada de todas as técnicas e conhecimentos específicos, sem desmerecer e/ou privilegiar certas maneiras de produção e de consumo. Até o momento, alguns produtores têm buscado o reconhecimento a partir da noção de Indicação Geográfica, mas isso significa que precisam adotar as BPF. Para a maior parte dos produtores da cachaça consumida em todo o país, a adoção das BPF significa uma intromissão em seus conhecimentos tradicionais e a inviabilização de continuar produzindo (AMORIM, 2014).

IG, BPF E A “SAÍDA” POSSÍVEL

O Brasil adotou a IG para seus produtos, dividindo-a em Indicação de Procedência e em Denominação de Origem (BRASIL, 2001). Algumas cachaças possuem IG em seus rótulos: Microrregião de Abaíra, Paraty e Região de Salinas. Para poder usar a IG, a cachaça precisa passar pelo processo de reconhecimento estatal que inclui a adesão às BPF e outras tantas exigências formais e legais, todas distantes demais da realidade de seus produtores e consumidores (AMORIM, 2014).

A IG foi criada para garantir certos padrões de qualidade somente alcançados por determinado lugar e pelas pessoas que fazem o lugar. Segundo seus defensores, a IG visa a garantir segurança alimentar aos consumidores e, principalmente, a agregar valor econômico aos produtos que a possuem (SORATTO, 2007). Perguntei alhures (AMORIM, 2016), é possível pensar numa IG (*terroir*) *clandestina*¹, informal, atribuída pelas pessoas do lugar, independentemente da legislação e dos acordos internacionais do comércio? Não é tão simples imaginar motivos para tal. Pelo menos não há esse tipo de especulação entre os agentes presentes no processo de produção, circulação e consumo da cachaça *clandestina*. Talvez o caminho da patrimonialização das artes de fazer seja o mais indicado para salvaguardar os conhecimentos existentes na produção da cachaça feita em alambiques sem registros. Mas como fazer isso?

Considerando que o eixo central das políticas de PCI passa pela importância do bem a ser reconhecido como prática histórica e como referência cultural (IPHAN, 2006, 8), as várias maneiras de fazer e de consumir cachaças no Brasil estão contempladas para o registro como um bem cultural.

A questão é que as práticas culturais tradicionais entram em desacordo com normas nacionais e internacionais demandadas pela indústria de alimentos, incluindo a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial de Saúde (OMS). As BPF dão ênfase ao discurso sanitário e da segurança alimentar. Ora, tanto os produtores quanto os comerciantes e consumidores possuem seus próprios critérios de limpeza e segurança alimentar, embora não tenham se apropriado exatamente desses termos. A questão é que a norma de qualidade é imposta a partir de critérios exógenos, pretensamente universais, que excluem as práticas locais de produção, armazenamento, transporte e consumo de cachaças.

1 Alguns produtores referem-se a si mesmo como proprietários de engenhos “clandestinos”.

Assim, na perspectiva dos sujeitos locais, as BPF atuam como formas de xingamentos, de negação de seus conhecimentos técnicos, de sua tradição. A pergunta é: como tais conhecimentos locais podem não servir, se é assim que são transmitidos e transformados ao longo de gerações? A pesquisa se depara, aqui, com três valores centrais em jogo na disputa pela implementação ou não das BPF nos engenhos sem registro: a) intervenção nos processos de fabricação e armazenamento; b) a obrigatoriedade do registro, que implica a cobrança de impostos considerados injustos pelos produtores; e c) a adesão à lógica competitiva do mercado capitalista, que inclui criação de marca, *design*, participação em feiras e ampliação do mercado consumidor (AMORIM, 2014; 2016).

Isto pode parecer ótimo, sobretudo para quem defende o mercado capitalista (ou não percebe seus limites), mas para as pessoas que participam desta pesquisa trata-se de um verdadeiro “inferno” em suas vidas. O “inferno” significa lidar com empréstimos, contadores, consultores, compra de novos equipamentos, regularização das relações de trabalho, entre outros. Na perspectiva dos produtores é um “investimento” alto demais para os ganhos modestos advindos da cachaça.

Há tentativas de formação de cooperativas de produção de cachaça. Presenciei alguns exemplos nas regiões nordeste e sudeste do país. Todas em que mantive contato funcionaram até acabar o financiamento. As que sobrevivem são administradas por familiares “cooperados”. Na perspectiva dos defensores da chamada “economia solidária”, as cooperativas de trabalho se apresentam como uma forma de eliminar a propriedade privada dos meios de produção, garantindo assim maior engajamento e participação dos trabalhadores diretamente nas decisões. As cooperativas poderiam administrar uma série de trâmites burocráticos e facilitar a vida dos produtores, mas na prática o sonho ainda está por vir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentei demonstrar como as relações entre produtores, comerciantes e consumidores de cachaças, feitas em engenhos sem registros, (não) são contempladas pelas políticas de PCI. Talvez os preconceitos presentes em tudo o que se refere à cachaça no Brasil continuem impedindo-a de ser vista como PCI.

A proposta de problematizar as noções de tradição em jogo, seja nas perspectivas da academia, das pessoas que vivem suas vidas nas localidades estudadas e/ou dos agentes do Estado, promotores de intervenções nas políticas, continua carente de debate.

Entendo que a indistinção presente na definição do termo cachaça (BRASIL, 2001), que não distingue as cachaças fabricadas em alambiques das produzidas em colunas de destilação, promove a confusão geral na hora de pensar políticas de salvaguarda e projetos de implementação das BPF. Pois se tratam de produtos diferentes, com diferentes usos e finalidades, presentes no cotidiano de diferentes grupos sociais.

Por um lado, impera a lógica do mercado capitalista, com todo aparato jurídico e estatal ao seu lado, cujo *modus operandi* é a construção e manutenção de monopólios transnacionais. Por outro, organizações internacionais, orientadas por noções de cidadania, tentando amenizar as consequências negativas da mundialização do Capital, via registros, mecanismos de salvaguarda e de preservação de patrimônios culturais da humanidade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Ninno. Cachaça Legal: produção de cachaça e as Boas Práticas de Fabricação (BPF) no Brasil. In. 29ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 03 a 06 ago, UFRN. *Anais eletrônico*. Natal, 2014. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/29RBA/arquivos/Comunicacoes_Coordenadas//1403102232_

ARQUIVO_CachacaLegal-producaodecachacaasBoasPraticasdeFabricacao no Brasil.pdf> Acesso em: jun. 2018.

_____. “Serrana é bebida de pé inchado”: Normas e desvios no consumo de cachaça no Ceará. In. 30ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 03 a 06 ago, UFPB. *Anais eletrônico*. João Pessoa, 2016. Disponível em: <<http://www.30rba.abant.org.br/trabalho/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoxNDoiYToxOntzOjExOiJJRF9UUkFCQUxITyI7czoyOiI0OCI7fSI7czoxOiJoIjtzOjMyOiI5YjEyZTI1Y2E3NzdjNTMzZTNhOWQ5YTM1MjJhZTEzOSI7fQ%3D%3D>> Acesso em: jun. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. PR. Brasil, 1988.

_____. *Decreto nº 4062*, de 21 de dezembro de 2001. Define as expressões “cachaça”, “Brasil” e “cachaça do Brasil” como indicações geográficas e dá outras providências. Publicado no DOU, em 26/12/2001.

_____. *Decreto nº 4.851*, de 2 de outubro de 2003. Altera dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto no 2.314, de 4 de setembro de 1997, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas. Publicado no DOU, em 02 de outubro de 2003.

CAVALCANTI, Maria L. V. de Castro & FONSECA, Maria C. Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO/Educarte, 2008.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Prelúdio da Cachaça*: etnologia, história e sociologia da aguardente no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Decreto nº 36.605*, de 11 de dezembro de 2012 – Declara Patrimônio Cultural Carioca bares e botequins tradicionais que menciona. Rio de Janeiro, 2012.

IPHAN. O registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4. Brasília: MinC/IPHAN, 2006.

PERNAMBUCO. *Lei nº 13.606*. Considera a Cachaça Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado de Pernambuco. Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE). Recife, 2008.

RIO DE JANEIRO. *Lei nº 6291*, de 06 de julho de 2012. Considera a cachaça como Patrimônio Histórico Cultural do Estado do Rio de Janeiro. Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). Rio de Janeiro, 2012.

SORATTO, Alexandre Nixon et alli. A certificação agregando valor à cachaça do Brasil. in. *Ciênc. Tecnol. Aliment.* Vol. 27 nº 4 Campinas. Out./Dez. 2007.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Unesco. Paris, 2003.

SOBRE OS AUTORES

Abraão Matheus Siqueira de Lima

Concluinte do Curso de Comunicação Social – Radialismo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Conselheiro Municipal de Políticas Culturais de João Pessoa (2014-2016), e Conselheiro Estadual de Cultura da Primeira Regional da Paraíba (2016-2018). Pesquisador do Observatório de Políticas Culturais da Paraíba. Email: abraaobahialima@gmail.com

Alessandra Correia Lima Macedo Franca

Doutora em Direito Internacional pela Universidade de Genebra e Prof^a do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPB. E-mail. alessandraufpb@gmail.com

Alexandre Santos Arantes de Souza

Graduado em Comunicação Social pela UFPB, Produtor Cultural nesta instituição, pesquisador do ObservaCult e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPB).

Alfons Martinell Sempere

Diretor Honorífico da Cátedra Unesco: “Políticas Culturais e Cooperação” e Professor Emérito da Universidade de Girona. Email:. alfons.martinell@udg.edu

Átila B. Tolentino

Graduado em Letras e Especialista em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de Brasília. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. É da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com atuação na área do patrimônio cultural e museus. E-mail: atilabt@gmail.com.

Bárbara M. Duarte T. Lira da Silva

Doutoranda em Sociologia no PPGS-UFPB e Produtora cultural do Núcleo de Arte Contemporânea (NAC) da UFPB. E-mail: barbaraduartelira@gmail.com

Claudia de Sousa Leitão

Professora do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atualmente dirige o Observatório de Fortaleza (Governança Municipal e Políticas Públicas) do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR). Email: claudiasousaleitao@yahoo.com.br

Gabriel Borges de Lima e Moura

Graduado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (Unipê) e um dos Associados Fundadores da ONG Maracá Cidadania. Conselheiro Estadual de Políticas Culturais da Paraíba (2014-2016). Pesquisador do Observatório de Políticas Culturais da Paraíba. E-mail: gabrielmourapb@gmail.com

George Glauber Félix Severo

Professor Ms. da Rede EPCT/IFPB. george.severo@ifpb.edu.br

Gilvanedja Mendes

Bibliotecária-Documentalista e membro do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Culturais da Universidade Federal da Paraíba. e-mail: gilvanedja@gmail.com

Igor Alexander Nascimento de Souza

Produtor Cultural na Fundação Luís Eduardo Magalhães (Bahia). e-mail: igorpatrimoniocultural@gmail.com

Isa Paula Rodrigues Morais

Isa Paula Morais é mestranda em *Comunicación y Cultura Contemporánea* pela *Universidad Nacional de Córdoba* (Argentina) e especialista em Gestão e Produção Cultural pela UFCG. Desenvolve trabalhos de comunicação para projetos culturais e terceiro setor. E-mail: isapaulamorais@gmail.com.

Jadgleison Rocha Alves

Mestrando em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas -UFPB. jadgleison@gmail.com

Jessyca Barbosa Marins

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal da Paraíba e pesquisadora do Pamin e do ObservaCult (UFPB). Desenvolve pesquisa antropológica com foco no Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial, Memória, Identidade, Cultura Popular, Festas e Performance. E-mail: marinsjessyca@gmail.com

Jessyca Marins

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pesquisadora do Observatório Cultural de Políticas Culturais da UFPB.

Lia Calabre

Chefe do setor de políticas culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa; coordenadora da Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão – FCRB. Professora do Mestrado Profissional Memória e Acervos da FCRB (PPGMA); do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (PPCULT-UFF); e colaboradora nos MBAs de Gestão Cultural e Produção Cultural da FGV-RJ e UCAM. Email: E-mail. liacalabre@rb.gov.br

Lucas Neiva Peregrino

Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e pesquisador do Observatório de Políticas Culturais da UFPB. E-mail: neivaperegrino@gmail.com

Luciana de Oliveira Chianca

Profa. Associada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB. Dra em Antropologia pela Université Bordeaux 2- França. E-mail: lucianachiancaufpb@yahoo.com.br

Marco Antonio de Castilho Acco

Professor do Departamento de Gestão Pública da UFPB, Coordenador do ObservaCult/UFPB e ex-dirigente do MinC nas gestões Gilberto Gil e Ana de Hollanda. E-mail: accomarco@gmail.com

Marco Aurélio Paz Tella

Professor Adjunto do curso bacharelado de Antropologia, Campus IV e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA-UFPB). Email: marcoaureliopaz@hotmail.com

Maria Luiza Caxias Albano

Doutoranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (PPGCJ/UFPB). Indicada pelo Fórum do Audiovisual como Conselheira Municipal de Políticas Culturais de João Pessoa 2018. Pesquisadora do Observatório de Políticas Culturais da Paraíba. E-mail: marialuiza.caxias@gmail.com

Mirnah Leite M. M. Andrade

Mestra em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Contato: mirnahleite@gmail.com

Natalia Freire de Moura

Graduanda em Ciências Sociais pela UFPB. Cientista social estagiária no IPHAN -PB, Bolsista PIBIC em Antropologia da criança, Pesquisadora vinculada ao Observatório de Políticas Culturais da UFPB.

Ninno Amorim

Docente na Universidade Federal de Rondônia. cocosdonorte@gmail.com

Nivea Helena M F Dantas

Graduanda em Relações Internacionais. niveafernandeslone@gmail.com

Paulo H. Duarte-Feitoza

Professor Associado na Universidade de Girona, vinculado ao Departamento de História e História da Arte e Professor Colaborador no Mestrado Interuniversitário em Gestão Cultural na Universitat Oberta de Catalunya (UOC-UdG). E-mail: paulo.dufe@gmail.com

Romero Venâncio

Professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe (Departamento de Filosofia e Núcleo de Ciências da Religião). Professor na Pós-Graduação em Filosofia; Ciências da Religião e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema (PPGECINE) na UFS.

Sérgio Pessoa Ferro

Mestre em Ciências Jurídicas e mestrando em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: sergiopessoaaf@hotmail.com

Sérgio Stênio Andrade Feitosa

Sérgio Feitosa é pós-graduando em Direito Administrativo e Gestão Pública (UNIPÊ) e pesquisador do Observatório de Políticas Culturais e do Núcleo de Estudos em Relações Estado-Sociedade e Políticas Públicas. E-mail: sergiosafeitosa@gmail.com.

Thaisy Caroline Guedes Gomes

Graduanda em Relações Internacionais. thaisy.gomes@yahoo.com

Vania Maria de Medeiros

Professora Titular da Rede EPCT/IFPB. vania@ifpb.edu.br

Victor Soares Lustosa

Mestre em História pela UFPE. victorlustosa@gmail.com



Este livro foi diagramado pela Editora da UFPB em 2019.
Impresso em papel Offset 75 g/m²
e capa em papel Supremo 250 g/m².